



Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil



2022





II VIGISAN

**Inquérito Nacional sobre
Insegurança Alimentar no
Contexto da Pandemia
da Covid-19 no Brasil**

2022

FORMULAÇÃO, REALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Rede PENSSAN

Coordenador Renato S. Maluf
Vice-coordenadora Sandra Maria Chaves dos Santos

Coordenação executiva Renato S. Maluf
Sandra Maria Chaves dos Santos
Ana Maria Segall Corrêa
Daniela Sanches Frozi
Elaine Martins Pasquim
Nilson Maciel de Paula
Renato Carvalheira
Silvia Zimmermann
Veruska Prado Alexandre Weiss

Apoio de secretaria Ana Carolina Gaspar

GT Monitoramento – Relatoria

Ana Maria Segall Corrêa
Rosana Salles-Costa
Elaine Martins Pasquim
Anne Walleser Kepple

Mauro Eduardo Del Grossi
Juliana de Bem Lignani
Maria Angélica Tavares de Medeiros
Sandra Maria Chaves dos Santos

Silvia Aparecida Zimmermann
Nilson Maciel de Paula
Veruska Prado Alexandre-Weiss
Renato S. Maluf

GT Digital

Carol Gutierrez
Erika Azevedo
Marcel Verrumo
Débora Borges
Diego Cotta
Raphael Bandeira

GT Editorial

Willian Habermann
Manu Justo
Mohara Valle
Glauce Arzua
Maitê Gauto
Renato Carvalheira do Nascimento

GT Imprensa

Ana Carolina Morett
Matheus Vieira
Aline Ribemboim
Jorge Cordeiro
Vanessa Andrade

Edição

Revisão editorial: Claudia Cavalcanti
Identidade visual: Rodrigo Masuda
Projeto gráfico editorial: Nina Mattos
Diagramação: Nina Mattos e Rodrigo Masuda
Foto da capa: Sara Gehren/Ação da Cidadania

REALIZAÇÃO



EXECUÇÃO



APOIO E PARCERIA DO II VIGISAN



act:onaid

FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG
BRASIL

IBIRAPITANGA



Sesc

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF

ISBN 978-65-87504-50-6

1. COVID-19 - Pandemia 2. COVID-19 - Pandemia - Aspectos econômicos 3. Fome - Brasil 4. Política alimentar 5. Políticas públicas 6. Políticas sociais 7. Segurança alimentar - Brasil I. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. II. Série.

22-110918

CDD-361.050981

Índices para catálogo sistemático:

1. Segurança alimentar e nutricional : Bem-estar social
361.050981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Apresentação



Foto: Sara Gehren/Ação da Cidadania

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) apresenta à sociedade brasileira os resultados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), cumprindo com o compromisso de contribuir para o conhecimento e o debate cientificamente fundamentado da realidade social do país no que se refere à Segurança Alimentar (SA) da população. A relevância dessa contribuição é ainda maior em face da ausência de pesquisas oficiais com a frequência requerida para o monitoramento desta que é condição central de uma vida digna e saudável.

O atual contexto, em que uma crise sanitária se sobrepôs à crise econômica e política que lhe é anterior, impõe a necessidade de monitoramento frequente da condição alimentar e nutricional da população brasileira. Tal necessidade ficou comprovada pela amplitude e velocidade com que se agravaram, no início de 2022, as várias manifestações de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, notadamente a IA grave, que significa conviver com a fome, quando comparadas com os resultados do I VIGISAN, divulgados em abril de 2021. Evidenciar os diferentes níveis com que se verificou esse agravamento entre os vários segmentos sociais – recortados por gênero, raça/cor, escolaridade e local de moradia – é, ao mesmo tempo, complementar as informações necessárias para uma melhor compreensão e atuação em uma sociedade com elevadas desigualdades sociais como a brasileira. Devemos assinalar aqui, lacunas que ainda permanecem pela ausência de informações sobre povos indígenas e outras comunidades e populações tradicionais.

Esperamos que os resultados do Inquérito ora apresentados, com a gravidade que eles revelam, contribuam para reafirmar a necessidade urgente da adoção de políticas públicas integradas e participativas capazes de enfrentar as múltiplas dimensões envolvidas, bem como sirvam de fator gerador de indignação e mobilização da sociedade brasileira diante de tamanha mazela.

**Coordenação Executiva
Rede PENSSAN**





Em 29 anos de luta contra a fome, a Ação da Cidadania se vê diante de um dos piores momentos dos números da fome desde sua fundação. **Não podemos mais tolerar que 33 milhões de pessoas não tenham o que comer em um país com tanta diversidade como o Brasil.** É um retrocesso total. Nossa instituição nasceu com a comoção de Betinho ao se deparar com esse mesmo número de brasileiros em Insegurança Alimentar grave. Hoje, estamos aqui revivendo a mesma tragédia.

Apenas 2 anos após o Brasil sair do Mapa da Fome da ONU, em 2014, a Ação da Cidadania já percebia, por meio de sua rede nacional de comitês, que a fome voltava com força. Já em 2017 retomamos a campanha Natal Sem Fome e, com ela, voltamos a atuar focados no combate à fome. Desde então, foram quase 20 milhões de brasileiros ajudados pelas nossas campanhas.

Retomamos com força nossa atuação de *advocacy* para que as políticas públicas – muitas inspiradas pela luta de Betinho, nosso fundador – não fossem destruídas. Com o apagão de dados do Governo Federal, entendemos a importância de apoiar a geração de informação sobre a Segurança Alimentar para que a sociedade tenha a real dimensão do problema e possa atuar de forma efetiva no sentido de acabarmos, de uma vez por todas, com a fome no Brasil. A pesquisa da Rede PENSSAN é de suma importância para essa luta – uma luta de 29 anos da Ação da Cidadania, que durará enquanto houver fome.





Há mais de 20 anos, a ActionAid potencializa ações de enfrentamento à fome e de superação da pobreza no Brasil. Nessa trajetória, testemunhamos resultados de políticas públicas e ações da sociedade civil que levaram o país a sair do Mapa da Fome da ONU, em 2014. Mas, nos últimos anos, vimos também substanciais retrocessos e passamos a alertar para a tragédia anunciada que se aprofundou com os impactos da Covid-19, que a Rede PENSSAN traduziu em dados e análises essenciais em seu primeiro Inquérito. Um ano depois, o quadro de apagão de dados oficiais e de negligência das autoridades permanece, mas o contexto de fome e Insegurança Alimentar nos seus diversos aspectos chega a níveis ainda mais estarrecedores. O crescimento da pobreza, somado à inflação dos preços dos alimentos e ao desmonte de políticas efetivas só vem acentuar as desigualdades e levar à miséria grupos sociais e regiões historicamente mais afetados. **Por trás da fome, temos o flagelo sobre as crianças, as mulheres e a população negra, acrescido a isso o negacionismo frente ao problema climático, que tanto prejudica a produção agrícola e tem relação direta com a Insegurança Hídrica.**

Portanto, este novo estudo cumpre o papel de suprir a urgência por um raio-x da atual situação alimentar de brasileiras e brasileiros, em prol de um qualificado debate sobre a saída da situação trágica em que vivemos. O Brasil, especialmente parte significativa de sua população, não precisava estar passando por isso. Ninguém pode ficar indiferente.

act:onaid





A FES Brasil atua no Brasil há mais de 30 anos pelo fortalecimento da democracia e da justiça social. A fome no Brasil é uma injustiça muito cruel, e sabemos que atinge de forma mais grave setores historicamente marginalizados da sociedade. O olhar sobre este problema não pode ser meramente conjuntural, pois não está dissociado das desigualdades estruturais da sociedade e no mundo. Em um país de alta produção agrária e com um histórico de políticas de combate à fome e das desigualdades, a crueldade da situação atual parece ainda maior.

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede PENSSAN, nos apresenta a triste realidade da fome no Brasil e é um instrumento essencial, pois nos mostra a gravidade dos retrocessos causados pela superposição das múltiplas crises que vivenciamos atualmente. É alarmante que a situação da fome no Brasil tenha chegado a patamares tão elevados. **Estudos como este são essenciais para a conscientização da sociedade sobre a urgência desse problema e para promoção de um debate baseado em evidências, elementos essenciais para o desenvolvimento e a retomada de políticas que levem à eliminação da fome e das desigualdades.**





Iniciativa pioneira, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado pela Rede PENSSAN em 2021, nos ofereceu um retrato preciso e abrangente da situação alarmante de Insegurança Alimentar e fome no país, em 2020. Ao observar os impactos da pandemia e da situação política e econômica do país na população, o Inquérito gerou grande repercussão no debate público. **Os resultados deste II Inquérito mostram um cenário ainda mais recrudescido para as pessoas que passam fome no Brasil. Por esta razão, a publicação reforça a importância de pesquisas atualizadas e confiáveis que informem políticas e programas de combate à fome.** Em 2022, ano de eleições, esta iniciativa também deve servir como ferramenta para que as agendas das candidaturas favoreçam a criação e o avanço de políticas públicas nacionais com esse sentido, orientadas por uma alimentação saudável a partir da construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis — área prioritária de atuação do Ibirapitanga. Em tempos de franca crise socioambiental, a fome deve ser enfrentada com base em sua multifatorialidade, com abordagem nas transformações dos sistemas alimentares para a redução de impactos sobre as mudanças climáticas, para o cuidado com a saúde das pessoas, para uma economia sustentável e, finalmente, pela construção de relações sociais justas e equitativas.

IBIRAPITANGA





O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado com muita competência pela Rede PENSSAN, nos apresenta a triste realidade da fome no país. Ao mesmo tempo, ele nos remete à necessidade de pensar em alternativas que interrompam esse ciclo de vulnerabilidades que, de tempos em tempos, ficam ao relento; e nos convoca a agir em prol de uma efetiva e permanente melhoria da saúde e da qualidade de vida de cada pessoa, fazendo valer os preceitos da cidadania, da diversidade, da igualdade e da solidariedade, valores que nos sustentam e nos dão sentido.

Para o Sesc, a comunhão desses ideais fortalece as ações socioeducativas realizadas no Estado de São Paulo, em especial pelo programa Mesa Brasil, cujo objetivo é combater a fome, minimizar as desigualdades sociais e evitar o desperdício de alimentos, tecendo uma firme rede de colaboradores. **A partir de agora, os resultados do presente Inquérito servirão de guia para muitas de nossas ações e serão divulgados com a firmeza e a seriedade que o tema requer.** Betinho dizia que “quem tem fome tem pressa”. Apressemos-nos, coletivamente, para estancar a fome.





Durante mais de uma década, o Brasil foi admirado por suas políticas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional. O conjunto de políticas e programas somados ao funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), espaço de concertação entre sociedade civil, órgãos governamentais e outros setores, foi fundamental para tirar o país do Mapa da Fome das Nações Unidas, em 2014. Para a Oxfam Brasil, o sucesso dessas políticas sempre foi uma referência a ser compartilhada com outros países.

Desde o primeiro dia de funcionamento, o atual governo trabalhou pelo fim de programas e políticas sociais reconhecidos internacionalmente e que tinham resultados concretos no combate à fome. O fim do Consea, no dia 1º de janeiro de 2019, não deixou dúvidas sobre isso. **Com a pandemia da Covid-19, foram escancaradas as desigualdades brasileiras e a existência de um governo sem liderança e compromisso para estabelecer as políticas públicas e prioridades necessárias.**

O II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede PENSSAN, põe luz sobre o drama pelo qual passa o país. Para a Oxfam Brasil, esse é um trabalho de grande importância para a nossa sociedade. Não podemos normalizar a fome. Temos que nos indignar! O dia em que nós, como sociedade, perdermos a capacidade de nos indignar com o fato de que existem pessoas pegando ossos em caminhão, perderemos nossa humanidade e a capacidade de construir um país justo e solidário.



OXFAM
Brasil



Sumário

4	Apresentação
13	Lista de tabelas, figuras e quadros
16	Lista de siglas e abreviaturas
17	Resumo
19	Introdução
23	Objetivos
24	Métodos
25	Tipo de estudo e população incluída
26	Tamanho e distribuição da amostra
28	Fatores de ponderação da amostra
29	Instrumento de coleta de informações
29	Processamento da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)
31	Processamento da Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH)
32	Análise de dados
33	Procedimentos éticos
34	Resultados
35	Descrição geral da população
35	Situação de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar
41	Efeitos da pandemia sobre os agricultores familiares/produtores rurais e relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
44	Indicadores sociodemográficos e suas relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
50	Perfil da pessoa de referência das famílias e a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
53	Estratégias de enfrentamento da Insegurança Alimentar diante da pandemia da Covid-19
61	Acesso às políticas públicas e ao apoio social e relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
70	Insegurança Hídrica e sua relação com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
72	Evolução da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar
83	Considerações finais
92	Referências
99	Anexos

Lista de tabelas, figuras e quadros

FIGURA 1	27
Distribuição amostral, por macrorregião, do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 2	36
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 3	39
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no país. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 4	45
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita – SMPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 5	48
Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um/a morador/a desempregado/a, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 6	49
Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 7	50
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 8	51
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 9	52
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a escolaridade, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 10	54
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo mudanças na dinâmica financeira das famílias, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 11	57
Realização ou não das três principais refeições diárias na semana (café da manhã, almoço e jantar). Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 12	59
Comparação da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as modificações que ocorreram na quantidade comprada de arroz, feijão, carnes, frutas e vegetais para as famílias, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 13	61
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), de acordo com o recebimento de aposentadoria nas famílias, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 14	64
Relação (em%) entre recebimento (3 meses anteriores ou no mês da entrevista) do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil e Segurança Alimentar/níveis de Insegurança Alimentar (IA). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	

FIGURA 15	65
Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) conforme acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 16	67
Acesso (em %) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em domicílios com algum morador/a matriculado/a na rede pública de ensino, segundo a renda per capita das famílias e Segurança Alimentar/níveis de Insegurança Alimentar (IA), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 17	68
Acesso (em%) a restaurantes populares, segundo a renda per capita das famílias e Segurança Alimentar/níveis de Insegurança Alimentar (IA), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 18	69
Relação (em%) entre a solicitação e recebimento do auxílio emergencial e a Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com renda per capita de até 1/4 de salário mínimo, Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 19	72
Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 20	74
Evolução (em%) da estimativa da Insegurança Alimentar moderada + grave, segundo as macrorregiões do Brasil, entre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), o I VIGISAN, de 2020 e o II VIGISAN, de 2022). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 21	75
Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo sexo da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 22	76
Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo sexo da pessoa de referência em domicílios com faixa de renda familiar per capita menor que 1/2 salário mínimo per capita (SMPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 23	78
Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo raça/cor autorreferida da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 24	81
Prevalência (em%) da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com moradores de até 10 anos de idade, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
FIGURA 25	82
Comparação (em%) da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo a relação de trabalho da pessoa de referência do domicílio, entre o I e II VIGISAN, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
QUADRO 1	31
Pontuação das perguntas para a medida da Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 1	37
Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 2	38
Distribuição de domicílios (%) e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	

TABELA 3	40
Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 4	42
Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar de domicílios de agricultores familiares/produtores rurais, no Brasil e macrorregiões rurais. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 5	43
Efeitos da pandemia sobre os agricultores familiares/produtores rurais e a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 6	44
Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar de domicílios de agricultores familiares/produtores rurais, segundo a capacidade de recuperação dos efeitos da pandemia, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 7	47
Distribuição percentual no I e II VIGISAN da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo faixas de renda familiar per capita, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 8	56
Comparação entre o relato dos moradores nos domicílios que tiveram o sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguirem alimentos, a Segurança Alimentar (SA) e os níveis de Insegurança Alimentar (IA)*. Brasil, localização do domicílio (urbana e rural) e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 9	71
Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo o grau de Segurança Hídrica, Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 10	77
Evolução da distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo ano do inquérito, sexo da pessoa de referência e rendimento familiar per capita ano do inquérito. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
TABELA 11	79
Comparação da distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo a raça/cor da pele da pessoa de referência dos domicílios, entre o I e II VIGISAN, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	

Lista de siglas e abreviaturas

BPC	Benefício de Prestação Continuada
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EDIH	Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
HUCFF/ UFRJ	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/Universidade Federal do Rio de Janeiro
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SA	Segurança Alimentar
SA/IA	Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário mínimo
SMPC	Salário mínimo per capita
UF	Unidade Federativa
I VIGISAN	I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil
II VIGISAN	II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

Resumo

Considerando a deterioração já bastante divulgada das condições sociais da população brasileira, **o objetivo principal do II VIGISAN é manter o monitoramento ativo da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), com divulgação ampla de seus resultados, dando transparência e relevo à situação emergencial da fome.** Trata-se de um inquérito representativo da população brasileira, com abrangência das 5 macrorregiões (rural e urbana) e as 27 Unidades da Federação. Foram incluídos na amostra 12.745 domicílios, com entrevistas face a face de uma pessoa adulta. A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2021 e abril de 2022, com a utilização de questionário contendo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em sua versão de oito perguntas. **Os resultados revelam que 41,3% dos domicílios estavam em situação de SA, enquanto em 28,0% havia incerteza quanto ao acesso aos alimentos, além da qualidade da alimentação já comprometida (IA leve).** Restrição quantitativa aos alimentos ocorria em 30,1% dos domicílios, dos quais 15,5% convivendo com a fome (IA grave). Em termos populacionais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com IA e mais de 33 milhões em situação de fome (IA grave). A desigualdade de acesso aos alimentos se manifesta com maior força em domicílios rurais, 18,6% dos quais enfrentando a fome em seu cotidiano. Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte; 21,0%, no Nordeste. A IA está também diretamente relacionada a outras condições de desigualdade. A fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda.

O II VIGISAN identificou, também, a coexistência entre a IA e a Insegurança Hídrica, avaliada pelo uso da Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH), num contingente expressivo da população brasileira, indicando que 42,0% das famílias em situação de Insegurança Hídrica estão também sujeitas à fome. A progressiva crise econômica, a pandemia e o desmonte das políticas públicas que poderiam minimizar o impacto das duas primeiras explicam o recrudescimento da IA e da fome entre o final de 2020 e o início de 2022. Mesmo o Auxílio Brasil, vigente no período do Inquérito, não mitigou a grave situação social do povo brasileiro, uma vez que a fome ainda estava presente em 21,5% dos domicílios das famílias que solicitaram e conseguiram receber o benefício deste programa social. Apesar dos níveis de SA terem se mantido em torno de 40%, persiste o agravamento da IA, tanto nos níveis moderado quanto grave. Entre o último trimestre de 2020 e o primeiro de 2022, a IA grave subiu de 9,0% para 15,5%, incorporando, em pouco mais de 1 ano, 14 milhões de novos brasileiros ao exército de famintos do país. A piora da IA é a repercussão das desigualdades sociais que resultam de processos econômicos e políticos, com destruição de instituições e políticas públicas, desde 2016. **As evidências aqui colocadas apontam a amplitude dos desafios e a necessidade de uma agenda de reconstituição das instituições públicas e de reorientação das estruturas econômicas, políticas e sociais no Brasil.**

Introdução

Introdução

O **I VIGISAN**, conduzido no final de 2020 pela Rede PENSSAN e parceiros¹, revelou que 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em condições de Insegurança Alimentar (IA) e 9,0% conviviam com a fome. Mais do que efeitos da crise sanitária da Covid-19, tais restrições de acesso à alimentação expunham um quadro preocupante de deterioração socioeconômica e profundas desigualdades na sociedade brasileira, anterior à pandemia e agravado por ela. Esse quadro persistiu em 2021, com desemprego elevado, precarização do trabalho, perda de direitos sociais e queda do poder aquisitivo – enquanto a Covid-19 seguia ceifando vidas às centenas de milhares, num ritmo aterrorizante, chegando a mais de 660 mil mortes em abril de 2022 – fatos que revelaram para a sociedade brasileira uma autoimagem desconcertante, expressa em mazelas que se agravam e se renovam.

1 A rede de parceiros do I VIGISAN era composta pela ActionAid, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Instituto Ibirapitanga e Oxfam Brasil. Para o II VIGISAN, essa rede foi ampliada, passando a integrar o grupo a Ação da Cidadania e o Sesc São Paulo.



Nesse sentido, níveis alarmantes de IA e de fome integram o contexto de crises que seguem vulnerabilizando um crescente contingente populacional, agora incorporando segmentos das camadas médias antes socialmente mais protegidas. Por outro lado, ao avanço desse ambiente de degradação social se juntaram os progressivos processos de desmonte de políticas públicas e a fragilização das instituições que formam a rede de proteção social, tanto no campo da alimentação, como no de outras condições exigidas para que se tenha uma vida digna e saudável.





As várias manifestações de desigualdades sociais em 2021/2022, em especial aquelas relativas à raça/cor e ao gênero, acentuaram-se em todo o espectro de atuação do Estado, com destaque para as áreas da educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente e proteção aos povos e comunidades tradicionais, especialmente aos povos indígenas.



Foto: Túlio Martins/ActionAid

A intensificação dessa onda deformadora do Estado, em curso desde 2016, impactou direitos sociais, econômicos e ambientais, com incidência especialmente grave no Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A má gestão pública da pandemia no Brasil é um fator agravante desse cenário pré-existente.

Os frágeis indícios de recuperação da atividade econômica medida pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não foram acompanhados da melhoria dos rendimentos da população e de significativa recuperação do emprego. Tais fatos levaram ao aumento das desigualdades no país que, somado à elevada inflação, em particular nos preços dos alimentos, impactou com mais intensidade o poder de compra dos mais vulnerabilizados, uma vez que quanto menor a renda familiar maior a proporção dela destinada à alimentação. Assim, esses grupos sociais foram deslocados para a borda inferior da sobrevivência, desprovidos de renda suficiente, de moradia adequada, de serviços sanitários, de acesso à educação e aos serviços de saúde, passando, também, em seu cotidiano, a conviver com a fome. Ou seja, esses grupos sociais são desdenhados pelas elites econômicas do país e deserdados por um Estado gerenciado sob a doutrina neoliberal e sob a obsessão pelo equilíbrio fiscal e controle de gastos.



Nesse cenário de desmonte das políticas públicas, direta ou indiretamente voltadas à proteção e à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), deve-se destacar, em 2021, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Bolsa Família (PBF), substituídos pelos programas Alimenta Brasil e Auxílio Brasil, respectivamente, reconhecidos por analistas sobre o tema como frágeis em suas concepções e objetivos, além de limitados na abrangência populacional. Estima-se que apenas metade dos 100 milhões de pessoas antes atendidas pelo PBF e pelo Auxílio Emergencial permaneceu com acesso ao Auxílio Brasil. Ademais, sobressai, neste período da pandemia, a má gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



Foto: Thais Alvarenga/Ação da Cidadania

A suspensão das aulas presenciais foi usada como justificativa para a quase eliminação das compras de alimentos da agricultura familiar e, conseqüentemente, para a redução da oferta de refeições de qualidade aos escolares.

A reversão desse cenário é tarefa urgente, para a qual se faz necessário retomar o caminho do enfrentamento prioritário da fome e da pobreza como política de Estado. São imperativas a implementação de ações para a geração de renda e a promoção da alimentação adequada e saudável, como também o retorno de ações regulatórias frente à inflação de alimentos, com destaque para a constituição de estoques de alimentos e o estímulo à produção oriunda da agricultura diversificada de base familiar.

As evidências expostas neste II VIGISAN demonstram a persistência e o recrudescimento desse panorama desolador e representam o compromisso social de pesquisadores e pesquisadoras de diversos campos do conhecimento científico e de instituições e organizações – Ação da Cidadania, ActionAid, Fundação Friedrich Ebert Brasil, Instituto Ibirapitanga, Oxfam Brasil e Sesc São Paulo – que, com a Rede PENSSAN, assinam este Relatório.



Objetivos

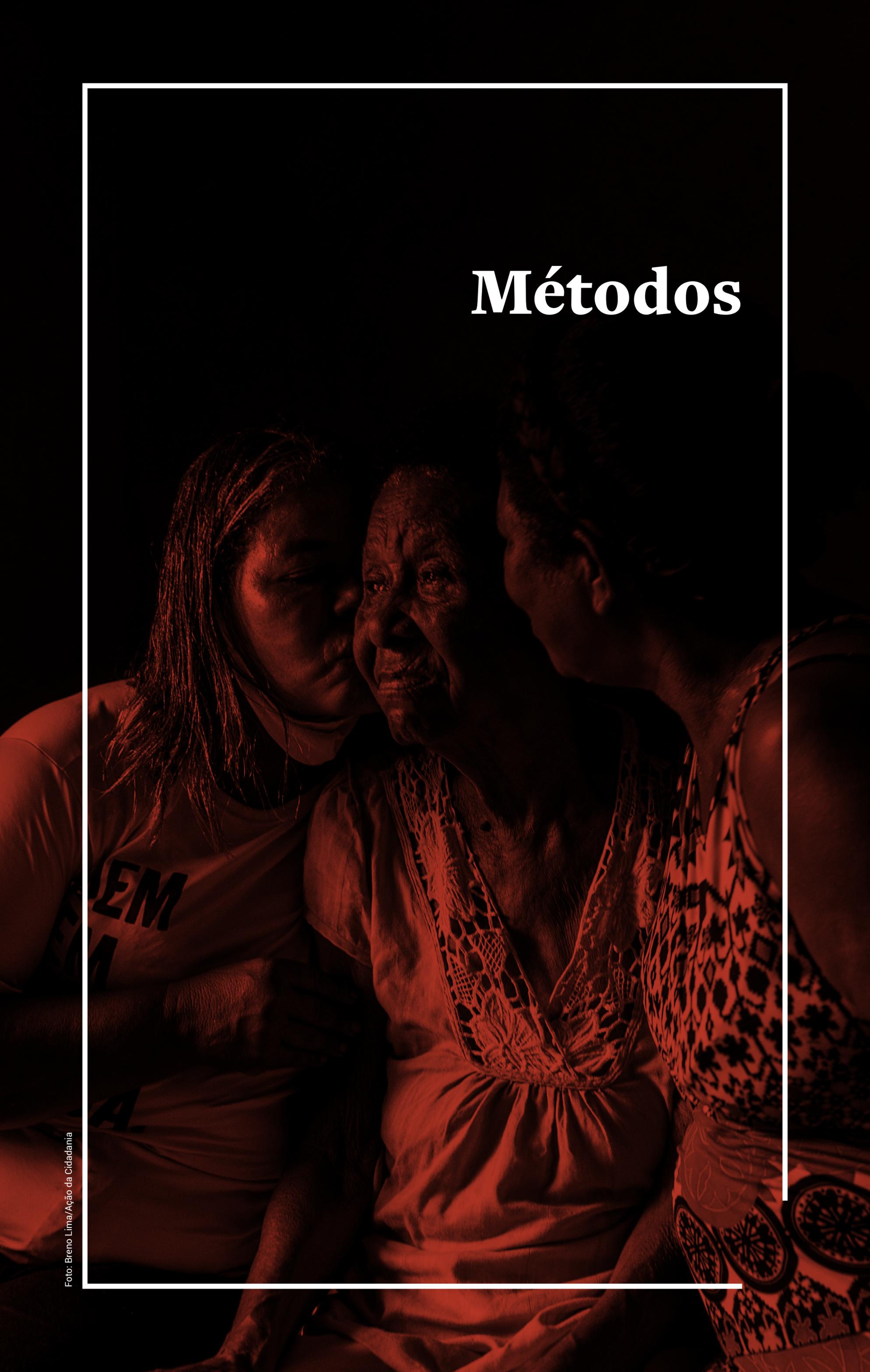


Manter o monitoramento ativo da Segurança Alimentar, atualizando informações dos níveis da Insegurança Alimentar e fome na população brasileira.



Divulgar ampla e abertamente os conhecimentos científicos produzidos, buscando torná-los instrumentos efetivos de ação da cidadania.

Métodos



Tipo de estudo e população incluída



Trata-se de inquérito de base populacional com entrevistas face a face em domicílios representativos das cinco macrorregiões brasileiras, incluindo todos os 26 Estados da Federação e o Distrito Federal, localizados tanto em áreas urbanas quanto rurais. A coleta de dados foi realizada de novembro de 2021 a abril de 2022, período estendido em razão das fortes chuvas que assolavam o país, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, mais intensamente nos Estados da Bahia e Minas Gerais. Entre 18 de março e 5 de abril de 2022 foram feitas análises de consistência dos dados, com revisão e as correções necessárias.

Conforme sistematizada nesta seção Métodos e detalhada nos anexos deste Relatório, a distribuição amostral do II VIGISAN apontou comparabilidade com a distribuição amostral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015, tomada como referência, com semelhanças nas distribuições por sexo e idade entre os inquéritos (**Anexo 1**). Como esperado, não há semelhança em relação à renda familiar mensal per capita aferida nos dois levantamentos, dado o empobrecimento da população verificado nos últimos anos.

Os entrevistadores, com experiência em pesquisas populacionais, foram capacitados e supervisionados para abordagem adequada dos sujeitos do estudo, visando ao melhor entendimento da temática do Inquérito e à maior precisão no levantamento das informações.



Tamanho e distribuição da amostra

O II VIGISAN foi baseado em amostra probabilística, representativa do conjunto da população brasileira. O cálculo da amostra resultou em 12.745 domicílios, totalizando igual número de entrevistas, tendo sido estimados intervalo de confiança de 95% e margem de erro máxima para o total da amostra de 0,9 ponto percentual para mais ou para menos. No **Anexo 2** estão detalhadas as informações de tamanho amostral, sua distribuição espacial, considerando as zonas urbana e rural, e as macrorregiões brasileiras, com as respectivas margens de erro e atendendo sempre a intervalos de confiança de 95%.

A seleção dos conglomerados amostrais foi realizada em três estágios:

1º estágio:

seleção probabilística dos municípios, por meio do método Probabilidade Proporcional ao Tamanho, tomando como base o número de habitantes de cada município.

2º estágio:

seleção aleatória dos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3º estágio:

seleção aleatória dos domicílios: foram entrevistados, aproximadamente, oito domicílios por setor censitário selecionado.

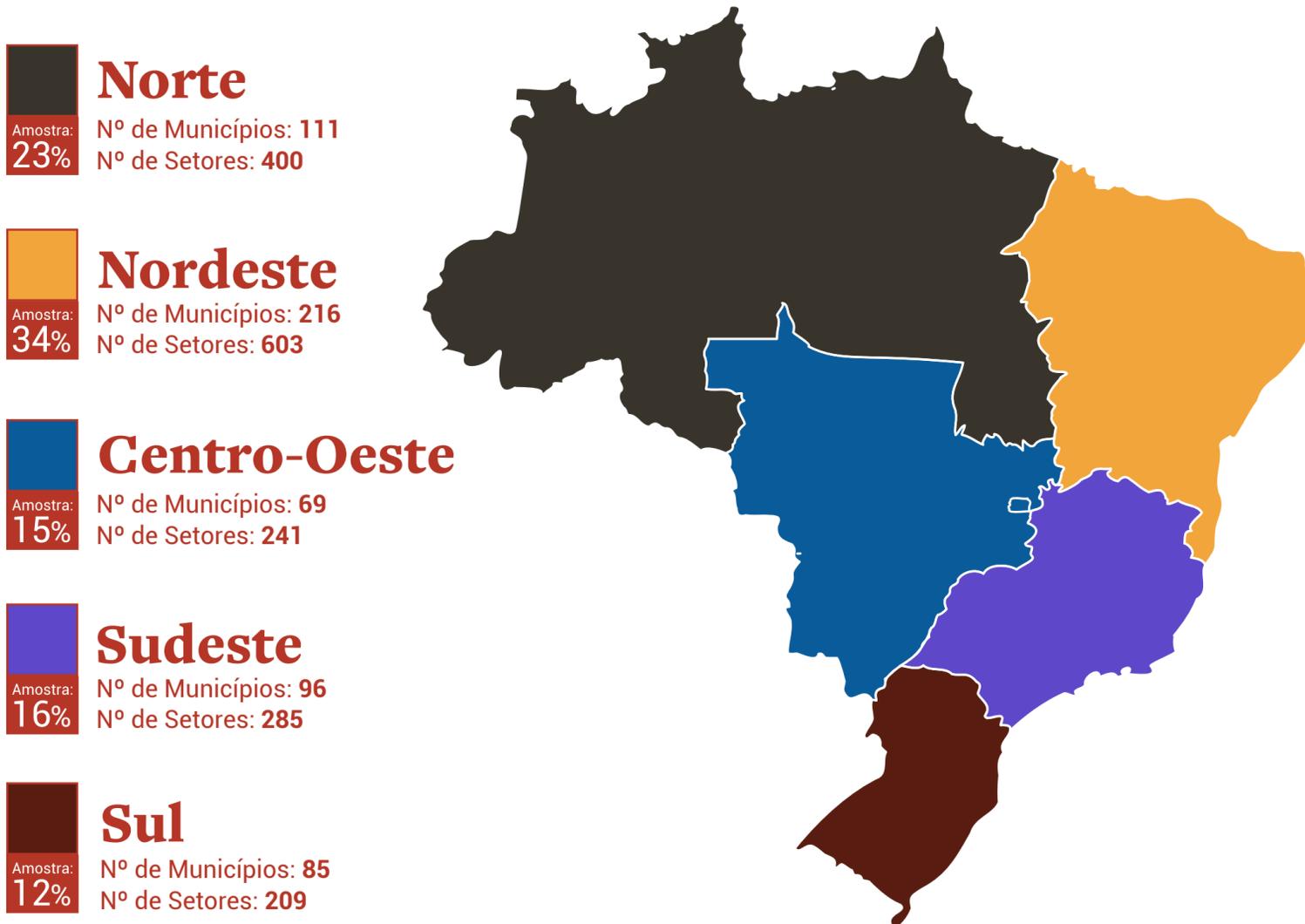


Foto: Túlio Martins/ActionAid



FIGURA 1

Distribuição amostral, por macrorregião, do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



As entrevistas foram realizadas em todas as macrorregiões brasileiras, abrangendo **577 municípios**, distribuídos nos **26 Estados e Distrito Federal**.

Ao todo, os entrevistadores percorreram **1.738 setores censitários**, distribuídos por região, conforme demonstrado no mapa.

Foram entrevistadas pessoas em **12.745 domicílios**, sendo obtidas informações sobre **35.022 indivíduos**.

Média de pessoas por domicílio na amostra: **2,75**



Fatores de ponderação da amostra



Imagem: Márcio de Carvalho

Para obter resultados válidos para o conjunto da população brasileira e para as demais segmentações (macrorregião, localização rural e urbana dos domicílios) foram aplicados fatores de ponderação², de forma a corrigir a desproporção em relação ao percentual de habitantes por Estado, mantendo a amostra geral de 12.745 domicílios (entrevistas).

As entrevistas foram feitas com moradores de idade igual ou superior a 18 anos, preferencialmente, com a pessoa de referência no domicílio (também denominada “chefe”), com uso de tablets ou telefones celulares. Na impossibilidade desta escolha, era selecionada uma pessoa com 18 anos ou mais, desde que estivesse apta a fornecer informações sobre o perfil sociodemográfico de todos os moradores do domicílio, de suas condições gerais, de alimentação e de saúde. Caso a pessoa mais indicada para responder ao questionário não estivesse disponível no momento da primeira abordagem, o/a entrevistador/a voltava posteriormente ao domicílio para realizar a entrevista.

2 O fator de ponderação é o percentual que algum extrato representa do universo pesquisado, dividido pela amostra calculada e obtida em tal extrato. Depois de obtido o fator de ponderação, corrigiu-se a amostra para torná-la representativa do universo. Para tanto, multiplicou-se o número de entrevistas realizadas pelo fator de ponderação.



Instrumento de coleta de informações

O questionário incluído em tablets e celulares continha perguntas estruturadas, ou seja, com respostas pré-definidas e codificadas, exceto para uma pergunta aberta sobre rendimentos familiares em reais. Esse questionário é composto por módulos, representando temáticas de interesse do Inquérito e respectivos indicadores, a saber:

MÓDULO 1 – Identificação da localização geográfica e do tipo de domicílio.

MÓDULO 2 – Perfil sociodemográfico de membros da família.

MÓDULO 3 – Renda e experiência familiar sobre a pandemia da Covid-19.

MÓDULO 4 – Experiência do/a entrevistado/a e das famílias frente à Covid-19.

MÓDULO 5 – Segurança e Insegurança Alimentar no domicílio.

MÓDULO 6 – Segurança e Insegurança Hídrica no domicílio.

MÓDULO 7 – Acesso às políticas públicas, apoio social e indicadores de alimentação.

Nos domicílios entrevistados foram listados todos os moradores, com a descrição do perfil considerando o sexo, a idade, a escolaridade, a raça/cor da pele autorreferida e a ocupação – esta última condição para aqueles com 14 anos ou mais de idade.

Processamento da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)

A SA e os níveis de IA foram obtidos pela aplicação da EBIA de oito perguntas (**Anexo 3**), com pontos de corte estabelecidos segundo o número de respostas afirmativas a esses itens (**Anexo 4**). As perguntas foram formuladas de modo que respostas afirmativas significam a ocorrência de um agravante da condição alimentar. Para a estratificação da SA/IA dos domicílios, atribui-se um ponto para cada resposta afirmativa às perguntas do questionário, sendo o escore domiciliar correspondente à soma desses pontos, variando em uma amplitude de 0 a 8. Quanto maior a pontuação, mais acentuada é a condição de IA. Itens da escala não respondidos invalidam a medida da IA para aquele domicílio. A EBIA de 8 itens utilizada é uma versão da EBIA original com 14 itens e foi anteriormente validada.



A EBIA foi adotada pelo Brasil para estimar a IA da população em 2004. Trata-se de metodologia que dialoga com o conceito de SAN nos estudos populacionais e identifica situações de privação na alimentação vividas pelas famílias, antes mesmo que estejam instalados quadros de agravos à saúde e do estado nutricional das pessoas. A EBIA avalia o acesso aos alimentos nos lares na perspectiva dos responsáveis pelo preparo das refeições ou de algum/a morador/a adulto/a que tenha conhecimento da dinâmica alimentar das famílias, diante da escassez de dinheiro, em quatro níveis (SA e IA leve, moderada ou grave). O nível mais severo – IA grave – permite o monitoramento da fome no país. Outras escalas equivalentes de aferição da SA/IA têm sido usadas em diversos continentes e em países de renda alta, média e baixa, bem como pela ONU, como instrumento adequado para o monitoramento do Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Processamento da Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH)

Para a mensuração dos gradientes de Insegurança Hídrica foram consideradas as perguntas específicas sobre esse tema, que compõem a Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH), descritas no **Anexo 5**. A EDIH considera pontos de corte estabelecidos com base nos escores de respostas aos 12 itens avaliados. A pontuação correspondente a cada item, conforme a opção da resposta, está apresentada no Quadro 1.

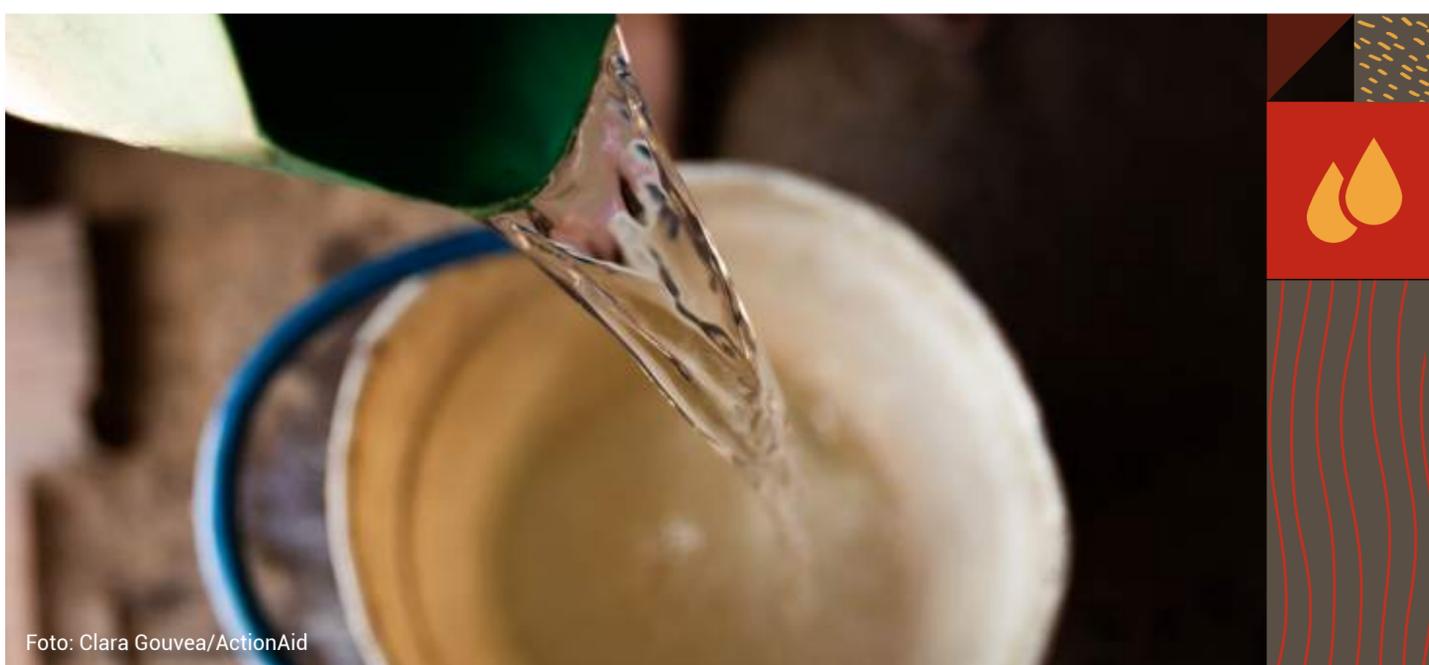


Foto: Clara Gouveia/ActionAid

QUADRO 1

Pontuação das perguntas para a medida da Escala de Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Opções de resposta	Pontuação
Nunca	0
Raramente	1
Algumas vezes	2
Frequentemente ou Quase todos os dias	3

Desta forma, para a estratificação dos níveis de Segurança/Insegurança Hídrica, considerou-se o escore domiciliar correspondente à soma da pontuação dos 12 quesitos, variando em uma amplitude de 0 a 36. Os itens não respondidos invalidam a medida da Insegurança Hídrica para aquele domicílio.

A classificação final do domicílio obedeceu aos seguintes pontos de cortes:

- Segurança Hídrica: 0 – 11 pontos
- Insegurança Hídrica: 12 – 36 pontos



Análise de dados

A análise das informações contidas neste Relatório foi fundamentalmente descritiva: (i) dos indicadores sobre as características sociais e demográficas da população, incluindo renda familiar, condições de trabalho, raça/cor, gênero e escolaridade da pessoa de referência; (ii) o acesso aos alimentos expresso pela classificação da SA/IA; (iii) o acesso à água para consumo individual e para produção (área rural); (iv) questões relacionadas à Covid-19 que ocasionaram mudanças nas famílias; e (v) indicadores proxy do padrão de consumo alimentar.

As prevalências de SA/IA foram analisadas para identificar desigualdades de diversas naturezas, individuais e coletivas, por meio de suas associações com os indicadores descritos acima, além de outros (indicadores sobre a localização urbana ou rural dos domicílios e regionais). Para essas análises foram utilizadas estatísticas apropriadas às variáveis estudadas (Teste Qui-quadrado), assumindo níveis de significância para as associações de 95% (p-valor menor que 0,05%) como forma de avaliar **a relação significativa entre as dimensões avaliadas e os níveis de SA/IA.**

Todas as informações são apresentadas com as amostras ponderadas, como exposto anteriormente (em: Fatores de ponderação da amostra).

Suas expansões permitem identificar o número de brasileiros afetados pelas condições descritas.

O II VIGISAN incluiu amostra que permite desagregar os dados por estados e Distrito Federal, cujos resultados serão apresentados em suplemento complementar.



Procedimentos éticos

Os pesquisadores consideram a presente pesquisa de risco mínimo, por se tratar de inquérito populacional sem qualquer tipo de intervenção. Os entrevistadores foram treinados e orientados para interagirem cuidadosa e respeitosamente com os entrevistados. Além disso, mostraram, no momento da entrevista, um documento com informações adicionais sobre o II VIGISAN. Depois de sua leitura, obtiveram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O II VIGISAN é parte de um projeto amplo de monitoramento da SA/IA no contexto da Covid-19, coordenado pela Rede PENSSAN e executado pelo Instituto Vox Populi. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - CAEE 30679914.0.0000.5257.



Resultados

Descrição geral da população

Os resultados do II VIGISAN confirmam o quadro de pobreza e suas consequências neste tempo de sinergia entre as várias crises pelas quais passa o país. É muito baixo o rendimento da população brasileira, uma vez que 36,8% das famílias tinham renda per capita média de até 1/2 salário mínimo. Dentre essas famílias, cerca da metade vivia com, no máximo, 1/4 de SMPC para atender às suas despesas. Em 14,3% dos domicílios havia pelo menos 1 morador/a procurando emprego, e em 8,2%, a pessoa responsável pela família estava desempregada. A Covid-19 ceifou vidas em 6,1% das famílias brasileiras. Para agravar todas as situações de vulnerabilidade, em 42,5% delas a pessoa vitimada pela doença contribuía para o atendimento às despesas domiciliares. A junção dessas condições, e possivelmente outras, levou ao endividamento de 38,2% das famílias e à necessidade de cortes em despesas essenciais em 57,1% dos domicílios. É necessário dizer ainda que esses indicadores de pobreza e suas consequências são piores nas regiões Norte e Nordeste, nos domicílios rurais do país, bem como em moradias com a pessoa de referência autodeclarada de cor preta ou parda, ou que eram mulheres. Um detalhamento das condições sociais, econômicas e sanitárias da população brasileira pode-se ler nos **Anexos 6, 7, 8 e 9**, e suas consequências observadas no padrão de acesso das famílias aos alimentos, mostrados no texto a seguir.

Situação de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar

Como já mencionado anteriormente, ao longo dos últimos anos, **o povo brasileiro vem empobrecendo progressivamente e enfrentando as consequências da precarização da vida, sem o suporte adequado e efetivo de ações do Estado**. O resultado da combinação desses fatores teve reflexos claros na capacidade de acesso à alimentação suficiente e adequada pelas famílias brasileiras e constitui violação do preceito constitucional no Brasil relativo ao direito humano à alimentação adequada.

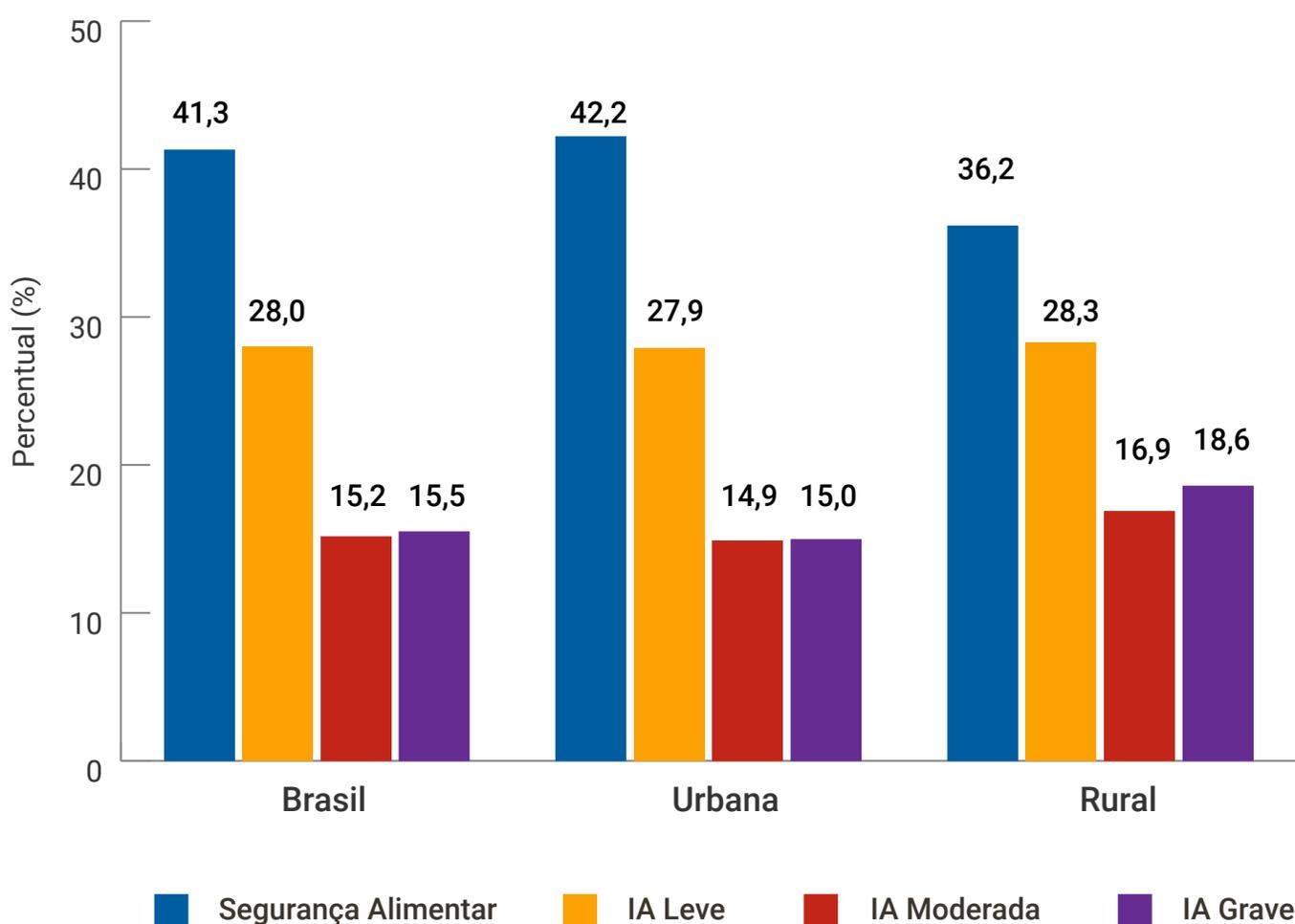


Entre o final de 2021 e início de 2022, os moradores de pouco mais de 40% dos domicílios (Figura 2) tinham garantia de acesso pleno aos alimentos, ou seja, viviam em SA. Em 28,0% deles havia referência à instabilidade na alimentação dos moradores – traduzida pela preocupação quanto à possível incapacidade de obter alimentos no futuro próximo e comprometimento da qualidade da alimentação – ou experiência de IA leve. Em 1/3 dos domicílios (30,7%) já havia relato de insuficiência de alimentos que atendessem às necessidades de seus moradores, ou seja, IA moderada ou grave, dos quais 15,5%, conviviam com experiências de fome.

A condição alimentar dos moradores em áreas rurais do país foi pior, comparativamente aos de áreas urbanas, com a IA atingindo mais de 60% dos domicílios, e com prevalências mais elevadas nas suas formas mais severas, com IA moderada e IA grave em 16,9% e 18,6%, respectivamente.

FIGURA 2

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



A quantidade de domicílios em situação de IA é preocupante e revela injustiça e descaso a que são submetidos milhões de brasileiros.

São **125,2 milhões** de pessoas em IA e mais de **33 milhões** em situação de fome, expressa pela IA grave.

(Tabela 1)



Percentualmente, a situação dos habitantes em área rural é mais grave, mas o contingente de famintos em área urbana, cerca de 27 milhões, é assustador e revela o fosso social existente nas cidades do Brasil.

TABELA 1

Distribuição percentual de domicílios por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar e número dos moradores por estas condições. Brasil e localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil e localização dos domicílios	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)							
	Domicílios (%)				Moradores (por mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
Brasil	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Urbano	42,2	27,9	14,9	15,0	77.158	51.031	27.212	27.405
Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	11.032	8.635	5.165	5.681



As desigualdades regionais no país que se manifestam em todas as áreas, como nos rendimentos médios, saúde, educação, saneamento e tantas outras, estiveram presentes também no acesso das pessoas aos alimentos.



Se analisarmos as duas regiões que concentram o segmento de menor renda do país, o Norte e o Nordeste, encontramos o maior percentual de famílias em situação de fome no Brasil.

Essas pessoas com restrição muito grave de alimentos (IA grave) em seu cotidiano moram em cerca de 26,0% dos lares da região Norte e em 21,0% daqueles da região Nordeste. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos domicílios e dos moradores, incluindo as informações das regiões Sul e Sudeste do país separadamente e, também, em conjunto, para que seja possível compará-las com os dados do I VIGISAN.

TABELA 2

Distribuição de domicílios (%) e moradores (n), por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)

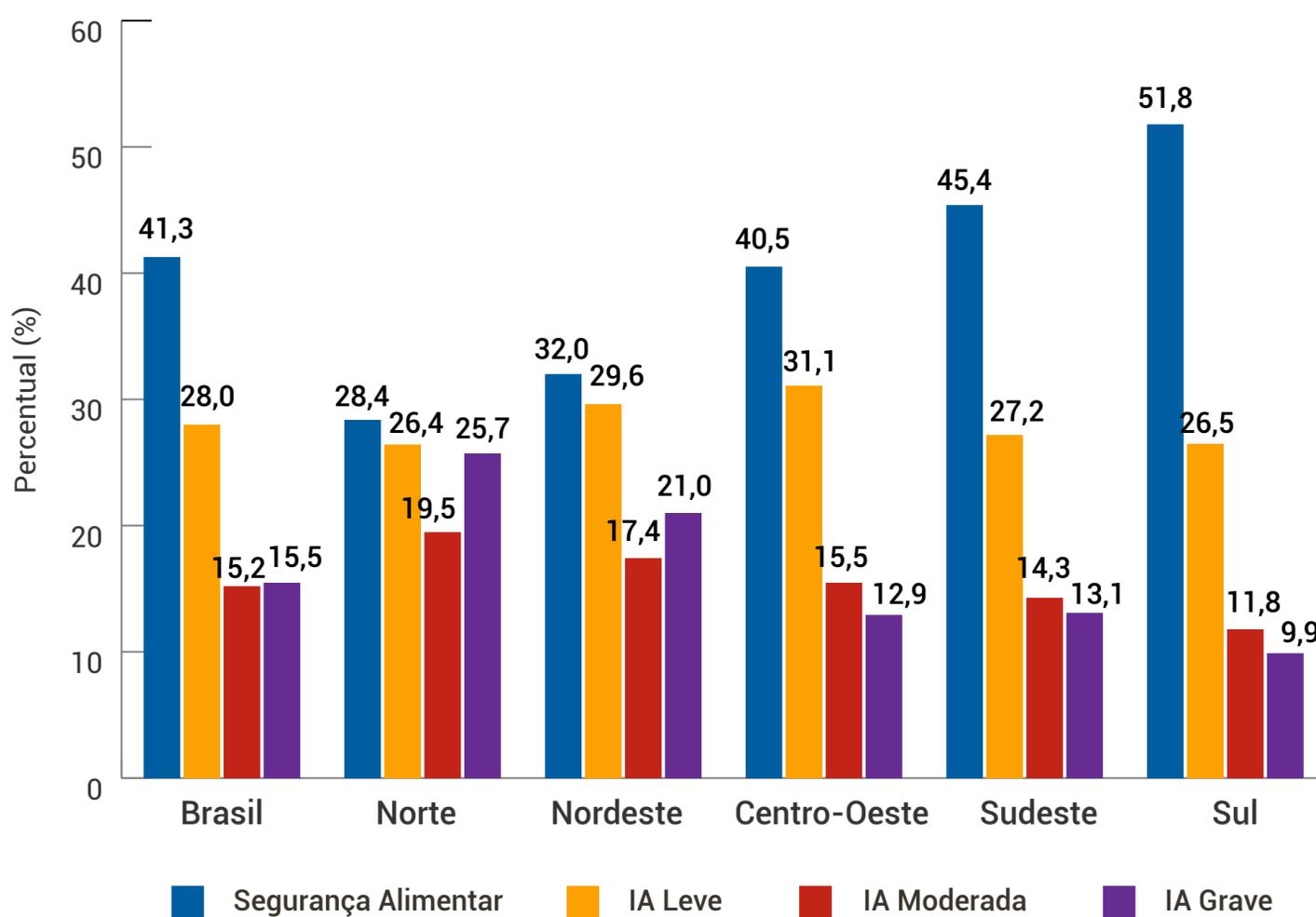
Brasil e macrorregiões	Domicílios (%)				Moradores (mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
BRASIL	41,3	28,0	15,2	15,5	88.160	59.667	32.387	33.103
Norte	28,4	26,4	19,5	25,7	5.370	4.991	3.687	4.859
Nordeste	32,0	29,6	17,4	21,0	18.444	17.047	10.051	12.127
Centro-Oeste	40,5	31,1	15,5	12,9	6.766	5.196	2.590	2.155
Sul/Sudeste	48,1	26,9	13,2	11,7	57.737	32.290	15.845	14.044
Sudeste	45,4	27,2	14,3	13,1	40.693	24.380	12.818	11.742
Sul	51,8	26,5	11,8	9,9	15.749	8.057	3.588	3.010



A Figura 3 representa graficamente a situação de desigualdade acima descrita, uma recorrência do que temos visto ao longo da História, com alguma redução das disparidades regionais em breves intervalos de tempo, como ocorreu entre 2004 e 2013. A região Sudeste aparece com prevalência de SA (45,4%) pouco acima da média nacional; a região Sul tem cerca de 52% de seus domicílios nesta situação. O oposto ocorre nas regiões Norte e Nordeste, onde há baixo acesso pleno aos alimentos (SA), e com IA moderada e, sobretudo, com a fome (IA grave), com prevalências que superam, em muito, as observadas nas demais regiões.

FIGURA 3

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no país. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Até aqui se chamou atenção para as desigualdades geográficas, regionais e de localização dos domicílios em áreas rurais ou urbanas. Entretanto, em qualquer dessas situações e em outras realidades sociais, expostas mais adiante neste Relatório, é necessário observar a relação da composição familiar com a SA e os níveis de IA. Domicílios com jovens – portanto, com a maioria deles dependentes economicamente – têm mais chance de ter seus moradores em situação de IA.



Na Tabela 3, observamos gradiente decrescente de SA, a qual varia de 47,4% em domicílios com moradores composto apenas por adultos, passando por valores intermediários e chegando a um nível baixíssimo de acesso pleno aos alimentos (SA) naqueles domicílios onde residiam três ou mais moradores com idade até 18 anos (17,5%).

Por outro lado, tanto a IA moderada quanto a grave, ou seja, com ocorrência de restrição quantitativa de alimentos nas casas, apresentam gradientes crescentes de severidade conforme o aumento do número de moradores com idade até 18 anos (Tabela 3). **Assim, as proporções de IA moderada e IA grave variaram de cerca de 13,0% nos domicílios apenas com moradores adultos, a cerca de 25,0%, naqueles que tinham três ou mais pessoas com até 18 anos. Ou seja, a maior quantidade de moradores com idade até 18 anos nos domicílios está relacionada com a gravidade da IA no país.** A IA e a fome entre crianças e adolescentes têm sido objeto de estudos, dentre eles, alguns recentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que denunciam os efeitos negativos e imediatos sobre suas condições de saúde e bem-estar e alertam para os impactos futuros que comprometem as potencialidades físicas e sociais destes jovens (Tabela 3).

TABELA 3

Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar nos domicílios, segundo a presença de moradores em diferentes faixas de idade, Brasil. II VIGISAN-SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Composição das famílias	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Somente adultos	47,4	25,9	13,2	13,5
Com 1 morador até 18 anos	41,1	29,4	14,7	14,8
Com 2 moradores até 18 anos	31,3	29,3	19,2	20,2
Com 3 ou mais moradores até 18 anos	17,5	31,6	25,2	25,7



Efeitos da pandemia sobre os agricultores familiares/produtores rurais e relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar

As dificuldades de acesso aos alimentos, aparentemente paradoxal, foi proporcionalmente mais frequente em domicílios rurais do que naqueles de áreas urbanas.

Entre os domicílios rurais, o segmento da agricultura familiar sofreu o impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetado pelo desmonte das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor do campo. As formas mais severas de IA (IA moderada ou grave) estavam presentes em cerca de 38,0% dos domicílios de agricultores(as) familiares/produtores(as) rurais. A prevalência de IA grave era de 21,8%, mostrando que a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações.



Foto: Clara Gouvea/ActionAid



O quadro é mais preocupante nas regiões Norte e Nordeste, onde as formas mais graves de IA (IA moderada ou IA grave) eram realidade em 54,6% e 43,6% dos domicílios, respectivamente, e o acesso pleno aos alimentos existia em apenas 20,1% (Norte) e 16,4% (Nordeste) dos domicílios. Em oposição, nas regiões Sul e Sudeste, os efeitos das crises econômica, política e sanitária incidiram com menos intensidade entre os seus agricultores familiares/produtores rurais. No entanto, estas regiões apresentaram estimativas de IA mais elevadas do que aquelas observadas no I VIGISAN, em 2020, sinalizando que houve um aumento expressivo de IA no meio rural brasileiro, mesmo em regiões mais desenvolvidas (Tabela 4).

TABELA 4

Distribuição percentual da condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar de domicílios de agricultores familiares/produtores rurais, no Brasil e macrorregiões rurais. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil rural e macrorregiões rurais	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Brasil (n=435)	30,4	31,8	16,1	21,8
Norte	20,1	25,3	14,4	40,2
Nordeste	16,4	40,0	21,0	22,6
Centro-Oeste	32,6	28,8	22,1	16,5
Sudeste	60,6	17,3	6,5	15,6
Sul	70,2	16,0	3,5	10,3

Nota: Considerando a posição de agricultor/a ou produtor/a rural da pessoa responsável pelo domicílio.



Os piores níveis de IA foram observados em domicílios rurais de agricultores familiares/produtores rurais onde houve perdas na produção, decorrentes da dificuldade de comercializar seus produtos, com IA grave em 25,6% dos domicílios de agricultores familiares/produtores rurais.



Foto: Márcio de Carvalho

A alta de preços dos alimentos, que chegou rapidamente aos consumidores brasileiros, não foi refletida na mesma proporção em termos de valoração da produção de alimentos entre os produtores, de forma que a queda nos preços dos produtos da agricultura familiar resultou em maiores proporções de IA nestas famílias. (Tabela 5)

Pode-se observar nitidamente que os níveis de IA foram maiores para as famílias que ainda não puderam retomar as condições anteriores à pandemia, especialmente daquelas que não conseguiram reestabelecer completamente sua produção e as quantidades comercializadas (Tabela 6).

TABELA 5

Efeitos da pandemia sobre os agricultores familiares/produtores rurais e a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)

Efeitos da pandemia (n=430)	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Perda de produção	22,9	33,6	17,9	25,6
Redução nos preços	42,9	32,7	10,1	14,3
Nada mudou	47,8	22,0	16,0	14,2



TABELA 6

Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar de domicílios de agricultores familiares/produtores rurais, segundo a capacidade de recuperação dos efeitos da pandemia, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

RECUPERAÇÃO	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
PRODUÇÃO AOS PATAMARES NORMAIS (n=319)				
Sim	60,4	12,8	10,1	16,7
Não	15,6	40,1	18,7	25,7
PREÇOS DE VENDA (n=81)				
Sim	51,6	27,9	14,0	6,4
Não	19,8	47,6	9,7	22,9
QUANTIDADE COMERCIALIZADA (n=129)				
Sim	59,4	16,0	16,3	8,3
Não	13,1	38,2	16,4	32,3

Indicadores sociodemográficos e suas relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar

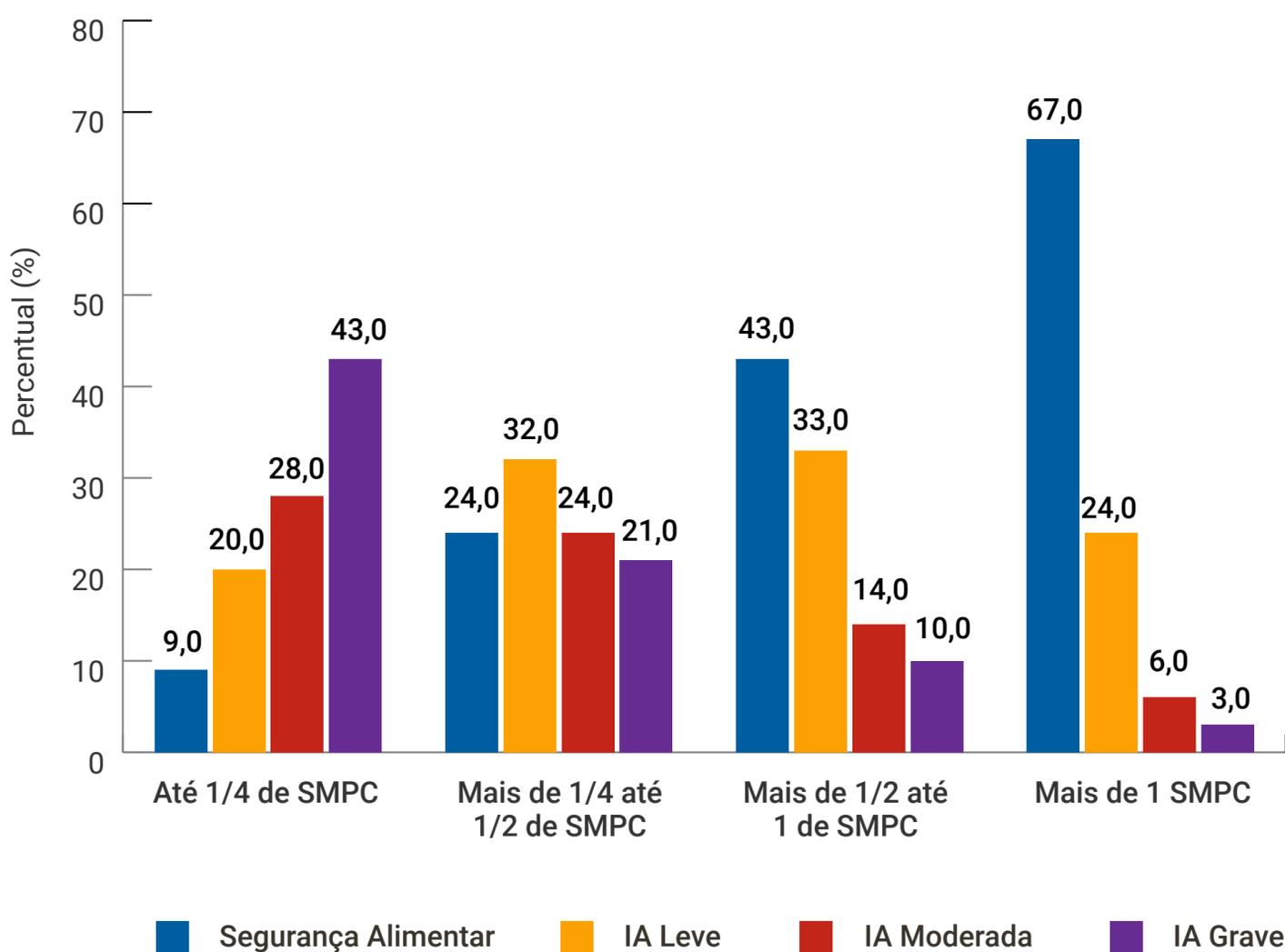
O acesso desigual e insuficiente à renda, aos bens e serviços e às políticas públicas são as condições que melhor explicam as iniquidades relativas à garantia do DHAA. Muitos estudos demonstram que existe uma relação inversa entre renda familiar e a presença de IA, ou seja, nos domicílios com menor renda familiar per capita seus moradores estão mais sujeitos à baixa capacidade de acesso aos alimentos e a níveis de IA mais severos. Os dados do II VIGISAN reforçam essa relação, uma vez que mais de 90% dos domicílios cuja renda per capita era inferior a 1/4 SM possuíam algum grau de IA; por outro lado, em domicílios com renda per capita maior do que 1 SM, a SA esteve presente em 67,0% dos domicílios (Figura 4). Destaca-se que, nos domicílios de menor renda, a restrição na quantidade de alimentos ocorreu em 71,0% dos domicílios; e em 43,0% deles (em 1 a cada 2 domicílios com renda per capita de até 1/4 SM), os moradores vivenciaram a fome.



Tal situação reforça a necessidade de políticas públicas permanentes que possibilitem o aumento dos rendimentos familiares, sejam elas de melhor distribuição da renda, bem como de geração de emprego, aumento do poder de compra do salário mínimo e mais acesso à educação. Este último consiste em política pública fundamental para reverter a situação de vulnerabilidade social que muitas vezes se perpetua em gerações de uma mesma família.

FIGURA 4

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as categorias de renda familiar mensal per capita (múltiplos de salário mínimo per capita – SMPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Como pode ser observado, o rendimento familiar é um bom preditor de SA e dos níveis de IA, e é um indicador adequado para o monitoramento do padrão de acesso aos alimentos na população.



No final de 2020, a fome era realidade vivida pelos moradores de 22,8% dos domicílios (1 a cada 5) cuja renda familiar era de até 1/4 de SMPC.

Nesta mesma faixa de renda, a insuficiência de alimentos para cobrir as necessidades de todos os membros da família (IA moderada) estava presente em 1 a cada 4 domicílios.

Entre o final de 2020 e o início de 2022, nesta mesma faixa de rendimentos, houve redução significativa da proporção de famílias em SA. Em pouco mais de um ano, a fome dobrou nesses domicílios em extrema pobreza.



Outra diferença importante que ocorreu em pouco mais de um ano foi o fato de que, se em 2020 (I VIGISAN) não eram observadas as formas mais severas da IA nas famílias com renda per capita acima de 1 SM (IA moderada ou grave), elas reaparecem no II VIGISAN, em 2021/2022, o que é explicado pela diminuição da IA leve, uma vez que a SA está mantida nesta faixa superior de renda (Tabela 7). É evidentemente uma demonstração do empobrecimento e seus efeitos nas famílias de rendimentos médios.

TABELA 7

Distribuição percentual no I e II VIGISAN da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo faixas de renda familiar per capita, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

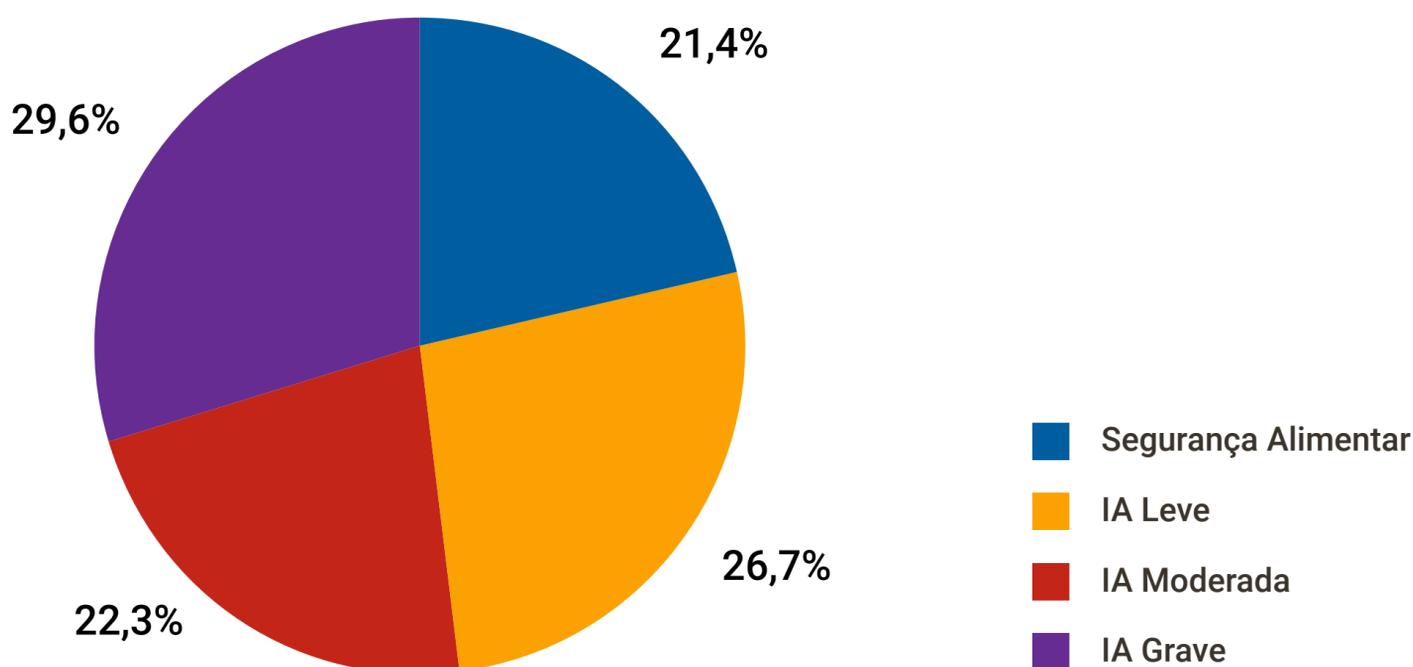
Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)				
Renda familiar per capita em múltiplos de salário mínimo (SM)	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
I VIGISAN (2020)				
≤ 1/4 SM	14,8	36,3	26,2	22,8
>1/4-1/2 SM	25,5	39,1	19,8	15,6
>1/2-1 SM	47,6	37,0	8,9	6,5
Acima de 1 SM	76,6	23,4	0	0
II VIGISAN (2021/2022)				
≤ 1/4 SM	9,0	20,0	28,0	43,0
>1/4-1/2 SM	24,0	32,0	24,0	21,0
>1/2-1 SM	43,0	33,0	14,0	10,0
Acima de 1 SM	67,0	24,0	6,0	3,0



Outro aspecto também documentado pela literatura científica refere-se à relação indireta entre ocupação/emprego e a SA/IA, dado seu efeito sobre os rendimentos familiares. **A SA estava presente em apenas 21,4% dos domicílios onde havia algum/a morador/a desempregado/a. Já a IA moderada e IA grave, nestas condições, era realidade, respectivamente, para 22,3% e 29,6% das moradias (Figura 5).**

FIGURA 5

Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um/a morador/a desempregado/a, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



A ocupação/emprego foi avaliada também considerando se pessoa de referência dos domicílios: (i) era agricultor/a familiar ou produtor/a rural; (ii) se tinha algum tipo de ocupação informal, ou seja, se trabalhava sem ter carteira assinada; (iii) se tinha ocupação formal (CLT ou estatutários); (iv) se era trabalhador/a autônomo/a regular; ou (v) se estava desempregado/a. A análise da ocupação da pessoa de referência com os níveis de SA/IA dos domicílios brasileiros indicou que, quando esse/a estava desempregado/a, a SA se mantinha garantida em apenas 20,9% das famílias.

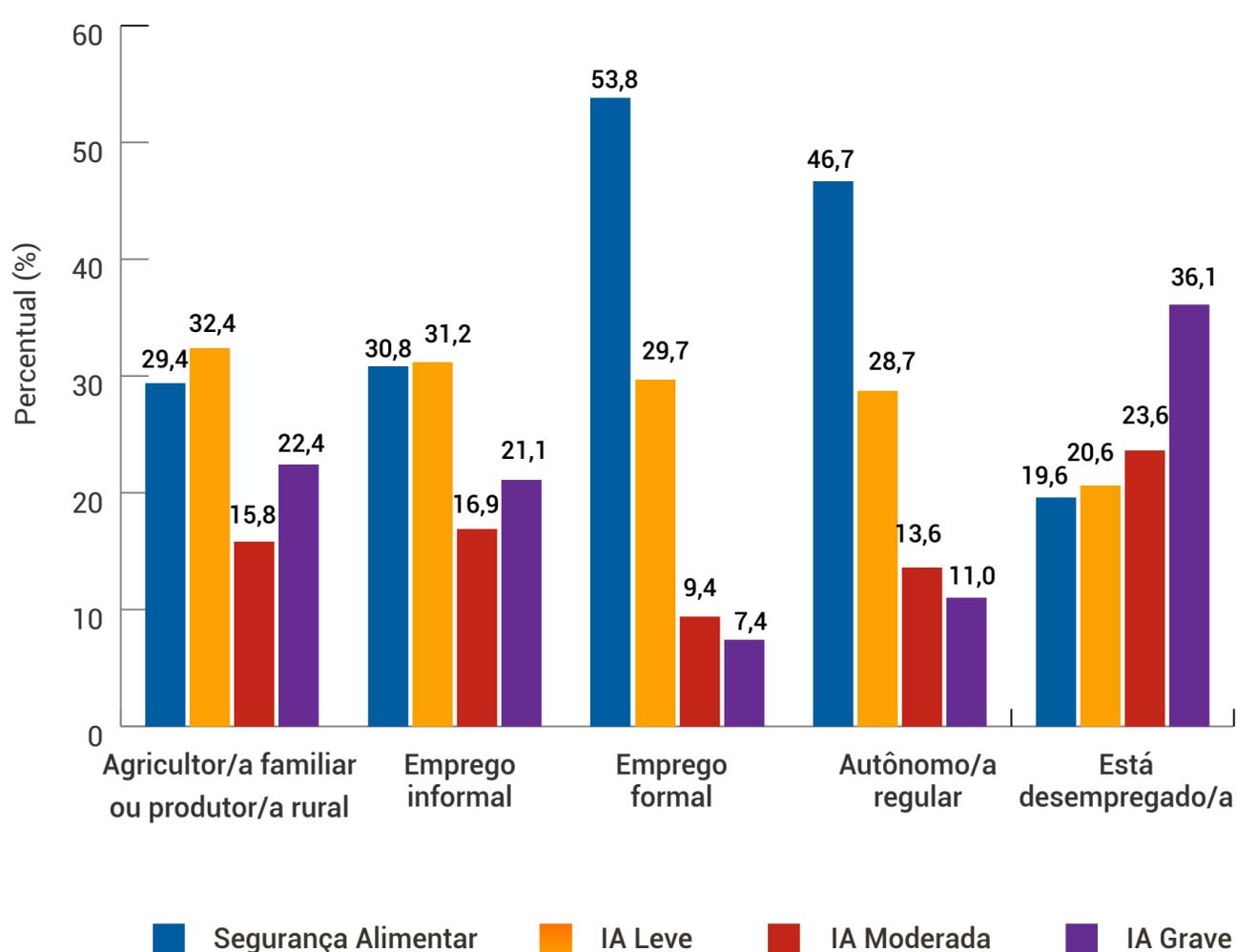


No II VIGISAN, a SA foi maior apenas nos domicílios com responsáveis em situações de trabalho com emprego formal (53,8%). A situação de fome, captada pela IA grave, foi maior nos domicílios cuja pessoa de referência estava desempregada (36,1%) ou quando tinha trabalho como agricultor/a familiar ou produtor/a rural (22,4%). Ou seja, mais de um terço dos domicílios com chefes desempregados enfrentava a fome, e mais da metade deles estava em situação de IA grave ou moderada (Figura 6).

Para aqueles que estavam em busca de emprego e, conseqüentemente, de acesso à renda regular, tal resultado já era, infelizmente, esperado. No entanto, **para os agricultores familiares e pequenos produtores, essa situação reforça o fato de que a descontinuidade das políticas públicas direcionadas para esse público foi fatal para a piora das condições que poderiam garantir o acesso pleno aos alimentos** e, provavelmente, a outras necessidades básicas. Isso caracteriza uma séria situação de violação aos direitos humanos, em especial ao DHAA.

FIGURA 6

Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a situação de trabalho da pessoa de referência dos domicílios, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

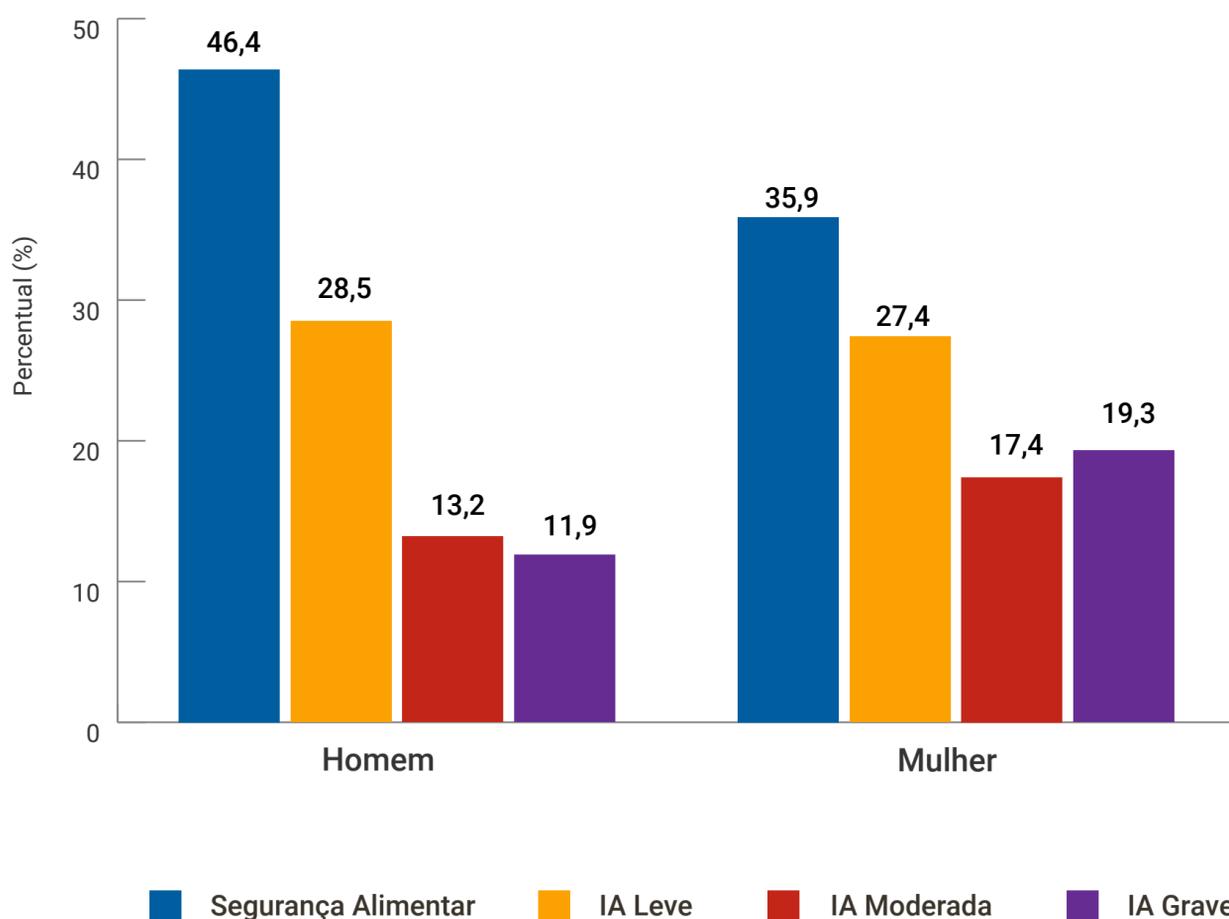


Perfil da pessoa de referência das famílias e a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar

Em 2021/2022, as desigualdades de gênero conhecidas como uma condição social que impacta a SA foram, mais uma vez, confirmadas no II VIGISAN – estava reduzido o acesso das famílias aos alimentos, nos domicílios onde uma mulher era a pessoa de referência (ou responsável pela família, segundo a mesma terminologia utilizada pelo IBGE³). **Enquanto a SA foi encontrada em 47,9% dos domicílios com responsáveis homens, naqueles onde as mulheres eram a referência apenas 37,0% apresentaram a mesma classificação. Ou seja, mais de 6 em cada 10 (63,0%) domicílios com responsáveis do sexo feminino estavam em algum nível de IA. Destes, 18,8% em situação de fome (Figura 7).**

FIGURA 7

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

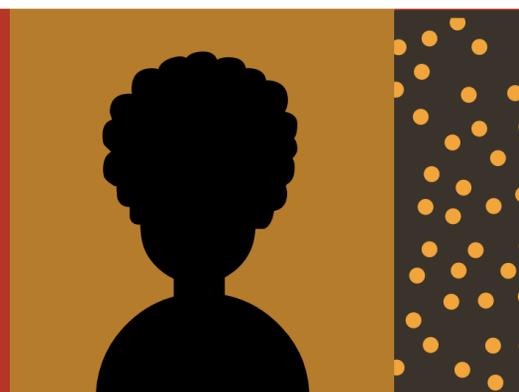


3 O II VIGISAN utilizou o sexo da pessoa de referência (homem; mulher) para as análises em relação a categoria de gênero, com o intuito de comparação com os estudos sobre SA/IA realizados pelo IBGE.



Outro ponto que merece ser destacado no II VIGISAN consiste na relação entre a raça/cor da pele autorreferida da pessoa responsável pelo domicílio e a mudança nos níveis de SA/IA de seus moradores. O racismo no Brasil está presente em diferentes formas e em diferentes contextos, e não deixa de se expressar ao ser analisada a garantia (ou a falta dela) ao direito humano a uma alimentação suficiente e de qualidade.

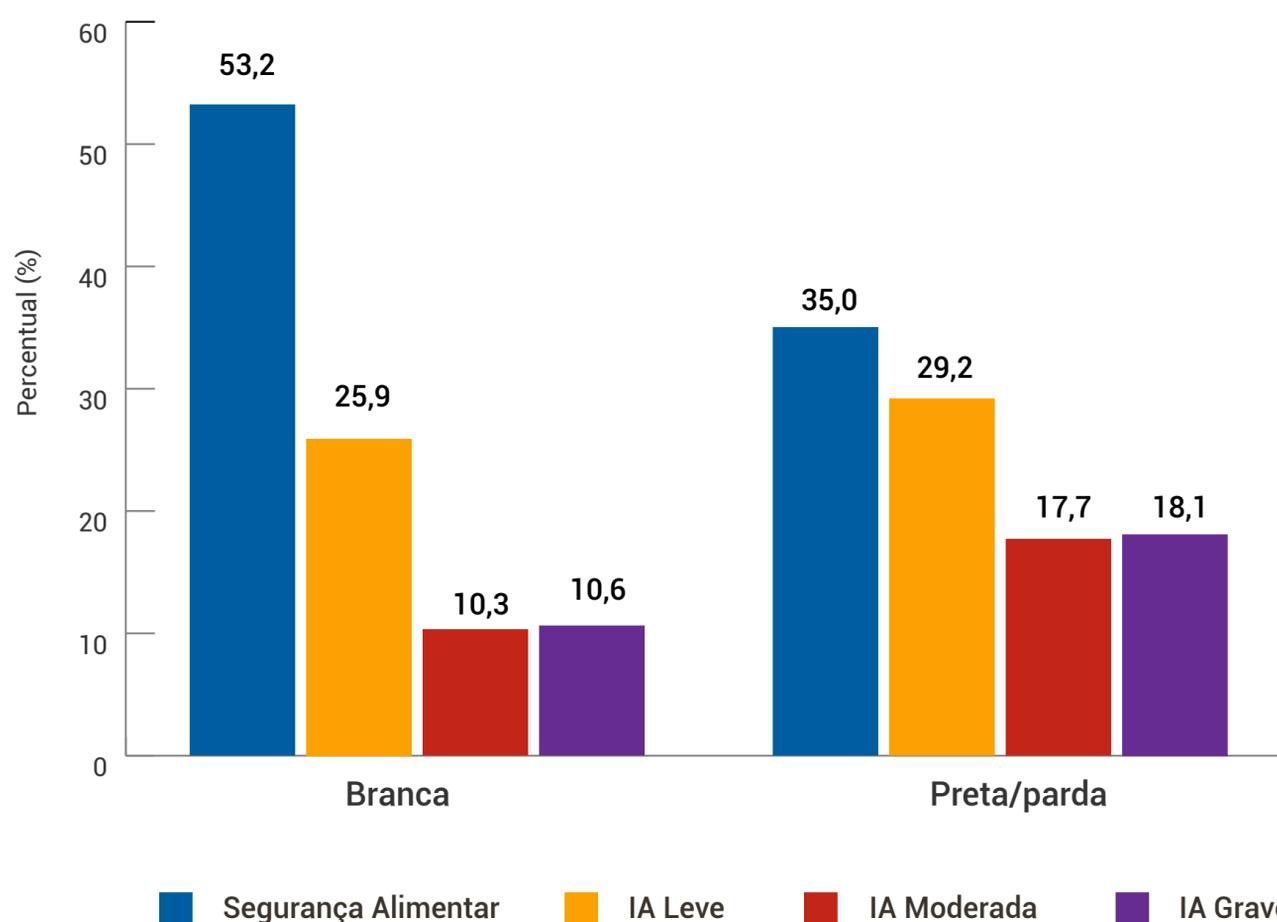
No início de 2022, a proporção de IA foi maior nos domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos.



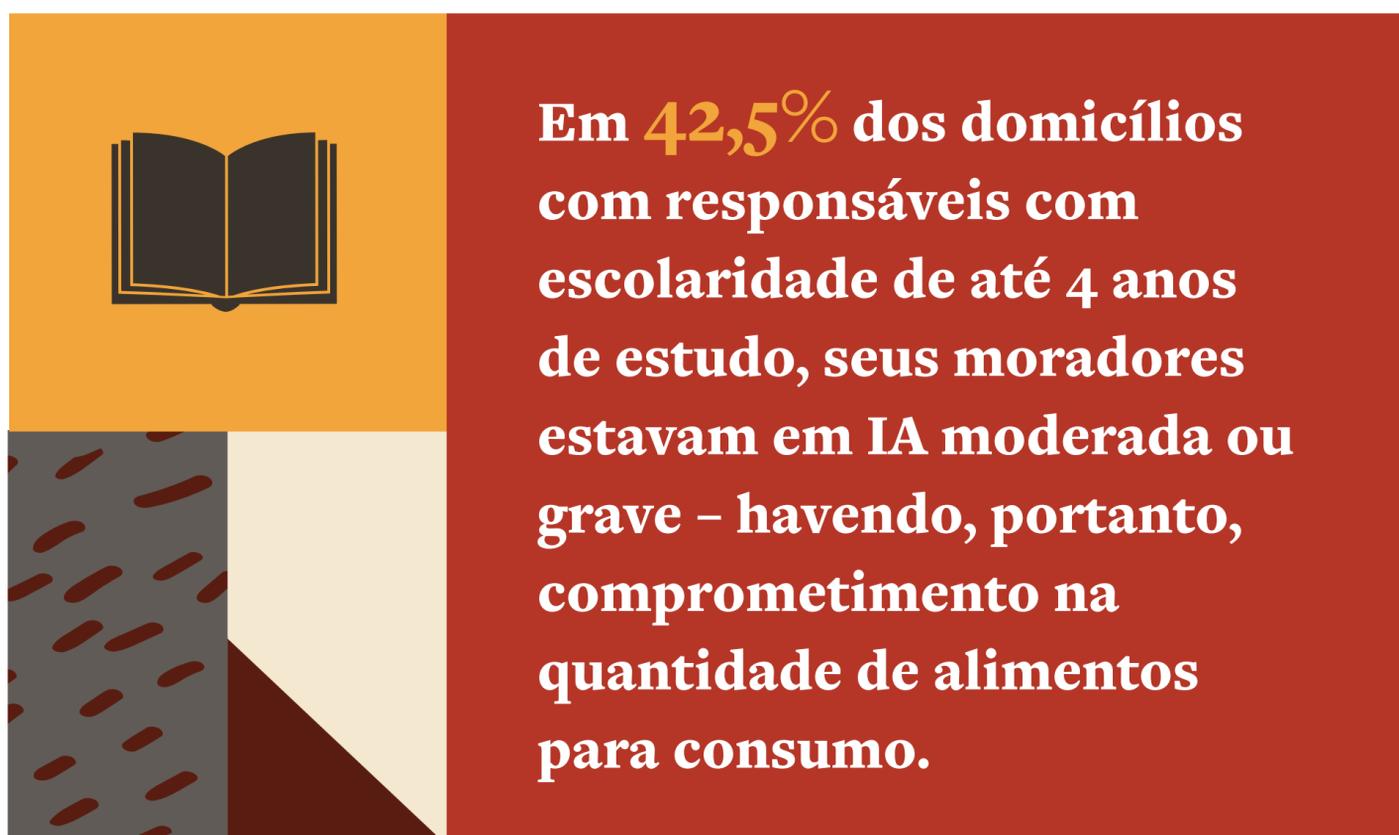
Semelhante ao que foi observado na desigualdade de gênero, neles, **6 de cada 10 domicílios cujos responsáveis se identificavam como pretos ou pardos viviam em algum grau de IA, enquanto nos domicílios cujos responsáveis eram de raça/cor de pele branca autorreferida mais de 50,0% tinham SA garantida** (Figura 8).

FIGURA 8

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Outra condição que promoveu diferença na prevalência da SA foi a escolaridade do responsável pelo domicílio.

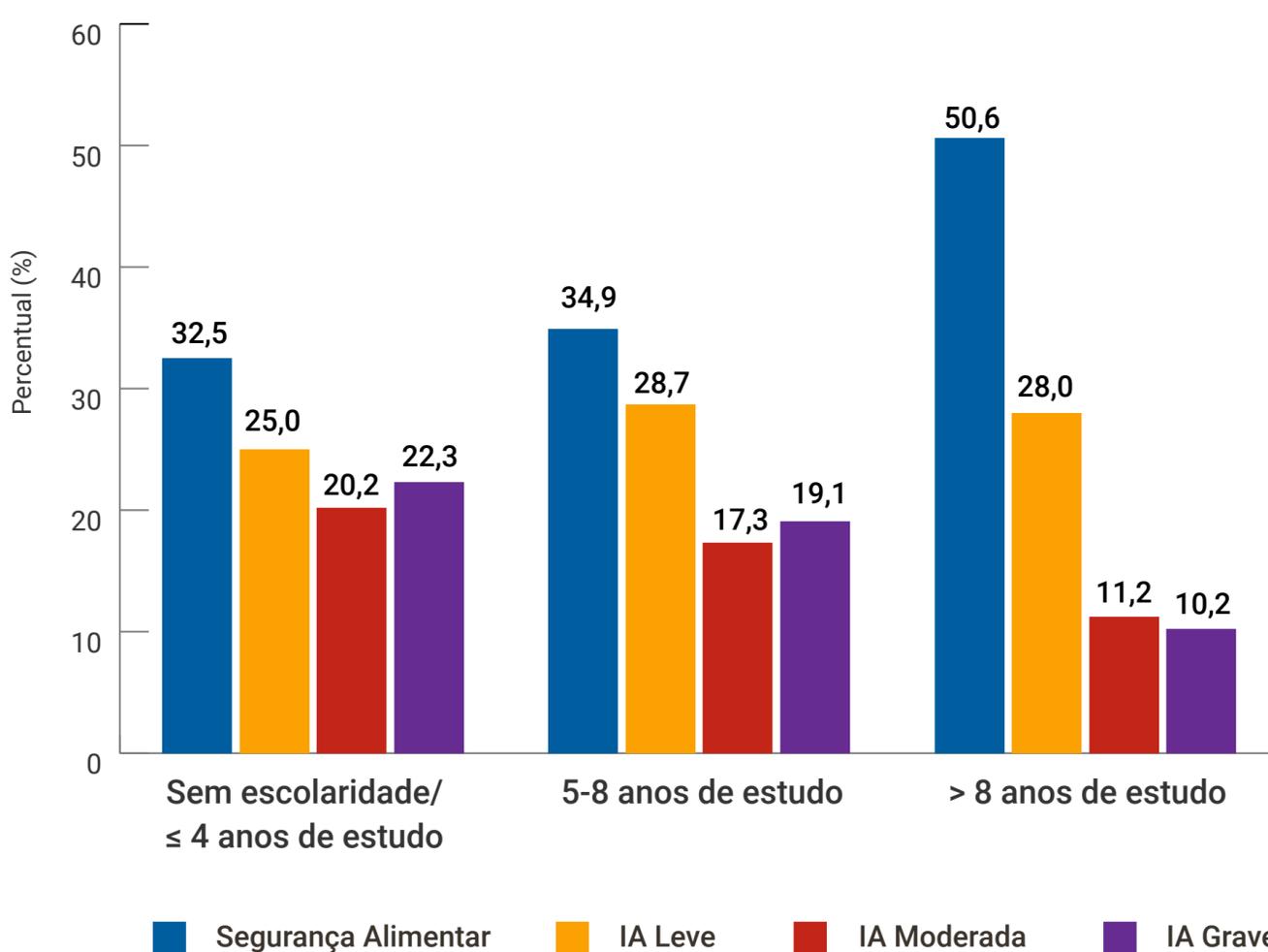


Em 42,5% dos domicílios com responsáveis com escolaridade de até 4 anos de estudo, seus moradores estavam em IA moderada ou grave – havendo, portanto, comprometimento na quantidade de alimentos para consumo.

Entre domicílios que possuíam responsáveis com mais de 8 anos de estudo, o percentual de SA foi maior (50,6%) (Figura 9).

FIGURA 9

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a escolaridade, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Estratégias de enfrentamento da Insegurança Alimentar diante da pandemia da Covid-19

No II VIGISAN buscou-se identificar alterações financeiras que os domicílios sofreram com os impactos da pandemia da Covid-19 nas relações com a SA/IA das famílias brasileiras. As mudanças ocorreram principalmente nos domicílios com IA moderada ou grave.



O endividamento, a venda de bens ou equipamentos de trabalho e a necessidade de algum/a morador/a parar de estudar para contribuir com a renda familiar atingiram mais de **40,0% dos domicílios em IA moderada ou grave (49,1%, 48,7% e 55,2%, respectivamente).**

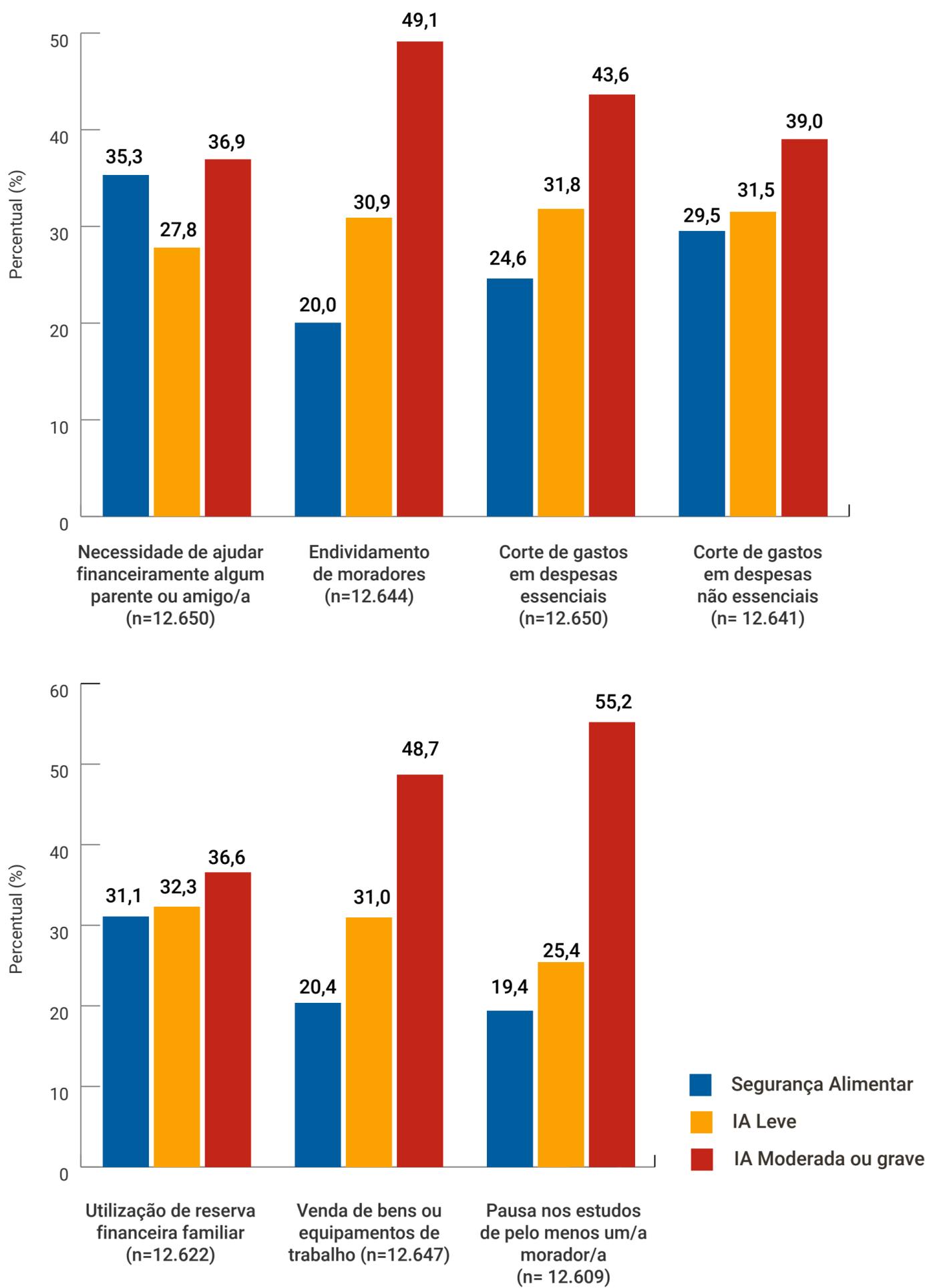
Foto: Apu Gomes/Oxfam Brasil

Em torno de 30,0% dos domicílios, independentemente da presença de SA/IA, precisaram utilizar reservas financeiras no período de 2021 (Figura 10). Os cortes em despesas essenciais e não essenciais foram mais presentes também nos domicílios em IA moderada ou grave (43,6% e 39,0%, respectivamente). Cabe destacar que, nesses domicílios, a restrição na quantidade de alimentos, chegando até à realidade da fome, era uma situação em que o corte nas despesas provavelmente tinha relação com a redução da quantidade de alimentos adquiridos, especialmente os mais caros ou os entendidos como menos essenciais. **Destaca-se também que, mesmo nos domicílios em SA, quase 30,0% relataram terem realizado corte nas despesas não essenciais como uma forma de adequação aos rendimentos.**



FIGURA 10

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo mudanças na dinâmica financeira das famílias, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



A sequência de fatos descrita anteriormente atesta as dificuldades enfrentadas pelas famílias em manterem padrão alimentar adequado, principalmente nos segmentos em situação de maior vulnerabilidade social da população. Nesse sentido, o II VIGISAN avaliou também se um ou mais moradores dos domicílios tiveram a sensação de vergonha, de tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos nos três meses que antecederam a entrevista. Essa pergunta permite identificar famílias que adotam estratégias socialmente inaceitáveis para garantirem a alimentação dos seus integrantes. Observou-se que 8,2% dos domicílios avaliados relataram essa sensação de vergonha/tristeza/constrangimento para garantirem os alimentos (**Anexo 10**). Em cerca de 1/4 (24,3%) dos domicílios brasileiros em situação de IA moderada ou grave houve relato de algum morador passar por constrangimento ou vergonha para conseguir alimentos para a família.

Em números absolutos, significa dizer que
15,9 milhões
de brasileiros que viviam sob formas mais severas de IA estavam sujeitos ao uso de estratégias social e humanamente inaceitáveis, para obtenção de alimentos, violando, portanto, a sua dignidade e seu DHAA.

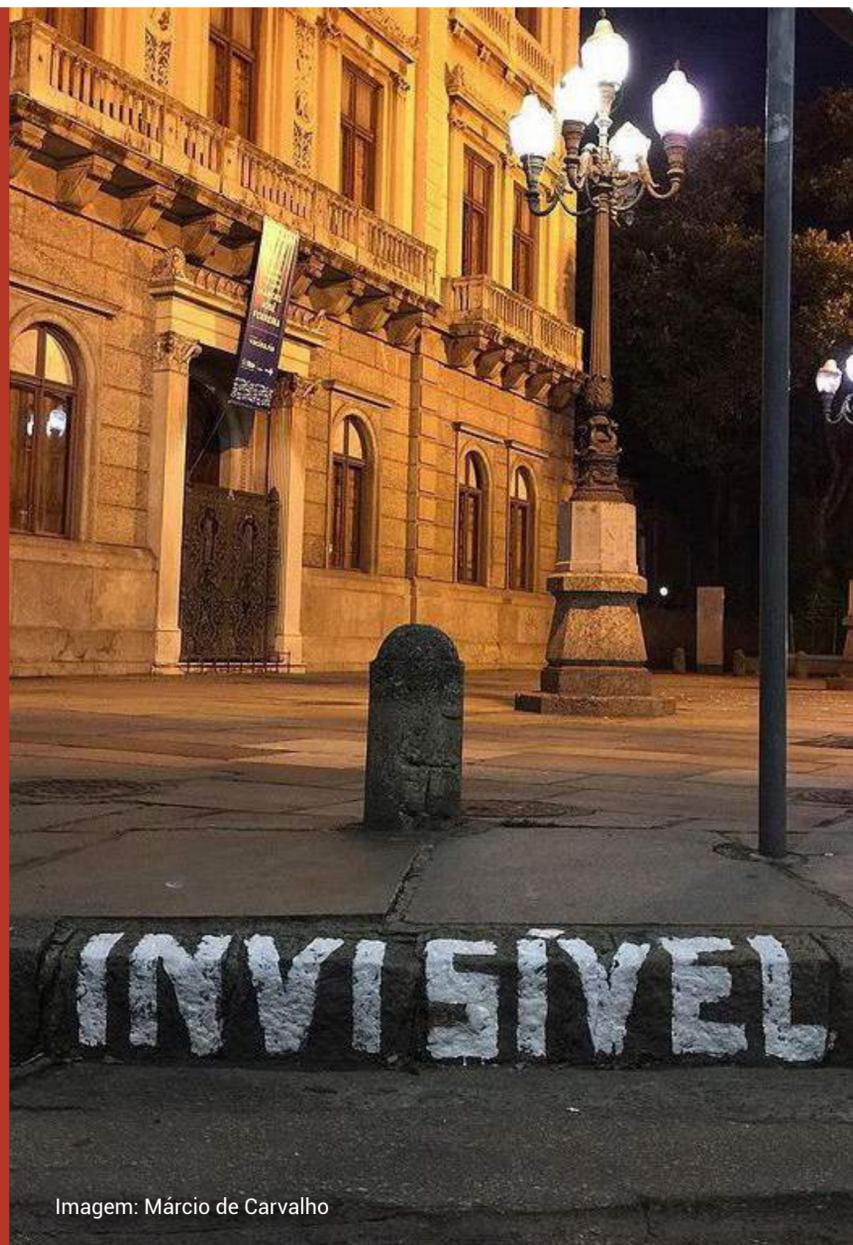


Imagem: Márcio de Carvalho

Essa triste realidade é expressivamente acentuada nos domicílios de áreas urbanas e no Sudeste (Tabela 8).



TABELA 8

Comparação entre o relato dos moradores nos domicílios que tiveram o sentimento de vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguirem alimentos, a Segurança Alimentar (SA) e os níveis de Insegurança Alimentar (IA)*. Brasil, localização do domicílio (urbana e rural) e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

BRASIL, LOCALIZAÇÃO DOMICÍLIO E MACRORREGIÕES	SIM (%)	NÃO (%)
BRASIL (N=12.668)		
SA	0,9	99,1
IA leve	5,8	94,2
IA moderada ou grave	24,3	75,7
LOCALIZAÇÃO DO DOMICÍLIO		
Urbano (n=10.305)		
SA	0,8	99,2
IA leve	4,4	95,6
IA moderada ou grave	24,8	75,2
Rural (n=2.363)		
SA	1,2	98,8
IA leve	14,1	85,9
IA moderada ou grave	21,8	78,2
REGIÃO		
Centro-Oeste (n=1.875)		
SA	0,4	99,6
IA leve	1,8	98,2
IA moderada ou grave	19,6	80,4
Nordeste (n=4.317)		
SA	2,4	97,6
IA leve	14,6	85,4
IA moderada ou grave	23,9	76,1
Norte (n=2.494)		
SA	1,3	98,7
IA leve	4,3	95,7
IA moderada ou grave	19,9	80,1
Sudeste (n=2.009)		
SA	0,3	99,7
IA leve	1,9	98,1
IA moderada ou grave	28,0	72,0
Sul (n=1.518)		
SA	0,5	99,5
IA leve	5,1	94,9
IA moderada ou grave	19,3	80,7

* Classificação feita utilizando a versão curta da EBIA. Para efeito de análise de dados, as categorias de IA moderada e grave foram agrupadas em um único nível e expressam as formas mais severas de insegurança alimentar.



Espera-se que todo brasileiro e toda brasileira tenham garantido o que é socialmente estabelecido e desejado: o direito a, pelo menos, 3 refeições diárias. Isto não ocorre, infelizmente, para um número significativo da população. A situação da IA observada confirma este fato.

Dentre as pessoas entrevistadas,

15,4%

não consumiam diariamente o café da manhã;

10,0%

não almoçavam todos os dias da semana;

19,9%

não jantavam nessa frequência.

(Anexo 11)

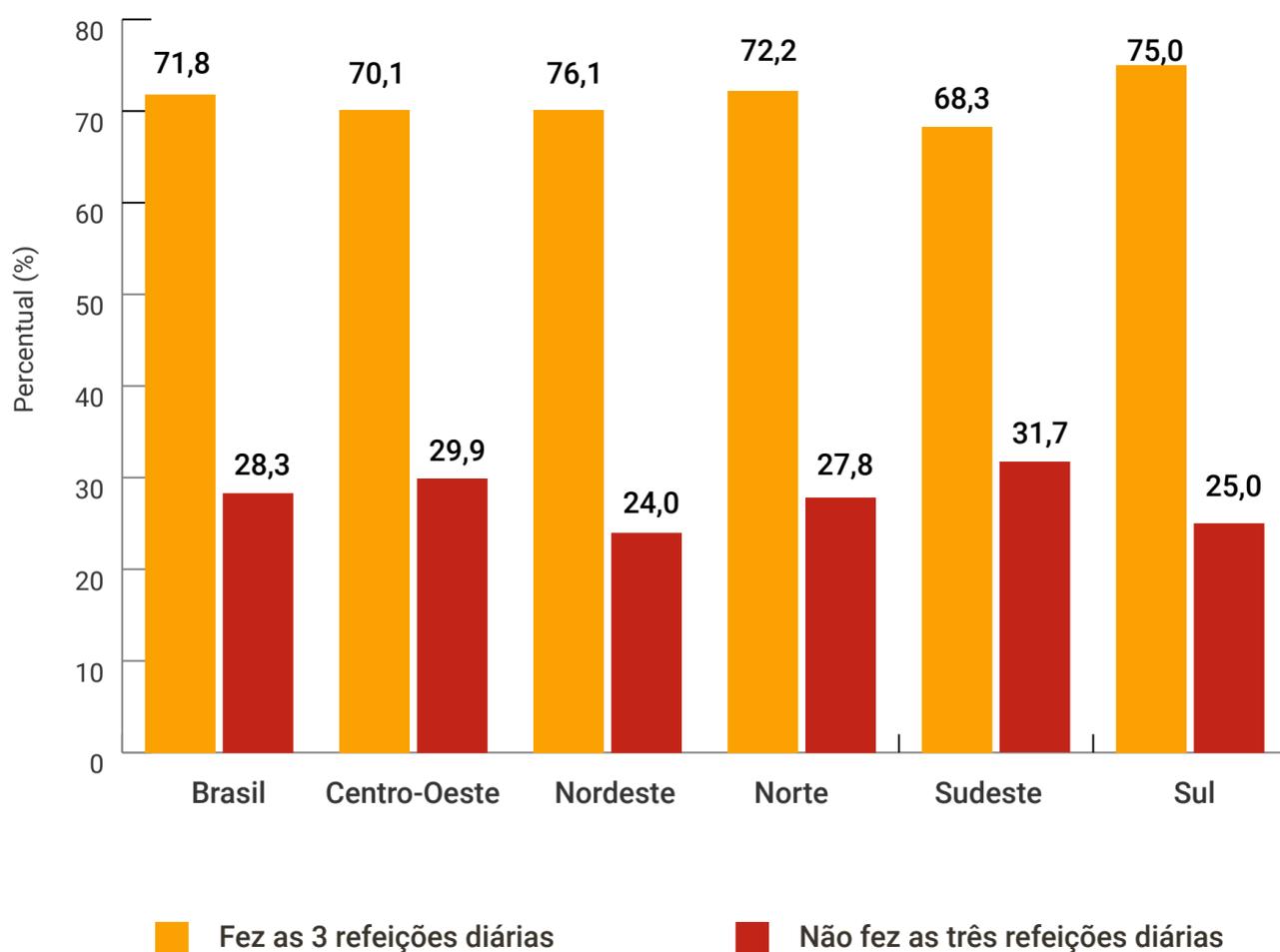



Foto: Meire Muniz/ActionAid

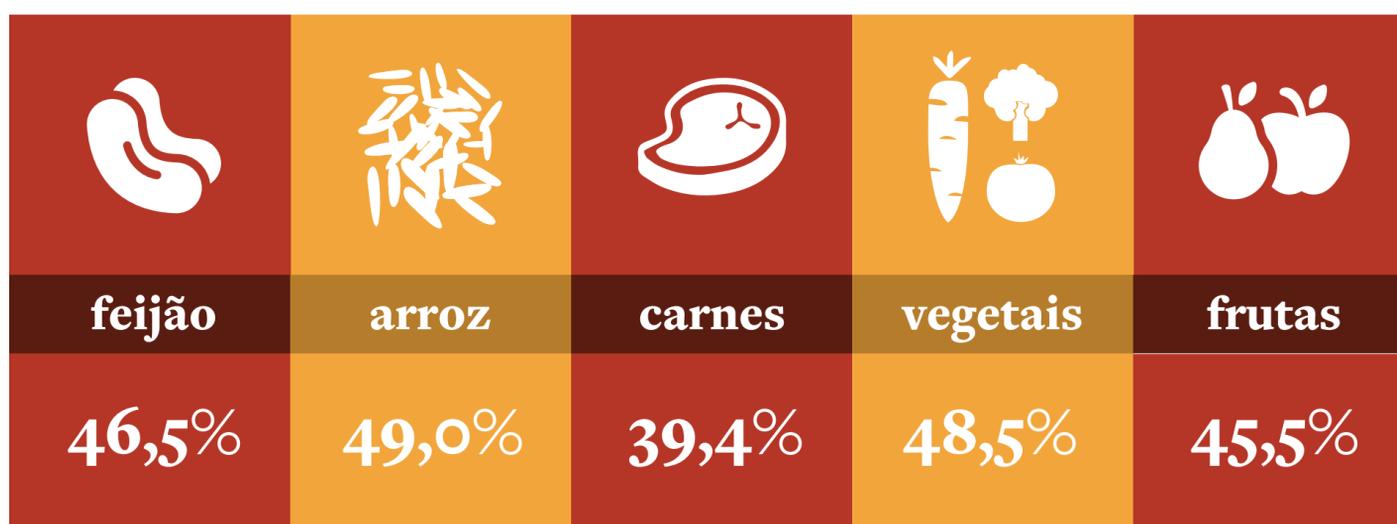
A Figura 11 mostra que no Brasil cerca de 1/3 dos domicílios teve pelo menos uma pessoa residente (pessoa entrevistada) que não realizou às 3 refeições diariamente. Não há diferença expressiva entre as regiões.

FIGURA 11

Realização ou não das três principais refeições diárias na semana (café da manhã, almoço e jantar). Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Outro importante resultado observado foi a relação entre as mudanças na compra de alimentos básicos para o consumo das famílias e a SA/IA das famílias. Para essa pergunta, quatro opções de respostas sobre a quantidade de alimentos comprados foram avaliadas, considerando o período de três meses anteriores à entrevista realizada: (i) reduziu; (ii) aumentou; (iii) não modificou; ou (iv) não comprou o alimento nos últimos três meses. Os resultados obtidos são apresentados na Figura 11, para os principais alimentos que compõem a base da alimentação da população brasileira. Os resultados reforçam a relação de SA entre as famílias brasileiras que não modificaram o consumo de feijão (57,2%) e de arroz (56,0%), das carnes (68,6%), dos vegetais (56,7%) e das frutas (60,7%). **Destaca-se, no II VIGISAN, o fato de que, para as famílias que reduziram a compra desses alimentos, a IA moderada ou grave comprometia quase a metade dos domicílios que não conseguiam manter alimentos que constituem boa parte da cesta básica da alimentação brasileira (feijão: 46,5%; arroz: 49,0%; carnes: 39,4%; vegetais: 48,5%; e frutas: 45,5%).**



Cabe destacar a gravidade da IA entre as famílias que deixaram de comprar esses alimentos no período de três meses que antecederam as entrevistas. Há de se reiterar que essa avaliação foi feita considerando quatro opções de respostas (reduziu; aumentou; não modificou; e não comprou há 3 meses) (Figura 12). Quando analisamos os percentuais de IA moderada e grave no segmento de famílias que responderam à opção “não comprou há 3 meses” para cada um dos alimentos avaliados, foi possível observar que as famílias que deixaram de comprar carnes (70,4%), vegetais (63,6%) e frutas (64,0%) foram aquelas que mais vivenciavam a forma mais severa da IA.

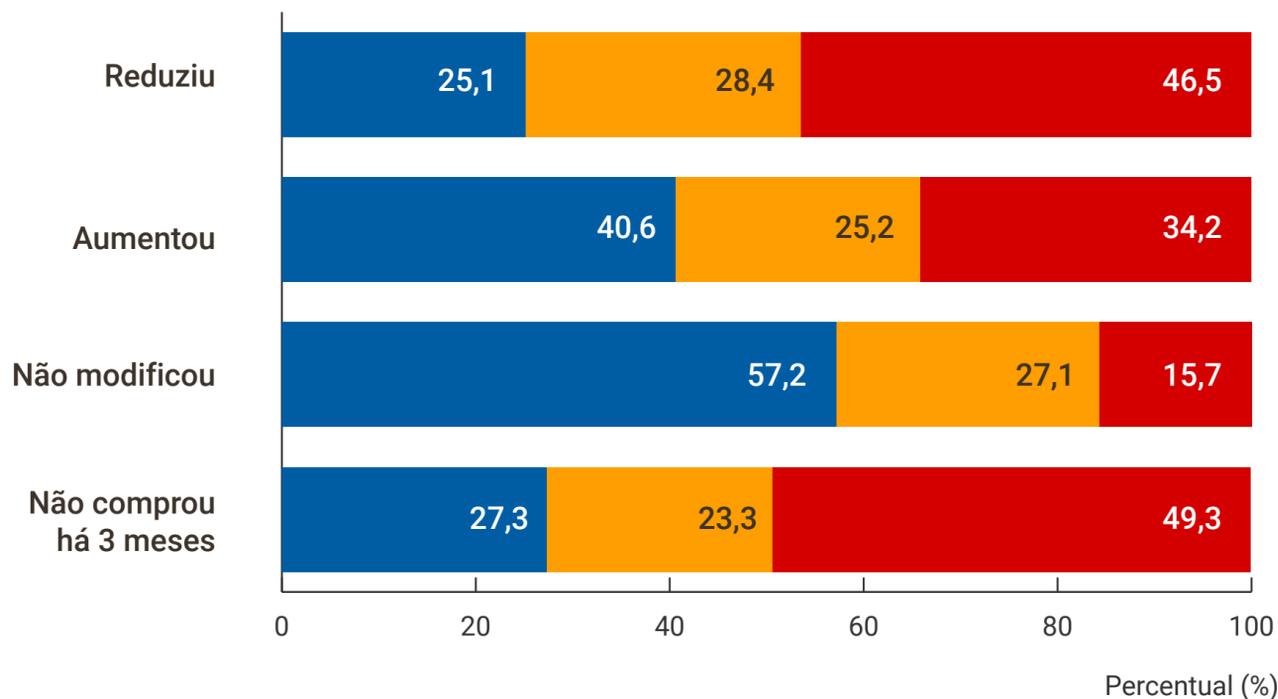


O padrão dos níveis de IA, segundo as modificações na compra de alimentos das famílias, foi bastante semelhante nos domicílios de áreas urbanas e rurais, com poucas variações (**Anexo 12**).

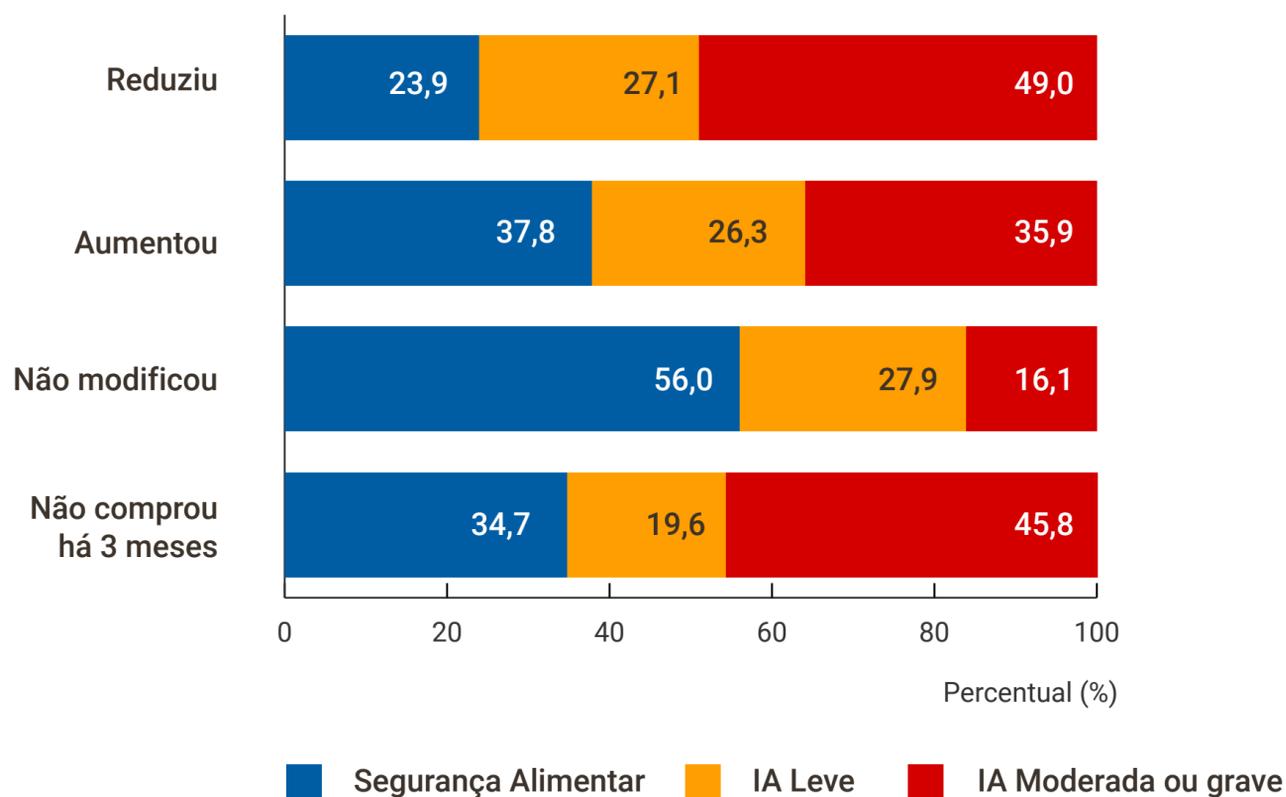
FIGURA 12

Comparação da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo as modificações que ocorreram na quantidade comprada de arroz, feijão, carnes, frutas e vegetais para as famílias, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

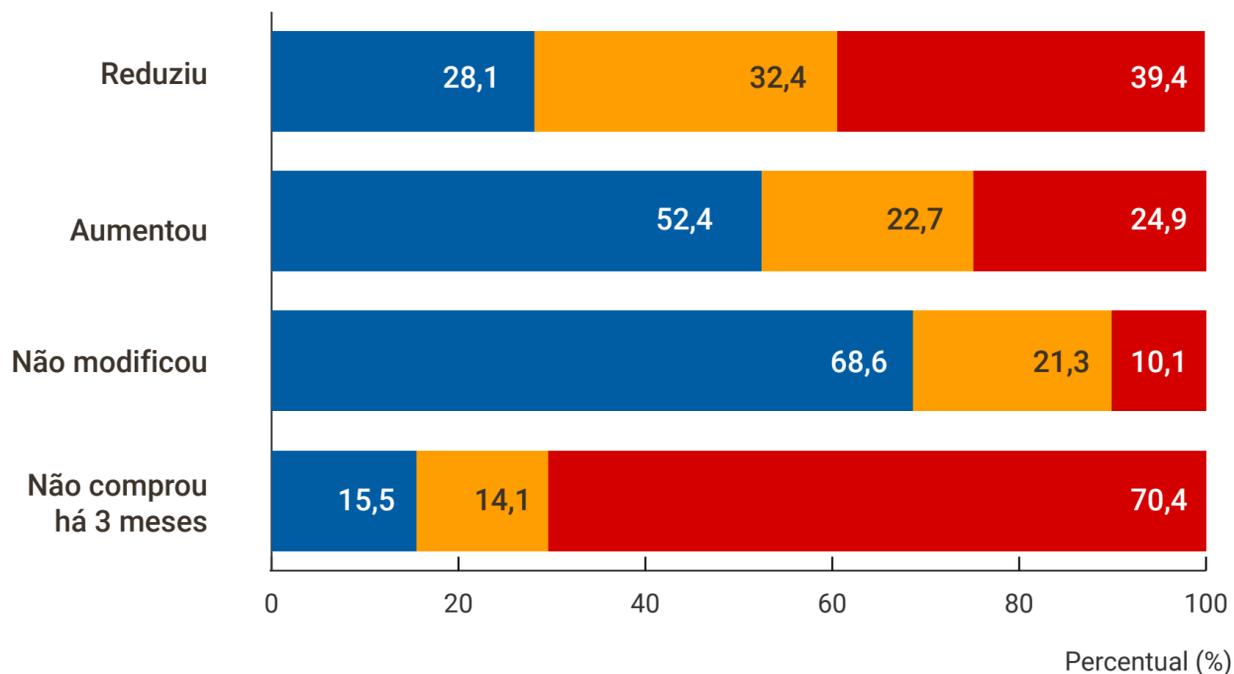
Feijão



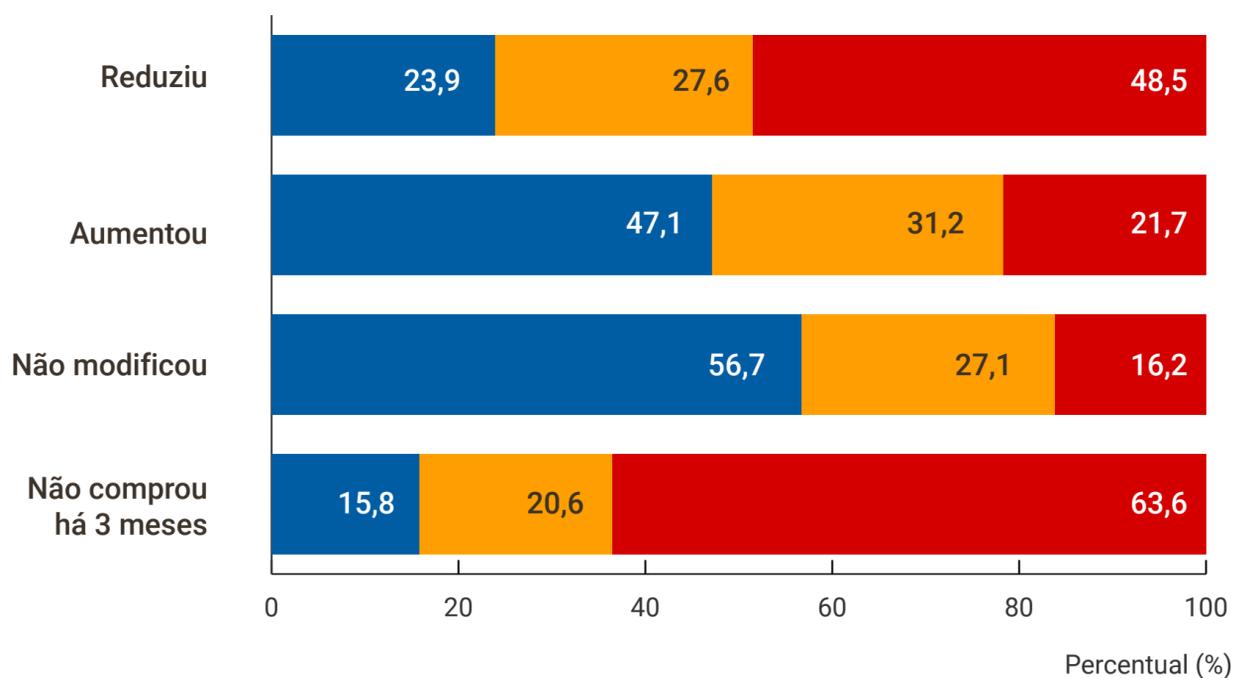
Arroz



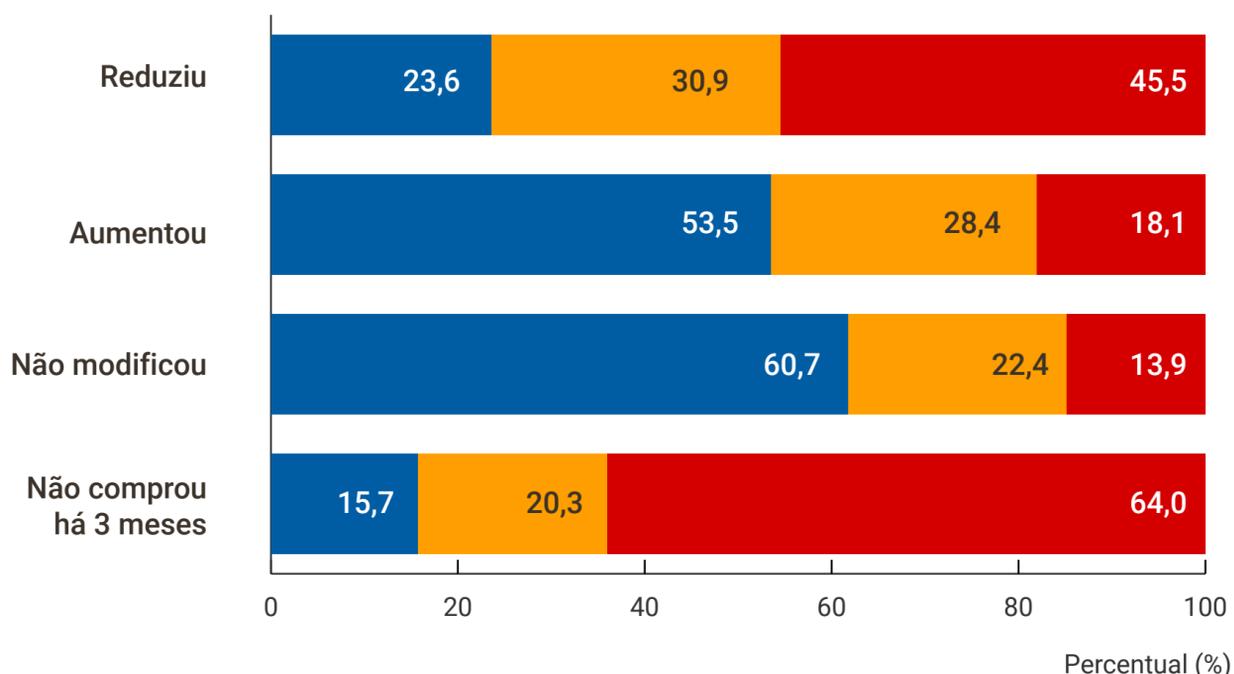
Carne



Vegetais



Frutas



■ Segurança Alimentar
 ■ IA Leve
 ■ IA Moderada ou grave

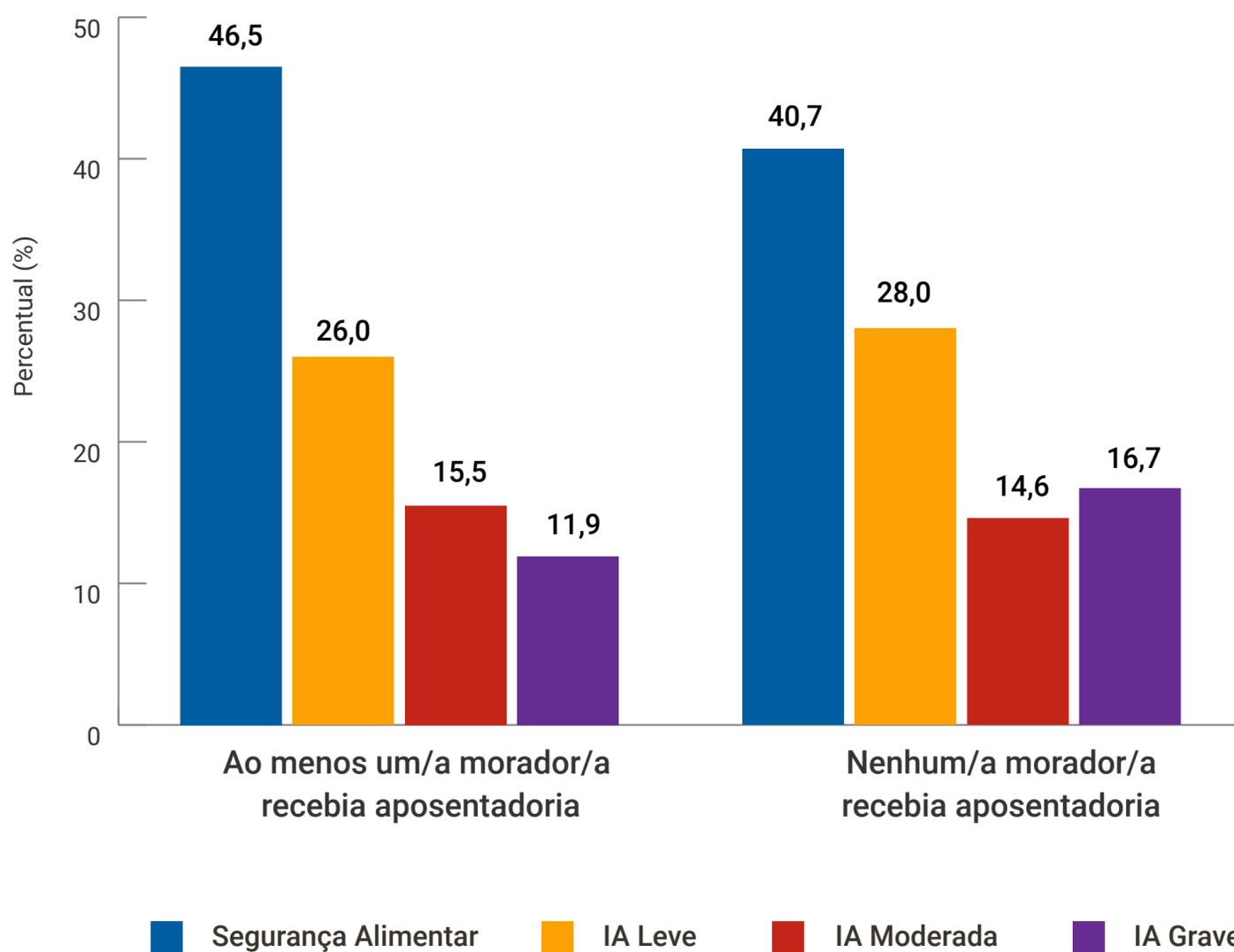


Acesso às políticas públicas e ao apoio social e relações com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar

No II VIGISAN, prosseguiu-se com a busca por compreender a relação entre a concessão de benefícios sociais – aposentadoria, PBF/Auxílio Brasil e BPC, assim como o acesso a políticas e ações públicas voltadas à SAN – como o PNAE e restaurantes populares, e os níveis de SA/IA. O recebimento de aposentadorias via INSS, no período da pandemia da Covid-19, possibilitou a garantia de acesso permanente à renda para uma parcela da população. **Nos domicílios com, pelo menos, um/a morador/a aposentado/a, houve maior percentual de SA (46,5%) e menor de IA grave (11,9%). Nos domicílios onde não havia moradores recebendo aposentadoria, mais de 30,0% estavam nas formas mais graves de IA (IA moderada: 14,6%; IA grave: 16,7%)** (Figura 13).

FIGURA 13

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), de acordo com o recebimento de aposentadoria nas famílias, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



A renda per capita é um recorte importante para identificar os potenciais impactos da concessão de benefícios sociais sobre a SA e os níveis de IA. Os titulares de direito ou “beneficiários” (como são identificados em documentos legais das políticas e programas sociais) estão inseridos em uma realidade de vida marcada por condições desfavoráveis, evitáveis e, por vezes, injustas, que levam a uma situação de vulnerabilidade determinante para a IA.

Considerando este aspecto, os resultados da relação entre o acesso aos benefícios sociais e os níveis de SA/IA são apresentados a partir de 3 recortes: (i) referente a todos os domicílios participantes do estudo; (ii) domicílios com renda familiar per capita $\leq 1/2$ salário mínimo; e (iii) com $\leq 1/4$ salário mínimo. Desta forma, nas análises sobre o conjunto de domicílios que cumprem, pelo menos, o critério de renda per capita $\leq 1/2$ salário mínimo para a elegibilidade de recebimento do extinto PBF ou de seu substituto (a partir de novembro de 2021), o Auxílio Brasil. Optou-se, também, por destacar domicílios onde a situação de vulnerabilidade econômica tende a ser ainda mais grave, sendo estes os que relataram renda familiar per capita $\leq 1/4$ salário mínimo. Esforço semelhante foi adotado para analisar a relação do acesso ao PNAE e aos restaurantes populares com os níveis de SA/IA.

Conforme já destacado, os domicílios que contavam com PBF/ Auxílio Brasil, foram marcados pela sobreposição de situações que levam à identificação de famílias com maior vulnerabilidade à IA. Neste sentido, é importante compreender que as já elevadas prevalências de IA moderada e grave encontradas para os domicílios, independentemente da renda familiar per capita, poderiam ser ainda mais elevadas e impactantes sobre as condições de alimentação dos moradores, mesmo com recebimento de parcelas destes benefícios sociais (Figura 13). Situação semelhante foi observada para as prevalências de IA moderada ou grave, no recorte de renda per capita $\leq 1/2$ salário mínimo.



As elevadas prevalências das formas mais graves da IA, seja nos domicílios que contavam com o recebimento do PBF/Auxílio Brasil ou naqueles que não o recebiam, levam a crer que, nesta faixa de renda, a transferência de recursos monetários destes programas sociais não foi suficiente para garantir acesso pleno aos alimentos. Uma explicação possível é que esses recursos recebidos tiveram que ser usados para o atendimento a outras necessidades básicas, que não apenas a alimentação, como, por exemplo, para pagamento de aluguel, luz ou água atrasados, além de gastos com saúde e outros.

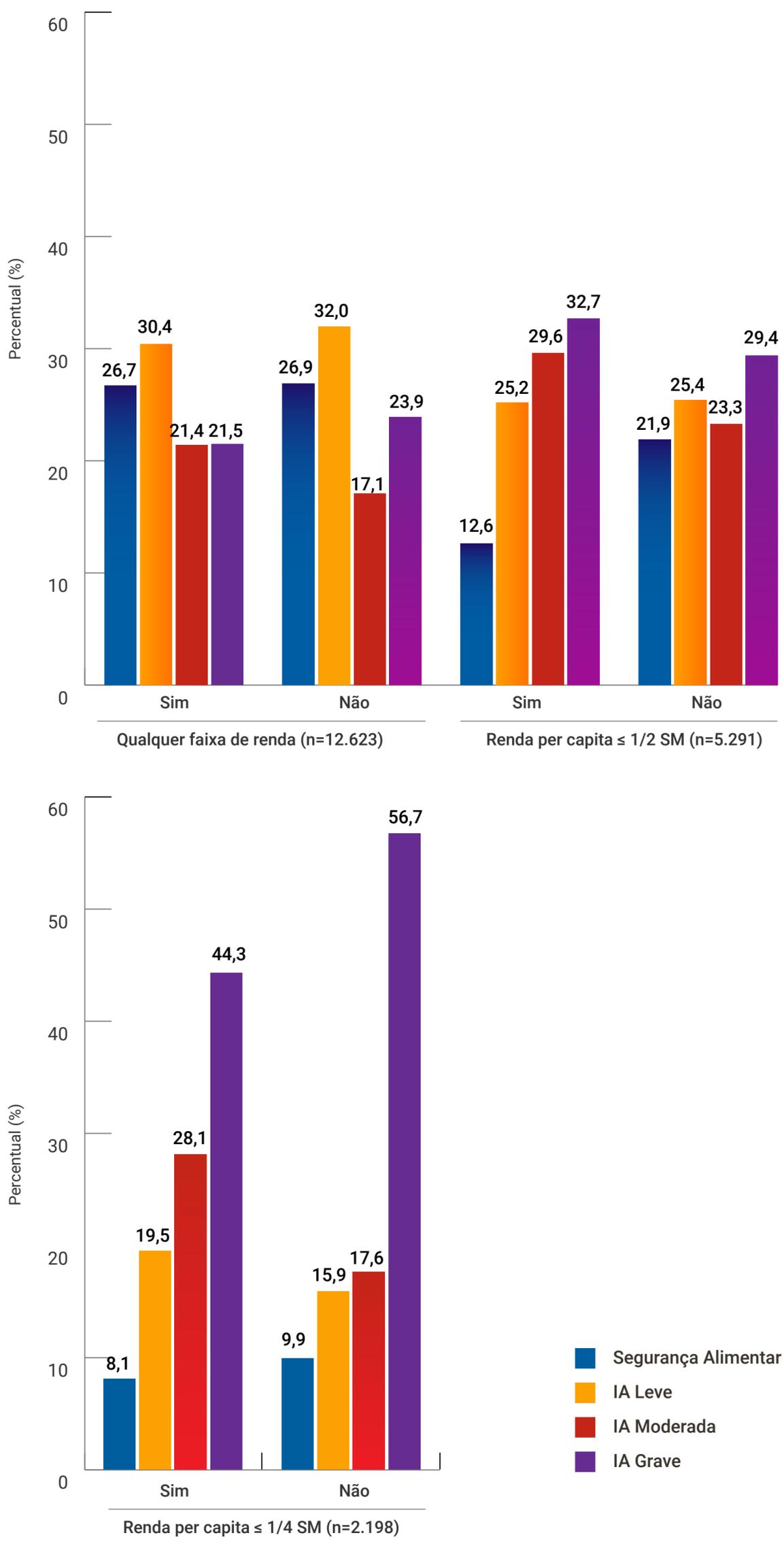
Na análise do recorte de domicílios com renda familiar per capita $\leq 1/4$ salário mínimo, ao contrário dos demais recortes apresentados na Figura 13, as prevalências de SA mostraram-se próximas, seja para os domicílios que recebiam, seja para os que não recebiam o PBF/Auxílio Brasil. **Os dados encontrados indicam que para os domicílios que recebiam o PBF/Auxílio Brasil, a IA foi maior nos níveis leve ou moderada, ou seja, havia tanto a preocupação em relação ao acesso aos alimentos, como também com a garantia de quantidade e qualidade da alimentação dessas famílias. Já entre os domicílios com renda per capita $\leq 1/4$ salário mínimo que não recebiam esses benefícios, a fome esteve ainda mais presente. A IA grave atingiu 56,7% dos domicílios com esta característica** (Figura 14).

Cabe reforçar que este recorte de renda, de forma isolada, já representa uma situação de vulnerabilidade social determinante para a IA. No entanto, é preciso refletir sobre os valores destinados a estes auxílios. Os dados apresentados na Figura 14 demonstram que, mesmo na presença deste apoio social, a situação de fome ou de outros níveis de IA é muito preocupante nos domicílios com faixa de renda per capita $\leq 1/4$ salário mínimo.



FIGURA 14

Relação (em%) entre recebimento (3 meses anteriores ou no mês da entrevista) do Programa Bolsa Família ou do Auxílio Brasil e Segurança Alimentar/níveis de Insegurança Alimentar (IA). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

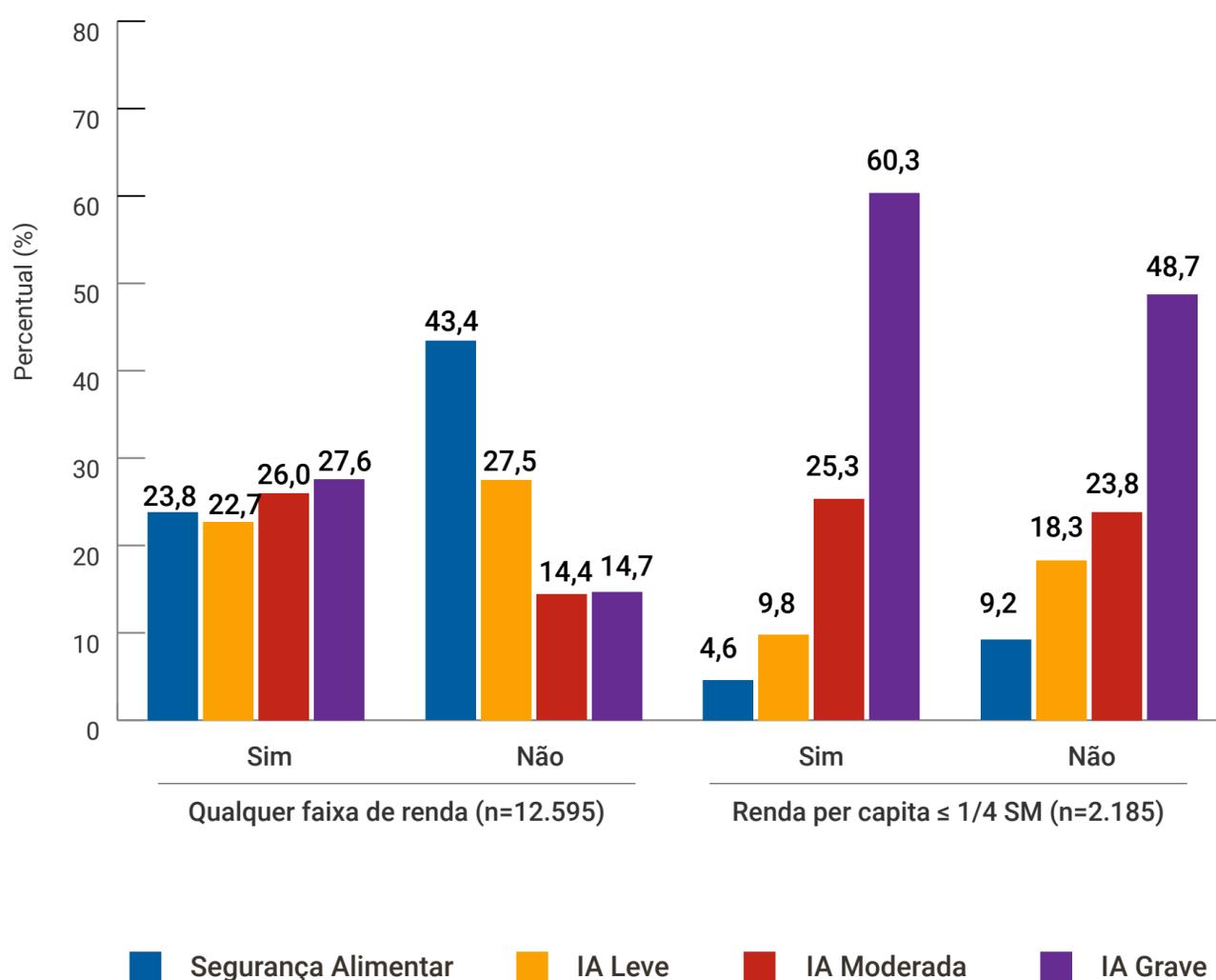


O Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem como público idosos não aptos a receberem aposentadoria pelo INSS ou pessoa com deficiência de qualquer idade, com renda familiar per capita igual ou menor que 1/4 do salário mínimo. Por esta forma de apresentar a classificação das faixas de renda de SM apresentam-se os resultados da análise da distribuição da SA/IA, segundo o acesso ao BPC, no II VIGISAN, para a população geral e no recorte de renda igual ou inferior a 1/4 do SMPC.

Conforme se observa na Figura 15, a IA moderada ou grave foi maior nos domicílios que tinham algum/a morador/a recebendo o BPC. Mais uma vez, remete-se à reflexão sobre a **necessidade de atualizar os valores destinados a estes benefícios sociais, fazendo com que este recurso impacte, como deveria, a vida das famílias que os recebem. De forma positiva, cabe destacar, igualmente, as pessoas em IA grave terem recebido (ou ainda estarem recebendo) esse apoio social, considerando que na ausência dessa renda mínima a situação nestes domicílios poderia ser muito mais grave.**

FIGURA 15

Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) conforme acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Dentre as políticas públicas de SAN construídas no Brasil, o PNAE é a mais antiga, a de maior orçamento e atualmente em risco de desestruturação. Diante do grave cenário de fome que assola novamente os brasileiros, o fundamental atendimento universal aos escolares regularmente matriculados nas unidades de ensino públicas promove o acesso dos estudantes a alimentos adequados e saudáveis, de forma regular e permanente. Durante o ano de 2021, a manutenção do grave quadro da pandemia pela Covid-19 no Brasil fez com que várias escolas permanecessem com ensino remoto. Nesse caso, deveria garantir a manutenção do acesso à alimentação escolar, ofertada por meio do PNAE, via entrega de alimentos ou cartões de alimentação.

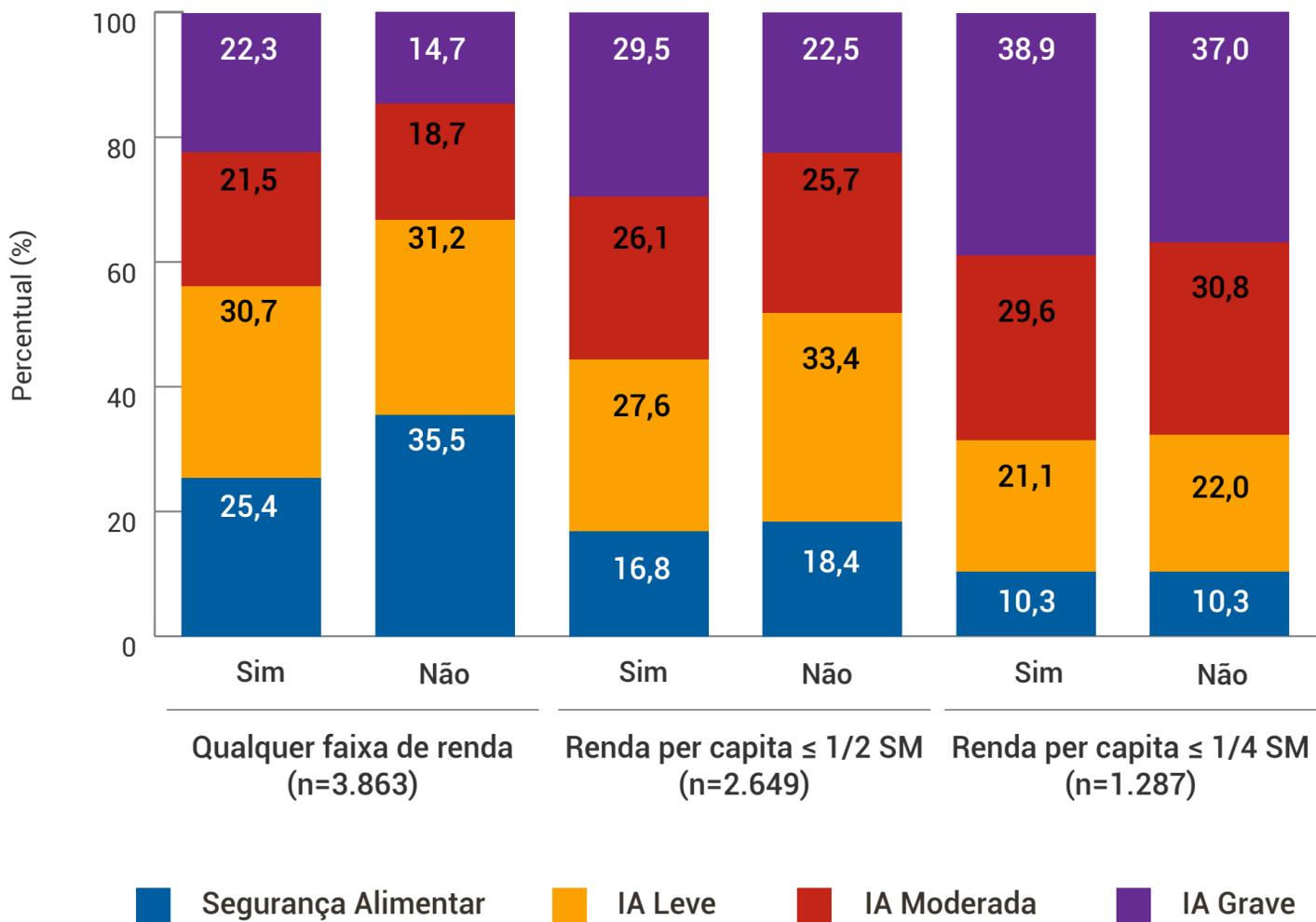


A falta de orientações precisas sobre estratégias para utilizar o PNAE, como recurso alimentar para crianças e adolescentes em atividades escolares remotas, resultou em prejuízos importantes para sua SA, como mostra a Figura 16. Em termos gerais, **os que tiveram acesso ao PNAE tem prevalência menor de SA (25,4%) e mais alta de IA grave (22,3%), comparativamente aos domicílios que não tiveram acesso.** As diferenças entre os dois grupos passam a ser menos expressivas nos domicílios de baixa renda (1/4 a 1/2 SMPC) e de muito baixa renda ($\leq 1/4$ SMPC), com SA em 10,0% das famílias e IA grave em torno de 37,0%. Estes dados mostram que de fato o PNAE não conseguiu suprir, minimamente, as necessidades das famílias com crianças em idade escolar, neste período da pandemia.



FIGURA 16

Acesso (em %) ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em domicílios com algum morador/a matriculado/a na rede pública de ensino, segundo a renda per capita das famílias e Segurança Alimentar/níveis de Insegurança Alimentar (IA), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



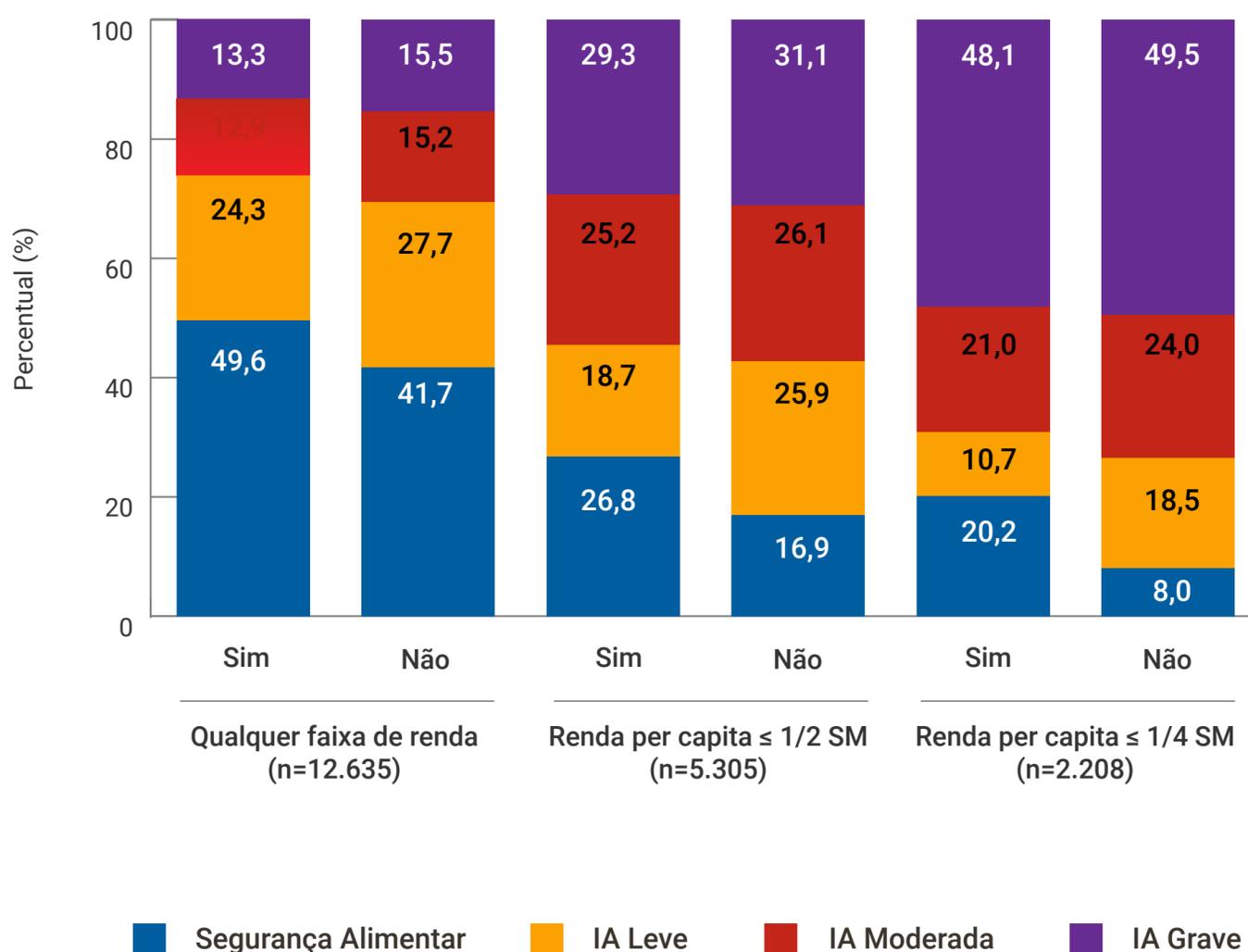
Um dos papéis dos chamados equipamentos públicos de SAN relaciona-se à garantia do acesso regular e permanente a alimentos e à alimentação, em conformidade com a Lei Orgânica de SAN (LOSAN, 2006). **Os restaurantes populares são ferramentas fundamentais para a oferta de alimentação adequada e saudável, a preços acessíveis para a população. As prevalências dos níveis de SA/IA foram observadas em proporções semelhantes, tanto dentre os domicílios com moradores que informaram frequentar, como dentre aqueles que não frequentavam os restaurantes populares, quando considerada toda a população do estudo.** No entanto, ao fazermos o recorte entre os de menor renda ($\leq 1/2$ SMPC e $\leq 1/4$ SMPC), percebemos que as prevalências de SA foram maiores dentre aqueles que informaram frequentar restaurantes populares (Figura 17), mostrando que, para este público específico, o acesso a esse equipamento público se relaciona a melhores prevalências de SA.



No entanto, é preciso problematizar o acesso a esses restaurantes por aqueles que estão em situação de maior vulnerabilidade à IA. Em geral, os restaurantes populares são instalados na área urbana de capitais ou cidades de maior porte populacional, próximos a centros comerciais ou de grande circulação e, portanto, longe das periferias.

FIGURA 17

Acesso (em%) a restaurantes populares, segundo a renda per capita das famílias e Segurança Alimentar/níveis de Insegurança Alimentar (IA), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Com relação ao Auxílio Emergencial, observou-se que ele foi direcionado aos domicílios em situação de vulnerabilidade social, portanto, também de maior risco para a IA. Isso pode ser observado quando avaliamos a relação entre a SA/IA e a solicitação e recebimento do Auxílio Emergencial pelas famílias mais vulneráveis (renda familiar per capita inferior a 1/4 do SM), ou seja, a população elegível ao Auxílio Emergencial e a que mais sofreu com os impactos negativos da pandemia.

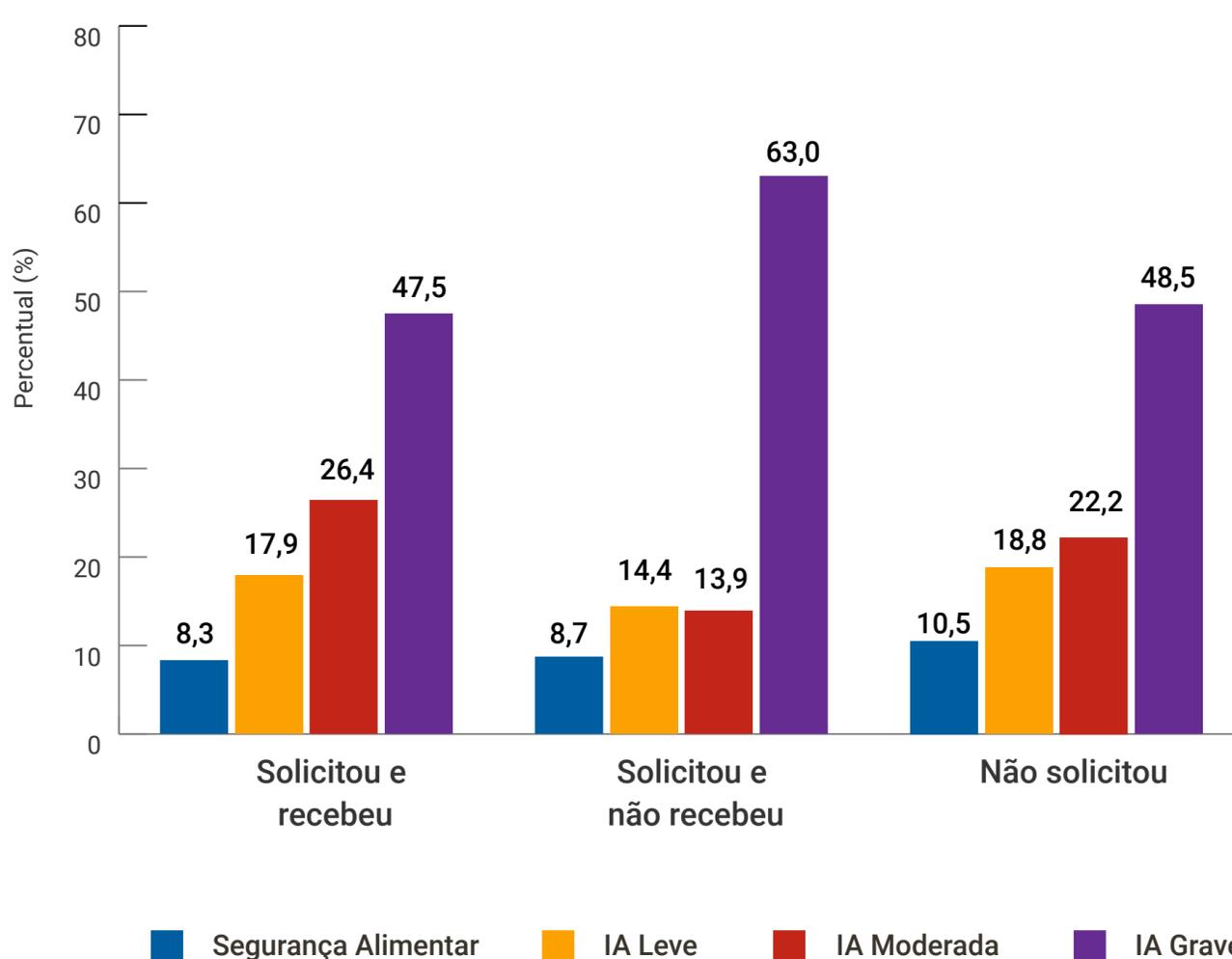


Observa-se que a fome, representada pela IA grave, foi maior nos domicílios que solicitaram e não receberam (63%) o Auxílio Emergencial, quando comparados com os que solicitaram e receberam (47,5%). Quando se soma a este grupo os domicílios que não solicitaram o Auxílio Emergencial, observa-se que muitos domicílios de baixa renda não foram contemplados com essa política pública e experimentaram condições ainda mais graves. A situação sugere que o programa não atingiu todas as famílias que viviam em privação de alimentos ou vivenciavam a fome (Figura 18).

A presença de pessoas com baixos rendimentos que não solicitaram o Auxílio Emergencial pode indicar, para os domicílios em IA moderada ou grave, uma condição de marginalização extrema, que acaba por influenciar, inclusive, o acesso a esta política pública. No entanto, para os domicílios dessa faixa de renda que estavam em SA ou IA leve, pode sugerir, por outro lado, a utilização de outros mecanismos de proteção da IA (como apoio social e ajuda de organizações não governamentais) (Figura 18).

FIGURA 18

Relação (em%) entre a solicitação e recebimento do auxílio emergencial e a Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com renda per capita de até 1/4 de salário mínimo, Brasil. II VIGISAN – SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Insegurança Hídrica e sua relação com a Segurança Alimentar/Insegurança Alimentar

No I VIGISAN, já havia indícios de relações entre IA e Insegurança Hídrica. Com a inclusão da escala hídrica neste II VIGISAN, foi possível verificar que cerca de 12% da população geral brasileira vivia com restrição de acesso à água, e que a IA grave estava fortemente associada a ela.



Em quase 65,0% dos domicílios com Insegurança Hídrica seus moradores tinham restrição quantitativa de alimentos (IA moderada ou grave). A combinação de Insegurança Hídrica e IA grave tinha maior magnitude nas regiões Norte (48,3%), Sudeste (43,0%), Centro-Oeste (41,8%) e Nordeste (41,2%). (Tabela 9).



TABELA 9

Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo o grau de Segurança Hídrica, Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Brasil e macrorregiões (n=12.522)	Segurança Hídrica (SH)/ Insegurança Hídrica (IH)	Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
		SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Brasil	SH	44,9	28,8	14,2	12,1
	IH	14,3	20,9	22,7	42,0
Centro-Oeste	SH	42,2	31,5	15,4	10,9
	IH	16,6	25,1	16,5	41,8
Nordeste	SH	39,6	29,1	15,6	15,7
	IH	20,8	18,4	19,5	41,2
Norte	SH	31,8	28,2	19,4	20,6
	IH	13,1	18,9	19,7	48,3
Sudeste	SH	49,1	27,9	12,9	10,1
	IH	10,6	18,3	28,2	43,0
Sul	SH	54,9	25,5	10,9	8,7
	IH	22,1	33,5	21,6	22,8

No plano global, tanto o acesso aos alimentos quanto o acesso à água para consumo humano dependem, sobretudo, de condições socioeconômicas, políticas, geográficas e ambientais assentadas em políticas públicas que buscam garantir a realização desses direitos. Isso posto, podemos assumir, com os resultados deste II VIGISAN, que não será possível garantir segurança alimentar sem que seja também garantida a segurança hídrica, tanto com políticas específicas de abastecimento quanto com políticas estruturais de combate às mudanças climáticas, de proteção aos recursos hídricos e de regulação de uso dos mananciais.



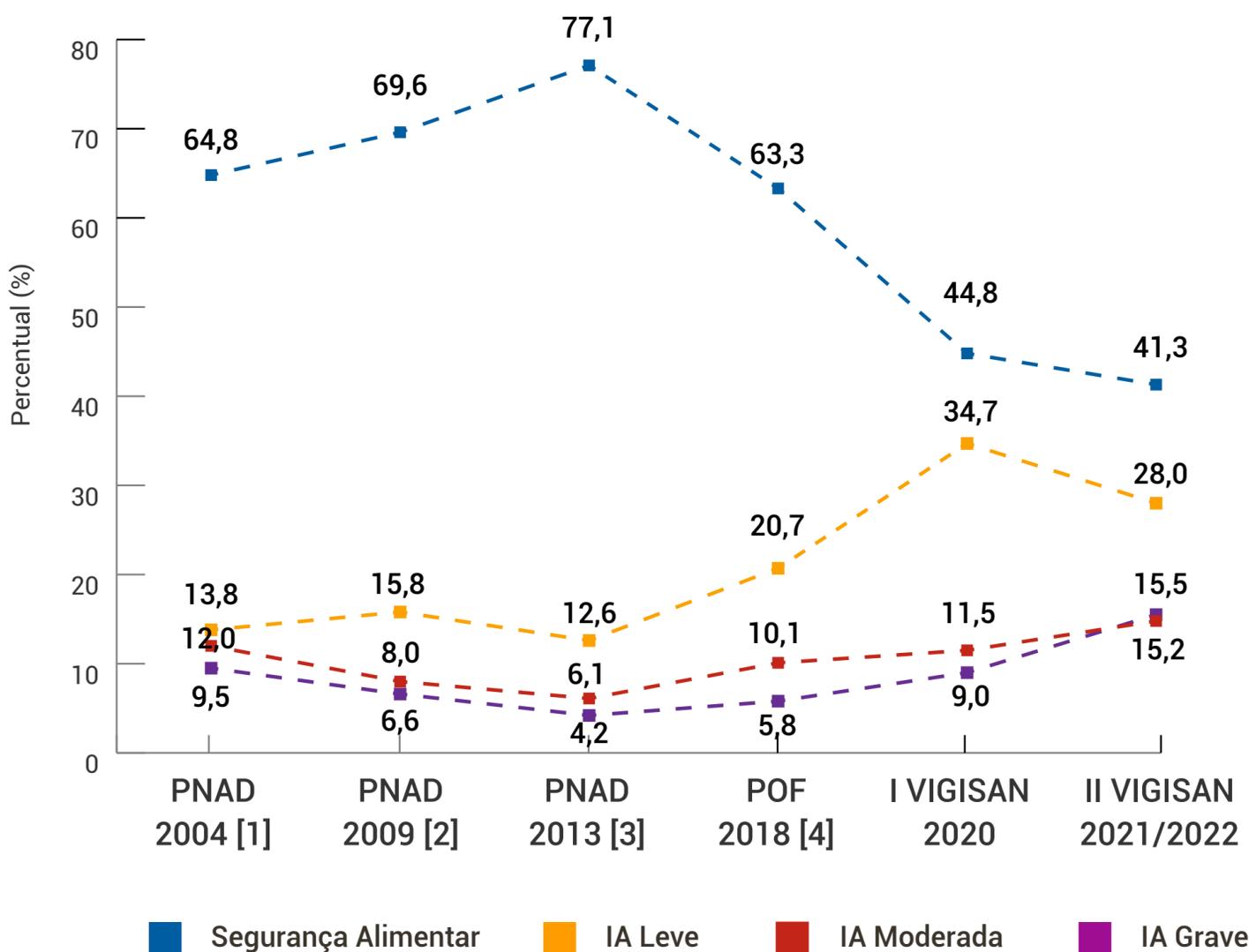
Evolução da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar

As mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas no padrão de acesso dos brasileiros aos alimentos refletem as opções de políticas econômicas e sociais dos governos nesse período. Em outras palavras, **as medidas de SA e dos níveis de IA, incluída a mensuração da fome pelo nível de IA grave, são indicadores fortes do impacto dessas opções do Estado brasileiro.**

A Figura 19 foi elaborada com as estimativas de SA/IA dos inquéritos nacionais de 2004 a 2018 (PNADs e POF 2018), do I VIGISAN e II VIGISAN, considerando a versão de oito perguntas da EBIA. Observa-se a piora expressiva cenário de IA, sobretudo de famílias migrando de uma situação de IA leve para o nível de IA moderada e, em seguida, para o de IA grave.

FIGURA 19

Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



* Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).



Merece destaque, na Figura 19, o avanço expressivo, em 1 ano e 4 meses, da IA grave, que era de 9,0% em 2020 e, entre final de novembro de 2021 e abril de 2022, aumenta para 15,5%.

Em número de pessoas, isto significa que **14 milhões de novos brasileiros** passaram a conviver com a situação de fome, uma vez que tínhamos 19,1 milhões ao final de 2020 e, ao final de 2021 e início de 2022, esse número subiu para **33,1 milhões.**



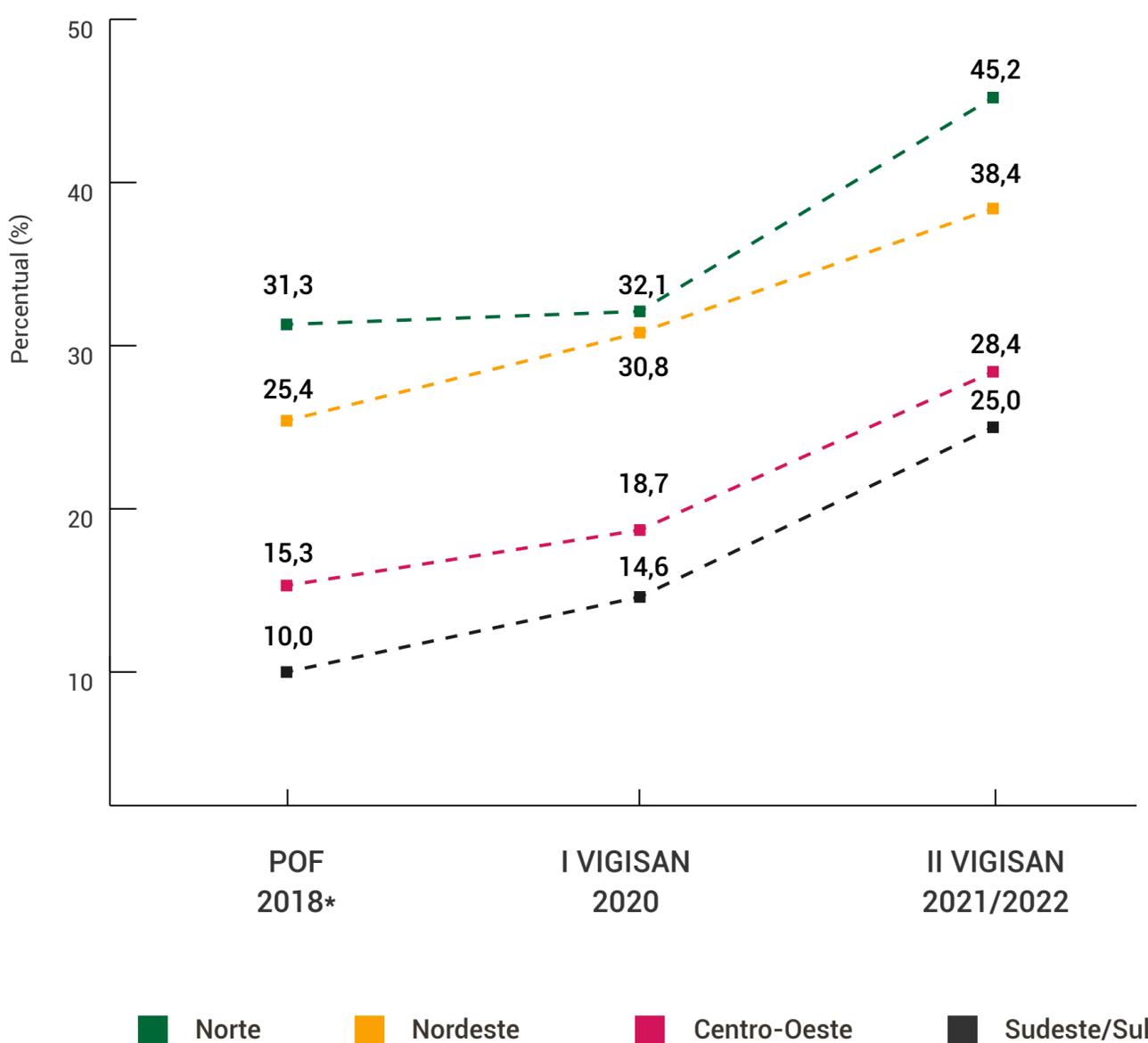
Outro aspecto relevante na análise das desigualdades sociais no Brasil é o fato de que a SA permaneceu estável, em patamares pouco acima de 40%, mesmo considerando a redução de 6,7 milhões de pessoas que anteriormente tinham capacidade plena de acesso aos alimentos. Nitidamente, esse percentual de SA corresponde ao segmento da população brasileira que esteve protegida dos impactos das crises econômica, política e sanitária que infringem sofrimento aos 60% restantes. As mesmas tendências foram observadas na população que vive em áreas rurais do Brasil, entretanto, com prevalências de IA moderada ou grave mais altas do que aquelas observadas em domicílios urbanos (**Anexo 13**).



Indo além da evolução das prevalências médias nacionais, a mesma análise mostra as dimensões das desigualdades regionais relativas à violação do DHAA no Brasil (**Anexo 14**). A região Norte foi aquela em que o acesso domiciliar aos alimentos sofreu o maior impacto das desigualdades sociais, antes e durante a pandemia da Covid 19, seguida da região Nordeste. A Figura 20 evidencia a evolução da IA moderada ou grave, tomadas juntas, por corresponderem à condição de falta de alimento em quantidade suficiente para alimentar todos os membros da família. **É manifesto e de grande magnitude o aumento da insuficiência de alimentos nos lares brasileiros entre 2018 e 2021/2022, em todas as macrorregiões.** Entretanto, como um espelho da desigualdade no Brasil, essa evolução negativa da IA moderada ou grave ocorre com mais intensidade nas regiões Norte e Nordeste, com prevalências em 2021/2022, de 45,2% e 38,4%, respectivamente.

FIGURA 20

Evolução (em%) da estimativa da Insegurança Alimentar moderada + grave, segundo as macrorregiões do Brasil, entre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), o I VIGISAN, de 2020 e o II VIGISAN, de 2022). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



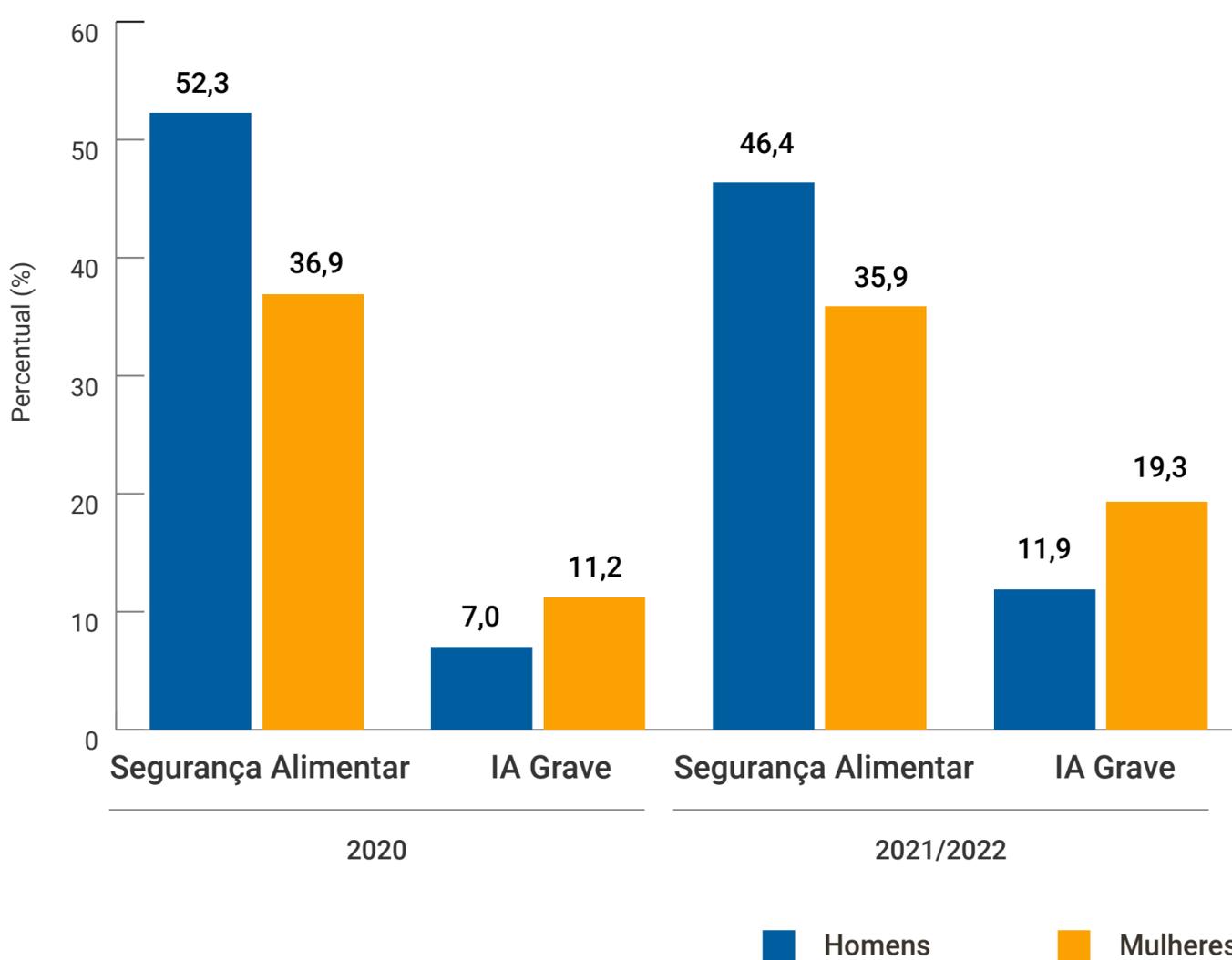
* Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).



Avaliando a tendência das relações de desigualdades de gênero entre 2020 e 2021/2022, apesar da redução no acesso das famílias aos alimentos, tanto em domicílios cuja pessoa de referência era homem quanto naqueles em que a mulher tinha esse papel, foi nestes últimos domicílios que a redução da SA foi maior. Já o aumento da IA grave foi significativamente maior em domicílios onde a mulher era a pessoa de referência – diferença entre os sexos de 4,7 pontos percentuais em 2020 e, de 7,4 pontos percentuais em 2021/2022 (Figura 21 e Tabela 10).

FIGURA 21

Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo sexo da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



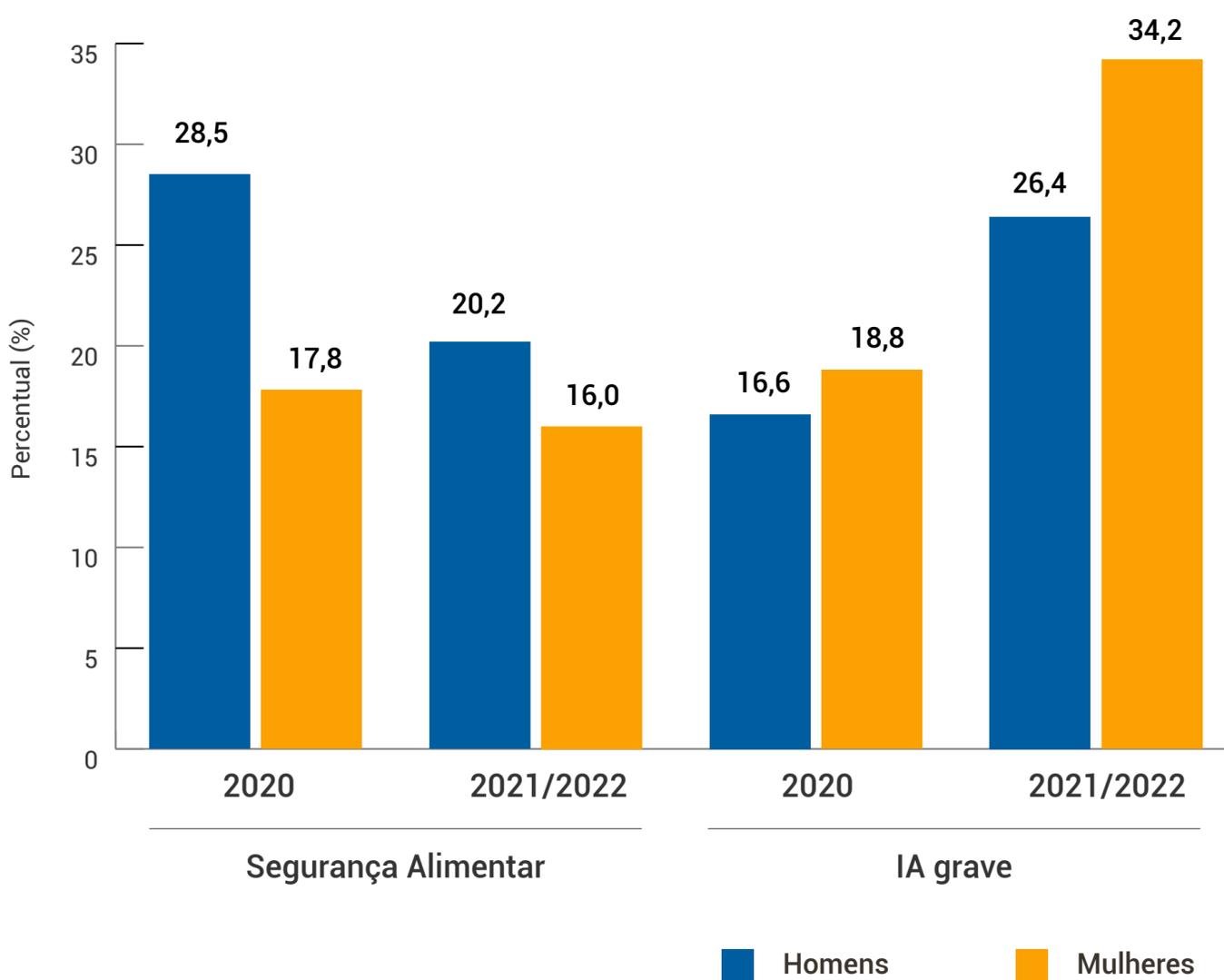
Efeitos negativos sobre a SA/IA ao longo do último ano apareceram mais fortemente nas condições que fragilizam, sobretudo, as mulheres que se encontravam nos segmentos mais empobrecidos da sociedade. Em 2021/2022, nos domicílios com renda per capita de até 1/2 salário mínimo (Tabela 10), a prevalência da SA era 20,8% menor quando as mulheres eram a pessoa de referência.



Comparativamente aos demais níveis de IA, a IA grave foi 29,5% superior. A diferença de acesso pleno aos alimentos (SA) foi menor em 2021/2022, comparativamente a 2020, por ter tido redução da SA em domicílios em que homens foram identificados como pessoa de referência. **Por outro lado, há aumento da IA grave nos domicílios de mulheres como responsáveis, o que levou, neste caso, à manutenção de uma diferença entre as duas categorias de domicílios. Entre 2020 e 2021/2022, além dessas diferenças considerando mulheres ou homens como referência, há piora no acesso aos alimentos em ambos os grupos, porém, mais acentuada nos domicílios em que mulheres eram a referência** (Figura 22).

FIGURA 22

Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo sexo da pessoa de referência em domicílios com faixa de renda familiar per capita menor que 1/2 salário mínimo per capita (SMPC), Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Na faixa de rendimentos familiares maiores que 1/2 e até 1 SMPC, ainda se observa redução da SA o final de 2020 e o início de 2022, tanto em domicílios de homens como de mulheres como referência; porém, a diferença de prevalência entre os dois grupos ficou menor no início de 2022 (10,1%), sugerindo que pouca melhora nos rendimentos pode ter impacto no acesso à alimentação suficiente, sobretudo em domicílios de mulheres como responsáveis.



Nesta faixa de renda, as prevalências de IA moderada ou IA grave são menores do que aquelas da faixa de renda anterior; porém, permanece a tendência de seu aumento entre 2020 e 2021/2022 (Tabela 10).

Chama atenção o fato de que, em 2020, na faixa de renda maior que 1 SMPC, a IA moderada e a IA grave haviam desaparecido; porém, voltando em 2021/2022 com prevalências menores, mas discretamente aumentadas em domicílios que têm a mulher como pessoa de referência (Tabela 10). Em outras palavras, mesmo em famílias com rendimentos mais altos, sendo a mulher a pessoa de referência, o risco de IA ainda é maior.

TABELA 10

Evolução da distribuição percentual da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo ano do inquérito, sexo da pessoa de referência e rendimento familiar per capita ano do inquérito. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

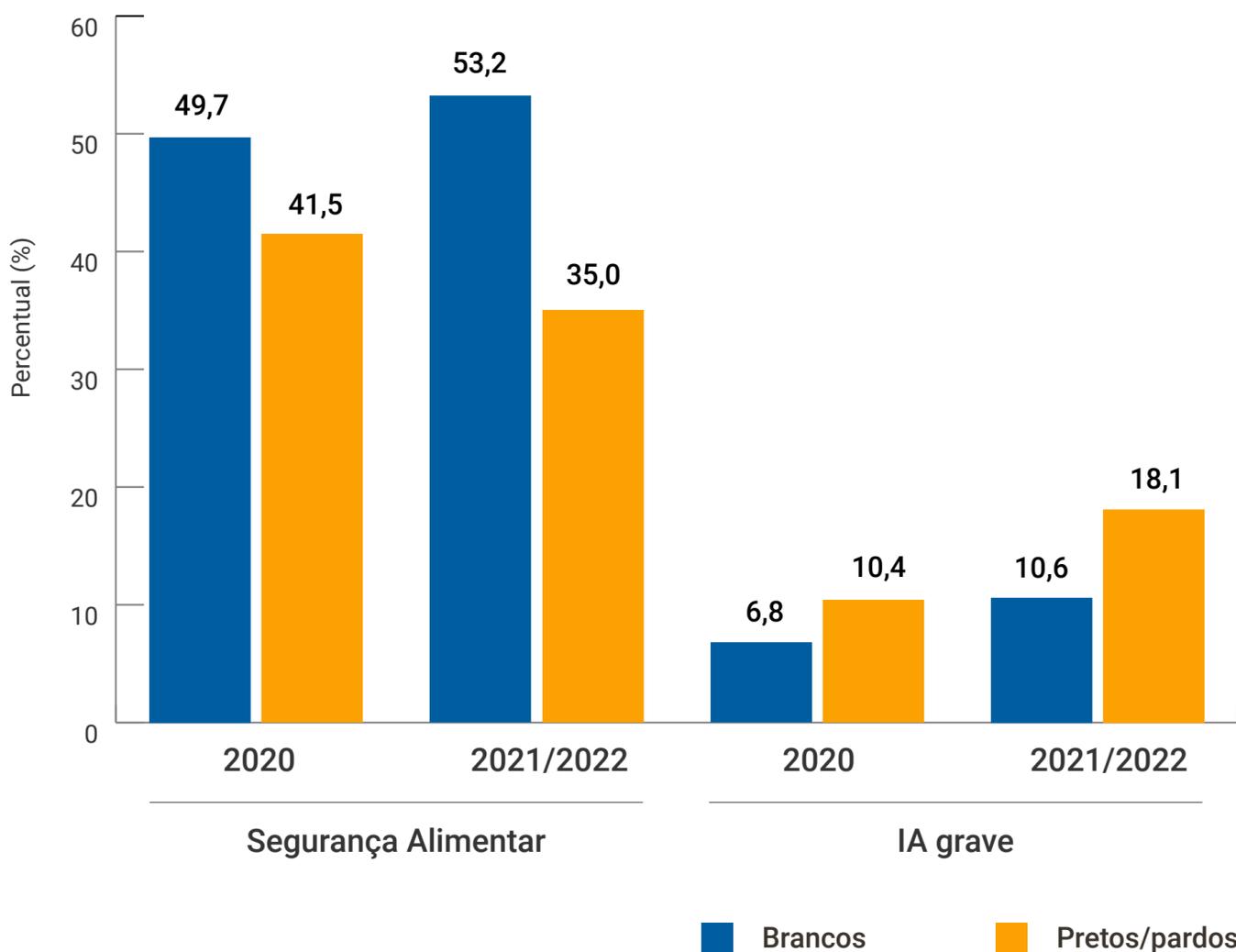
		Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
Ano	Sexo da pessoa de referência	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Rendimento até 1/2 SMPC					
2020	Homens	28,5	36,3	18,6	16,6
	Mulheres	17,8	39,3	24,0	18,8
Diferença* %		-37,5	8,3	29,0	13,3
2021/2022	Homens	20,2	28,0	25,4	26,4
	Mulheres	16,0	23,2	26,6	34,2
Diferença* %		-20,8	-17,1	4,7	29,5
Rendimento maior que 1/2 e até 1 SMPC					
2020	Homens	51,4	36,9	6,1	5,6
	Mulheres	42,9	37,2	12,3	7,6
Diferença* %		-16,5	0,8	101,6	35,7
2021/2022	Homens	42,4	38,4	11,1	8,1
	Mulheres	38,1	38,8	12,9	10,1
Diferença* %		-10,1	1,0	16,2	24,7
Rendimento maior que 1 SMPC					
2020	Homens	79,3	20,7	0,0	0,0
	Mulheres	71,7	28,3	0,0	0,0
Diferença* %		-9,6	36,7	0,0	0,0
2021/2022	Homens	77,2	16,4	3,6	2,7
	Mulheres	71,7	19,4	5,9	3,0
Diferença* %		-7,1	18,3	63,9	11,1

* A diferença foi calculada considerando: [(% de SA/IA de mulheres)-(%) de SA/IA dos homens)/(%) de SA/IA dos homens)*100]



FIGURA 23

Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo raça/cor autorreferida da pessoa de referência, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



Comparando as tendências de SA/IA entre os dois períodos analisados por faixas de rendimentos familiares, fica evidente que as prevalências de SA foram menores nos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclarou preta ou parda, mesmo quando essa condição era mais frequente, como nos domicílios com rendimentos mensais acima de 1 SMPC. Nesta faixa de renda, a SA era de 78,6% nos domicílios com pessoa de referência branca e de 75,2% naqueles onde essa pessoa é preta ou parda (Tabela 11). Comportamento similar, mas em direção oposta, fica evidente quando se analisam as situações de IA. Tanto a IA moderada quanto a IA grave (diga-se, a fome) ocorreram com prevalências mais altas nos domicílios de pessoa de referência preta ou parda, exceto na faixa de rendimento de até 1/2 salário mínimo.

As diferenças de IA moderada e IA grave são significativas na faixa intermediária de renda (rendimento maior que 1/2 e até 1 SMPC), tanto comparando os dois grupos segundo a raça/cor da pele em cada ano, quanto analisando a evolução entre eles nos períodos de 2020 para 2021/2022.



A IA grave aumentou, nos domicílios com pessoa de referência branca, de 3,3% para 6,6%, e entre domicílios com pessoa de referência negra (preta/parda) de 8,7% para 10,2%. Isto resultou em diferença menor entre os grupos, mas com permanência de prevalência de IA grave de maior magnitude em domicílios chefiados por pessoa negra. (Tabela 11)

Outro aspecto que chama atenção nestes dados é a permanência de IA moderada e IA grave nos dois grupos de domicílios, em 2022, quando os dois níveis já haviam desaparecido em 2020. **Pode-se concluir que as desigualdades de raça/cor são permanentes; porém, mais graves nas populações de rendimentos intermediários.**

TABELA 11

Comparação da distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar, segundo a raça/cor da pele da pessoa de referência dos domicílios, entre o I e II VIGISAN, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

		Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)			
Ano	Raça / Cor da pessoa de referência	SA (%)	IA Leve (%)	IA Moderada (%)	IA Grave (%)
Rendimento até 1/2 SMPC					
2020	Branca	18,9	41,7	20,8	18,6
	Preta/parda	22,8	36,9	22,6	17,8
Diferença* %		20,6	-11,5	8,7	-4,3
2021/2022	Branca	21,9	25,7	24,0	28,3
	Preta/parda	16,1	25,1	27,1	31,7
Diferença* %		-26,5	-2,3	12,9	12,0
Rendimento maior que 1/2 e até 1 SMPC					
2020	Branca	53,7	37,6	5,4	3,3
	Preta/parda	43,1	36,8	11,5	8,7
Diferença* %		-19,7	-2,1	113,0	163,6
2021/2022	Branca	45,5	38,7	9,2	6,6
	Preta/parda	37,9	38,8	13,2	10,2
Diferença* %		-16,7	0,3	43,5	54,5
Rendimento maior que 1 SMPC					
2020	Branca	78,6	21,4	0	0
	Preta/parda	75,2	24,8	0	0
Diferença* %		-4,3	15,9	0	0
2021/2022	Branca	78,6	15,5	2,9	3,0
	Preta/parda	72,1	19,3	5,9	2,6
Diferença* %		-8,3	24,5	103,4	-13,3

* A diferença foi calculada considerando: $[(\% \text{ de SA/IA de preta/parda}) - (\% \text{ de SA/IA de branca}) / (\% \text{ de SA/IA de branca}) * 100]$;
 ** IA retorna para os dois grupos, mas sem diferença estatisticamente significativa.





Foto: Sara Gehren/Ação da Cidadania

São muitas as condições de desigualdade que penalizam vários segmentos da população brasileira. Merecem destaque as crianças que, em condição de carência alimentar, podem ter suas potencialidades e seu futuro comprometidos.



Nesta situação de crise geral em que temos vivido, isto se torna ainda mais grave pela falta de iniciativas dos governos para minimizar os danos. Assistimos ao caos na gestão do PNAE, com falta de orientação e recursos adequados para os estados e municípios. O reflexo dessa e outras situações está evidenciado na piora da IA, apontados aqui os domicílios com crianças com até 10 anos. Entre 2020 e 2021/2022, praticamente não houve mudança de prevalência de SA e também de IA moderada. Entretanto, houve uma redução importante da IA leve.



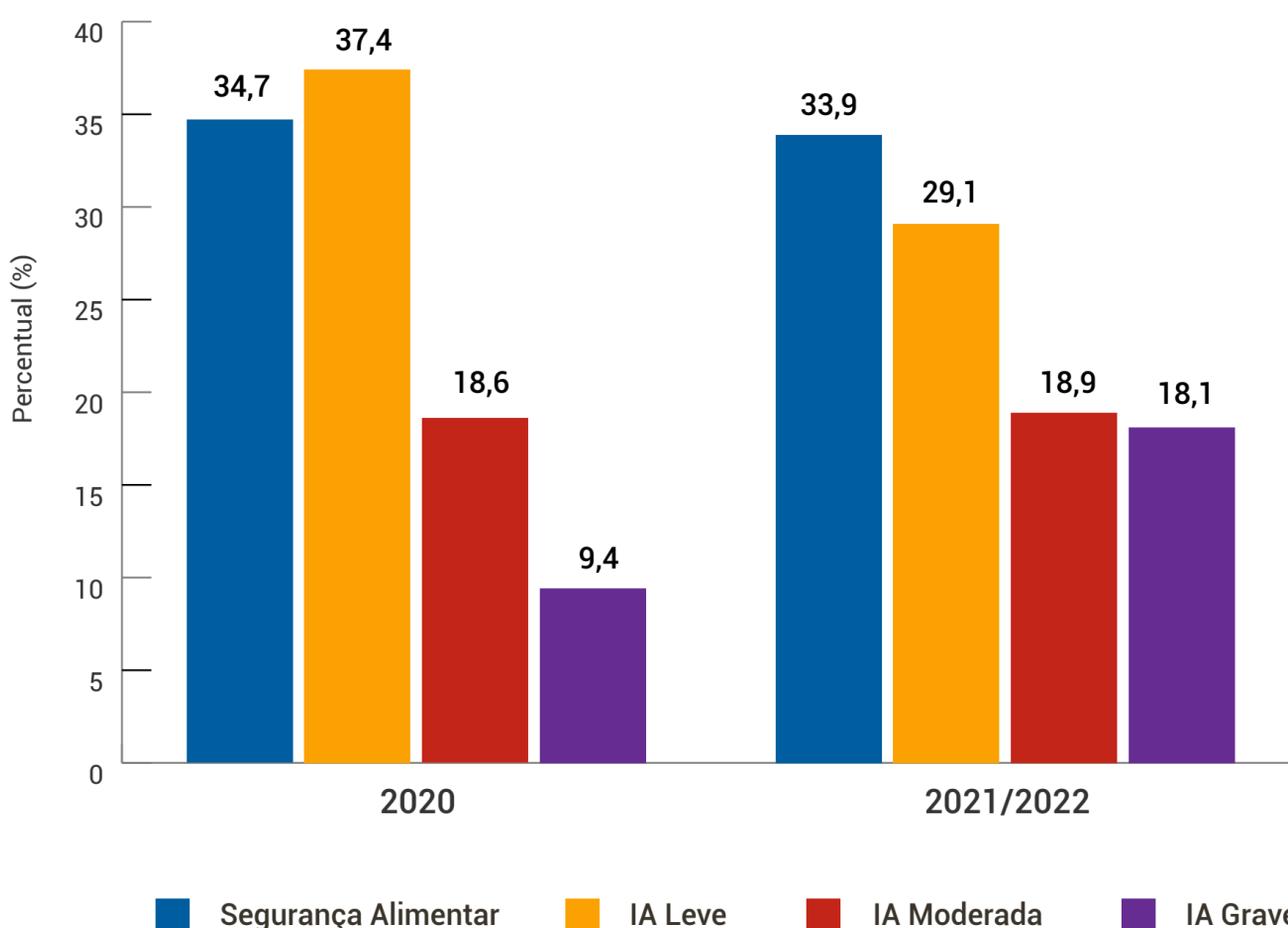


A IA grave – a fome – dobrou nesses domicílios entre o final de 2020 e o início de 2022, indo de **9,4% para **18,1%**.**

(Figura 24)

FIGURA 24

Prevalência (em%) da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com moradores de até 10 anos de idade, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



As tendências de SA/IA dos domicílios foram também influenciadas pelo desemprego ou condições precárias de trabalho, uma vez as famílias viram seus rendimentos diminuírem e acabaram por se endividar. Mesmo se tratando de um período relativamente pequeno (cerca de um ano), foi possível observar o reflexo dessas e de outras situações na magnitude das prevalências, sobretudo da IA grave. A SA permaneceu estável, apesar de continuar em patamar bem abaixo da média nacional, em domicílios onde as pessoas de referência das famílias referiram emprego formal entre 2020 e 2021/2022 (Figura 25). Entretanto, a IA grave se elevou neste período. O mesmo ocorreu com a condição de trabalho informal, que manteve estável a prevalência de SA, ainda que muito baixa (próxima aos 30,0% nos dois períodos); porém, com aumento significativo da IA grave (14,3%, em 2020, para 20,2%, em 2021/2022).



Com o desemprego, essa estabilidade desapareceu e houve piora significativa dos índices, uma vez que a SA foi reduzida em 5,2 pontos percentuais, enquanto a IA grave aumentou de 21,4% para 36,1% (Figura 25). Sabe-se que um dos reflexos da dinâmica financeira das famílias é o aumento do endividamento, discutido anteriormente neste Relatório, e que apresenta relação desfavorável em relação ao acesso das famílias aos alimentos. A SA se manteve estável, mas a IA grave aumentou expressivamente. **É sempre bom lembrar que mudanças aparentemente pequenas em percentuais, sobretudo de IA grave, podem significar milhões de pessoas que passam a conviver cotidianamente com a falta de comida no prato.**

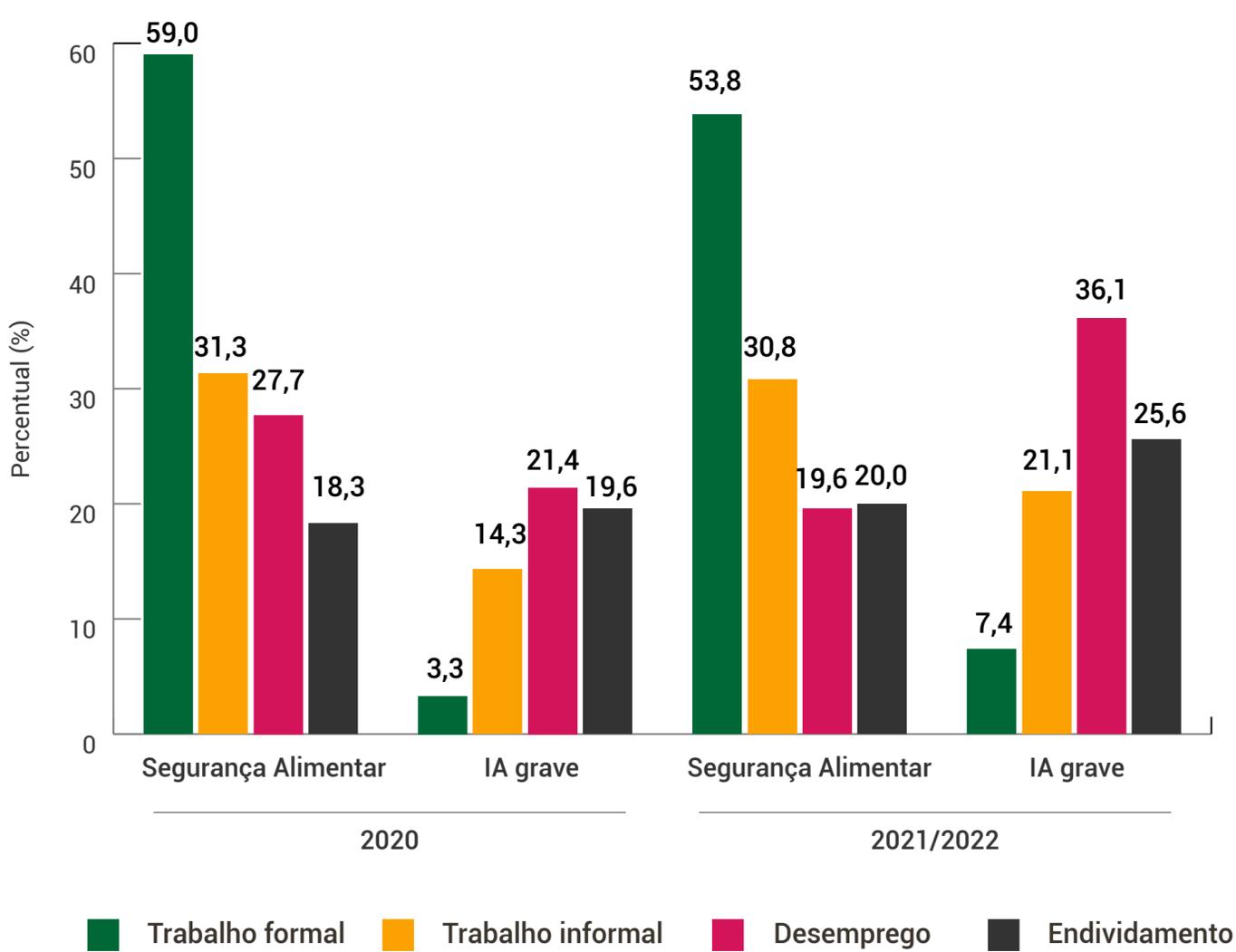
1% = 2 milhões de pessoas



Foto: Tulio Martins/ActionAid

FIGURA 25

Comparação (em%) da Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar (IA) grave, segundo a relação de trabalho da pessoa de referência do domicílio, entre o I e II VIGISAN, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.



A photograph of children in a rural setting, possibly a school or community center. Two boys in the foreground are wearing face masks and holding bowls. A girl next to them is also wearing a mask and holding a bowl. In the background, another child is visible. The scene is set outdoors with a thatched roof and wooden walls. The overall tone is warm and focused on the children's well-being.

Considerações finais

As evidências aqui apresentadas revelam um preocupante agravamento da IA em um contingente expressivo da população brasileira, iniciado pela crise econômica e desestruturação de políticas públicas nacionais, desde 2016, e acentuado pela pandemia de Covid-19, que continuava a se propagar. Soma-se a esse cenário a persistência de opções governamentais negligentes, pautadas pelo falso dilema entre economia e saúde.



Comparado ao I VIGISAN, que identificou, em dezembro de 2020, 9% da população (ou 19 milhões de pessoas) convivendo com a fome, no II VIGISAN este percentual passou para 15,5% da população ou 33,1 milhões de pessoas em situação de fome, indicando que 14 milhões de brasileiros foram deslocados para tal condição em um ano.

Baseado numa amostra maior e mais diversificada social e espacialmente, o material analisado neste Relatório não apenas confirma as tendências já apontadas em investigações anteriores, mas deixa evidente as interfaces entre a deterioração das condições alimentares e as demais dimensões de um contínuo processo de empobrecimento e vulnerabilidade social de ampla parcela da população brasileira. Nesse sentido, chama atenção a maior proporção das famílias com renda inferior a um salário mínimo em IA grave, especialmente aquelas com renda inferior a 1/4 de SMPC, nas quais a condição de convívio com a fome atinge 43,0% delas, o dobro do verificado em 2020. Situação semelhante foi identificada nas famílias afetadas pelo desemprego, assim como naquelas que recorreram ao endividamento, à venda de bens, ao corte de despesas essenciais ou não essenciais, ou ainda nas famílias em que alguém teve que abandonar os estudos.



Embora os números indiquem a precarização das condições alimentares para o conjunto do país, os traços do empobrecimento e das estratégias de sobrevivência das famílias se manifestam desigualmente entre as regiões. Os níveis mais elevados de IA moderada e grave nas regiões Norte e Nordeste, relativamente às demais regiões, refletem desigualdades geradas por dinâmicas socioeconômicas e políticas locais e de distribuição da riqueza nacional. Assim, a convivência com a fome assume contornos mais dramáticos naquelas regiões, onde as populações, em particular no meio rural, se veem impossibilitadas de escapar de tal tragédia devido ao seu aprisionamento num estado persistente de pobreza.

Tendo como referência o contexto da crise sanitária que assolou o país a partir do início de 2020, a IA foi agravada pelas dificuldades de recomposição das rendas do trabalho em emprego formal ou informal, de retomada de negócios e de atividades produtivas, em particular no meio rural.

Agricultores familiares/produtores rurais não conseguiram recuperar a produção aos níveis da pré-pandemia, além de se sujeitarem a preços menos rentáveis, o que os levou a um estado no qual a prevalência de IA supera a observada nas áreas urbanas.



Foto: Ventana Filmes/ActionAid



Em seu conjunto, e como reflexo de um abismo social que se amplia, enquanto 41,3% da população brasileira dispõem de mecanismos de defesa da renda e preservação do poder de compra, quase 60,0% das famílias se veem desprotegidas e incapacitadas. **A esse grupo foram incorporadas, em um ano, mais 6,7 milhões de pessoas, anteriormente em SA, agora também desprovidas de meios regulares e permanentes de acesso aos alimentos.**



Este recorte social inclui aspectos não econômicos das desigualdades relacionados à raça/cor da pele, gênero, e grau de escolaridade, definidores das vias de inserção das famílias na sociedade e da participação na distribuição da renda. Tais aspectos resultam em mais exposição ao risco de fome e em precárias condições de acesso à alimentação adequada e saudável.

Enquanto na população negra houve um aumento de mais de 60,0% na proporção daquelas que convivem com a fome, dentre brancos esse aumento foi de 34,6%, comparando os resultados dos dois Inquéritos da Rede PENSSAN.



Na pobreza extrema essas diferenças não são significativas, mas tornam-se relevantes nos rendimentos que caracterizam a pobreza e os valores médios da renda familiar.



O II VIGISAN revela diferença importante entre gêneros e indicam que 19,3% das famílias chefiadas por mulheres estão expostas à fome, enquanto esse percentual reduz para 11,9% quando são os homens nessa posição; essa diferença é maior do que a observada em 2020 quando as prevalências eram 11,2% e 7,0%, respectivamente.

A maior ocorrência da fome entre famílias tendo as mulheres como responsáveis pode ser explicada, dentre outros fatores, pela diferença de rendimentos que desfavorece às mulheres em relação aos homens.



A relação entre IA e grau de escolaridade revela um dos problemas mais graves da sociedade brasileira, com repercussões que extrapolam o contexto da pandemia. Em primeiro lugar, constatou-se que 22,3% das famílias cujos responsáveis têm até quatro anos de estudo ou não tinham escolaridade estão em situação de IA grave, o dobro daquelas com oito anos de estudo (10,2%). A garantia da educação como direito social se revela, portanto, como um meio essencial também de proteção das famílias contra a ameaça da fome. Em segundo lugar, uma má alimentação na infância compromete não apenas o desenvolvimento físico, mas também sua capacidade cognitiva no futuro.

O expressivo aumento da IA dos domicílios com crianças de idade até 10 anos, de 9,4% para 18,1% em um ano, demonstra tanto o aumento da vulnerabilidade de suas famílias no período da pandemia, como a negligência dos governos na gestão caótica do PNAE.

Diante da impossibilidade do ensino presencial, a alimentação dessas crianças foi duplamente prejudicada, pois elas não puderam contar com a alimentação escolar com regularidade, ao mesmo tempo em que ficaram expostas à escassez de alimentos em seus domicílios.



Foto: Thais Alvarenga/Ação da Cidadania

Essa condição é mais grave ao considerar o impacto no desenvolvimento infantil, dada a impossibilidade de acesso remoto às aulas, por um contingente expressivo da população de crianças e adolescentes, o que contribui para a estagnação social das famílias em situação de maior vulnerabilidade.



As mazelas assim formadas, dentre as quais se destacam as diferentes manifestações de IA, são repercussões das desigualdades sociais que derivam de processos econômicos e políticos que moldaram historicamente a sociedade brasileira.

A destruição de instituições públicas e a desativação de políticas voltadas à proteção social, em curso desde 2016, estão na raiz do problema aqui exposto, deixando grande parte da sociedade desprotegida diante dos efeitos da crise sanitária que agravou a crise econômica que a antecedeu.



Imagem: Márcio de Carvalho

Esta conduta governamental acabou criando uma armadilha para as famílias que dependem do PBF/Auxílio Brasil, BPC, PNAE, restaurantes populares e do Auxílio Emergencial. A desidratação intencional dessas políticas acabou agravando as condições das famílias com renda inferior a 1 SMPC, em particular as que vivem com 1/4 desse valor, 43,0% das quais em estado famélico. Estados e governos podem aumentar desigualdades, pobreza e fome pela falta de ação e por decisões políticas e adoção de ações que elevam os níveis de concentração de renda e riqueza, justificadas com a falácia do gotejamento da riqueza para as camadas de menor renda. Os indicadores de pobreza e fome no Brasil, se consideradas quase duas décadas de avaliação, parecem expressar um mosaico em que todos esses elementos, a partir de 2016, interagem para negar os direitos de cidadania à maioria da população, além de múltiplos testemunhos de despreparo de governos e da tecnocracia responsável por responder às crescentes demandas sociais.





Imagem: Márcio de Carvalho



Insuficiência de renda, desemprego e subemprego, deficiências habitacionais, falta de acesso à educação e precárias condições de saúde estão diretamente interrelacionados com o agravamento da IA.

Por essa razão, para reverter essa tendência, é preciso compreender que seus determinantes estão situados além das questões específicas da alimentação e das relações entre oferta e demanda de alimentos. Paralelamente, um ambiente de instabilidade política e fragilidade de instâncias democráticas, refratárias à atuação da sociedade civil sintonizada com as carências sociais emergentes, contribuem para o desprezo aos direitos humanos, dentre os quais o direito à alimentação adequada e saudável. A tempestade perfeita, formada pelo agravamento da fome e da pobreza, está conduzindo a sociedade brasileira para uma involução social, para a qual contribui o enfraquecimento das estruturas econômicas, cujas competências tecnológicas se retraem. Enquanto isso, o extrativismo e as atividades agrícolas de larga escala do agronegócio (majoritariamente voltadas a produção de commodities e não de alimentos) ocupam o centro do PIB e a presença do país nos mercados globais, empurrando a economia numa marcha-a-ré, da 6ª para 15ª posição mundial, num retrocesso visível, se comparado ao início do século.



Nesse ambiente social em que diferentes precariedades corroem a vida de milhões de famílias, destaque deve ser dado à interação entre a IA e a crise hídrica.



Apesar de diferenças regionais, no conjunto da amostra nacional, 42,0% das famílias com Insegurança Hídrica também conviviam com a fome, enquanto apenas 14,3% desses domicílios estavam em SA.



Foto: Ventana Filmes/ActionAid

Essa constatação evidencia que as famílias afetadas pela combinação de falta de alimentos e Insegurança Hídrica estão desprovidas dos elementos mais vitais da existência humana, com destaque para as famílias rurais. Por mais que as dimensões dessa tragédia social sejam atribuídas aos desequilíbrios climáticos e à pandemia da Covid-19, seus impactos atingem mais gravemente as famílias já vitimadas pela pobreza e pela ausência do Estado no abastecimento de água e na garantia de SA. Ao mesmo tempo, são famílias deslocadas para as franjas da sociedade de mercado sob a dinâmica excludente de processos econômicos que concentram renda e continuamente agravam desigualdades.



Se, por um lado, as evidências expostas neste Relatório refletem este ambiente de degradação social e, portanto, de retrocessos institucionais que contribuíram para o empobrecimento da sociedade brasileira no contexto da pandemia da Covid-19, por outro lado, indicam a amplitude dos desafios envolvidos em sua superação. A sinergia entre a IA e as demais inseguranças que afetam a sobrevivência humana na atualidade dá uma dimensão clara da agenda de reconstituição do aparato institucional e de reorientação das estruturas econômicas e políticas rumo a uma redução das desigualdades e da melhoria das condições de vida. Para tanto, não será suficiente apenas uma reativação da economia através do crescimento, mas sua reconexão com princípios de igualdade, de resgate dos direitos humanos, dentre os quais o de alimentação adequada, de preservação ambiental e de promoção do bem-estar.



Referências

BEM-LIGNANI, J.; PALMEIRA, P. A.; ANTUNES, M. M.; SALLES-COSTA, R. Relationship. Between social indicators and food insecurity: a systematic review. Rev. Bras. Epidemiol., n. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200068>. Acesso em: 3 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1-2, 18 set. 2006.

BURLANDY, L.; SALLES-COSTA, R. Segurança alimentar e nutricional. Concepções e desenhos de investigação. In: KAC, G.; SICHIERI, R.; GIGANTE, D. P. (orgs.). Epidemiologia nutricional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022.

CAFIERO, C.; VIVIANI, S.; NORD, M. Food security measurement in a global context: the food insecurity experience scale. Measurement, v. 116, fev. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília: Consea, 2010.

DE PAULA, N.; ZIMMERMANN, S. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, n. 3, p. 55-67, 2021.

DE PAULA, N. Tendencias a la universalización del consumo alimentario. In: BENZA, S.; SAMMARTINO, G.; VACCAREZZA, F. (orgs.). Alimentación, cultura y nutrición: aportes desde el patrimonio, las políticas públicas y el abordaje de los padecimientos. 1ª ed. Buenos Aires: Libro Digital DOC, 2021. v. 1, p. 8-16.

DEL GROSSI, M. E.; DAHLET, G.; DE LIMA, P.; CEOLIN, S. Brazil's Fome Zero strategy. In: Silva, J. G. (org.). From Fome Zero to zero hunger: a global perspective. 1ª ed. Rome: FAO, 2019. v. 1, p. 21-43.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. A. Políticas públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. Saúde Amanhã – Textos para Discussão, n. 83. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/03/Delgad_NG-Zimmermann-SA_Pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-para-soberania-e-seguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil_TD_83_final-1.pdf. Acesso em: 11 maio 2022.

DOS SANTOS, T. G. et al. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: pesquisa nacional por amostra de domicílios 2004, 2009 e 2013. Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 4, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-3111x00066917>. Acesso em: 11 maio 2022.

FIGUEIREDO, N.; DE PAULA, N. M. Desafíos en las políticas públicas de seguridad alimentaria en México: un estudio del programa desayunos escolares. Estudios Sociales, v. 31, p. 2-39, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24836/es.v31i57.1110>. Acesso em: 11 maio 2022.

_____. A soberania alimentar no contexto do regime alimentar neoliberal: um diálogo com a literatura. Monções, UFGD, v. 10, p. 480-503, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v10i19.13051>. Acesso em: 11 maio 2022.

FRONGILLO, E. Validity and cross-context equivalence of experience-based measures of food insecurity. *Global Food Security*, v. 32, mar. 2022.

GALINDO E. et al. Work Paper 4: Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. *Food for Justice*, Berlin, n. 4., 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.17169/refubium-29554.2>. Acesso em: 11 maio 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020.

_____. Dados sobre os resultados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) aplicada na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2013 apud PNAD: insegurança alimentar nos domicílios cai de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013. Agência IBGE de Notícias, 18 dez. 2014. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14735-asi-pnad-inseguranca-alimentar-nos-domicilios-cai-de-302-em-2009-para-226-em-2013>. Acesso em: 16 maio 2021.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 6 maio 2022.

_____. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206p., il. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 44). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 28 abril 2022.

INTERLENGHI G. S. et al Suitability of the eight-item version of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale to identify risk groups: evidence from a nationwide representative sample. *Public Health Nutrition*, v. 27, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1368980018003592>. Acesso em: 11 maio 2022.

HANNAH, D. et al. Water and sanitation for all in a pandemic. *Nature Sustainability*, v. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41893-020-0593-7>. Acesso em: 11 maio 2022.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: ago. 2020.

MALUF, R. S. *Segurança alimentar e nutricional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MILLER, J. D. et al. Water Security and Nutrition: current knowledge and research opportunities. *Adv. Nutr.*, v. 12, 2021. Disponível em: <http://academic.oup.com/advances/advance-article/doi/10.1093/advances/nmab075/6322255>. Acesso em: 1 maio 2022.

NEVES, J. A. et al. Desemprego, pobreza e fome no Brasil em tempos de pandemia por Covid-19. *Rev. Nutr.*, v. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/RGq98CHLDx3mKPNtwDXVQGv/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 11 maio 2022.

_____. The Brazilian cash transfer program (Bolsa Família): a tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil. *Glob. Public. Health*, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17441692.2020.1850828>. Acesso em: 11 maio 2022.

PALMEIRA, P. A.; SALLES-COSTA, R.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Effects of family income and conditional cash transfers on household food insecurity: evidence from a longitudinal study in Northeast Brazil. *Public. Health Nutr.*, n. 23, p. 4, p. 756-767, 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/public-health-nutrition/article/effects-of-family-income-and-conditional-cash-transfers-on-household-food-insecurity-evidence-from-a-longitudinal-study-in-northeast-brazil/09497A9A0F5421B07182B2B306F5F805>. Acesso em: 3 maio 2022.

PAULA, N. F.; PAULA, N. M.; BUENO, R. E. Iniquidades e promoção pública de ambientes alimentares saudáveis na cidade de Curitiba, Brasil. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 28p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8663749> . Acesso em: 11 maio 2022.

PAULA, N. M. Fome e economia: um contraste insolúvel da ordem neoliberal. In: ROSANELI, C. F. (org.). *Fomes contemporâneas*. 1ª ed. Curitiba: PUCPRESS, 2020. p. 38-51.

_____. *Evolução do sistema agroalimentar: contradições e desafios*. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2017. v. 1. 225p.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Can experience-based household food security scale help improve food security governance? *Global Food Security*, v. 1, n. 2, p. 120-125. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2012.10.006>. Acesso em: 11 maio 2022.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SHAMAH-LEVY, T.; CANDEL, J. Food security governance in Latin America: principles and the way forward. *Global Food Security*, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2017.07.001>. Acesso em: 11 maio 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Olhar para a Fome. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_AF_National_Survey_of_Food_Insecurity.pdf. Acesso em: 3 maio 2022.

SALLES-COSTA, R. et al. National trends and disparities in severe food insecurity in Brazil between 2004 and 2018. *Curr. Dev. Nutr.*, v. 6, n. 4, 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/cdn/article/6/4/nzac034/6543698>. Acesso em: 3 maio 2022.

SALLES-COSTA, R.; FERREIRA, A. A.; JR-CASTRO, P. C. P.; BURLANDY, L. *Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. (No prelo).

STOLER, J. et al. Household water insecurity will complicate the ongoing COVID-19 response: evidence from 29 sites in 23 low- and middle-income countries. *Internat. Jour. of Hyg. Envir. Health*, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijheh.2021.113715>. Acesso em: 3 maio 2022.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. A transferência de renda no Brasil e a insegurança alimentar; analisando a PNAD 2004. *Rev. Nutr., PUC-Campinas*, v. 21, supl., p. 39-51, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/QvPkFD7n4HrYfPMWcP9DfLJ/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2022.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEÓN, L.; MELGAR-QUIÑONES, H.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: recommendation for a 14-item EBIA. *Rev. Nutr.*, v. 27, p. 241-251, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-52732014000200010>. Acesso em: 11 maio 2022.

UNICEF. Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentesibope-unicef-2020.pdf>. Acesso em: 06.02.2021.

VASCONCELOS, F. A. G. et al. Public policies of food and nutrition in Brazil: from Lula to Temer. *Rev. Nutr.*, v. 32, p. 1-13, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732019000100301&tIng=en. Acesso em: 11 maio 2022.

YOUNG, S. L. et al. The Household Water InSecurity Experiences (HWISE) Scale: development and validation of a household water insecurity measure for low-income and middle-income countries. *BMJ Global Health*, v. 4, n. 5, 2019. Disponível em: <https://gh.bmj.com/content/4/5/e001750>. Acesso em: 3 maio 2022.

YOUNG, S. L. et al. The importance of water security for ensuring food security, good nutrition, and well-being. *Adv. Nutr.*, v. 12, n. 4, p. 1058-1073, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/advances/nmab003>. Acesso em: 3 maio 2022.

Anexos

ANEXO 1	100
Comparação por sexo, idade, escolaridade e renda familiar (Salário mínimo per capita – SMPC) da distribuição amostral do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 2	100
Tamanho amostral por localização, urbana e rural, segundo macrorregiões brasileiras, com respectivas margens de erro. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 3	101
Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 8 perguntas. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 4	101
Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de oito itens. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 5	102
Perguntas da Escala da Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 6	103
Proporção de domicílios, por macrorregiões, segundo características domiciliares. II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 7	104
Distribuição proporcional de condições sociodemográficas da pessoa responsável pelo domicílio e o efeito da pandemia nas condições de trabalho, Brasil e regiões. II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 8	105
Distribuição percentual (%) de domicílios segundo a procura por emprego pelo responsável pelo domicílio e pelos seus integrantes. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 9	106
Proporção (%) de domicílios que tiveram ao menos uma pessoa da família que morreu em decorrência da Covid-19. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 10	106
Proporção (%) de moradores nos domicílios que relataram vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 11	107
Frequência das refeições realizadas pelo entrevistado semanalmente e diariamente. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN. Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 12	108
Perguntas da Escala da Experiência Domiciliar de Insegurança Hídrica (EDIH). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 13	109
Evolução da Segurança Alimentar (SA) e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, macrorregiões, localidade do domicílio (urbana e rural) de 2004 a 2022. II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.	
ANEXO 14	110
Evolução da estimativa da Insegurança Alimentar (IA) moderada + grave segundo as macrorregiões do país, dentre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), 2020 (I VIGISAN) e 2021/2022 (II VIGISAN), Brasil, macrorregiões, localidade dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.	



ANEXO 1

voltar ao texto 

Comparação por sexo, idade, escolaridade e renda familiar (Salário mínimo per capita – SMPC) da distribuição amostral do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN) com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

	% obtido na PNAD 2015*	% obtido no II VIGISAN
SEXO		
Masculino	49,0	47,0
Feminino	51,0	53,0
IDADE		
Até 4 anos	6,0	6,0
5 a 17 anos	20,0	16,0
18 a 49 anos	48,0	50,0
50 a 64 anos	16,0	18,0
65 ou mais	10,0	11,0
ESCOLARIDADE		
Ensino Fundamental	48,0	51,0
Ensino Médio	34,0	37,0
Superior	18,0	12,0
RENDA FAMILIAR		
Até 2 SMPC	42,0	67,0
Mais de 2 a 5 SMPC	38,0	27,0
Mais 5 SMPC	20,0	6,0

* Fonte: IBGE - PNAD 2015

ANEXO 2

voltar ao texto 

Tamanho amostral por localização, urbana e rural, segundo macrorregiões brasileiras, com respectivas margens de erro. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Macrorregião	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	Amostra pretendida	Amostra	Margem de erro*	Amostra Pretendida	Amostra	Margem de erro*	Amostra pretendida	Amostra	Margem de erro*
Centro-Oeste	1.642	1.667	2,4	208	212	6,7	1.850	1.879	2,3
Nordeste	3.204	3.232	1,7	1.096	1.117	2,9	4.300	4.349	1,5
Norte	2.326	2.330	2,0	624	640	3,9	2.950	2.970	1,8
Sudeste	1.800	1.827	2,3	200	195	7,0	2.000	2.022	2,2
Sul	1.284	1.305	2,7	216	220	6,6	1.500	1.525	2,5
Total	10.256	10.361	1,0	2.344	2.384	2,0	12.600	12.745	0,9

* Considerando intervalos de confiança de 95%.



ANEXO 3[voltar ao texto](#) **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 8 perguntas. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**

Perguntas	Opções de respostas		
1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
5. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
6. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
7. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu
8. Nos últimos três meses, algum/a morador/a de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?	Sim	Não	Não sabe/Não respondeu

ANEXO 4[voltar ao texto](#) **Classificação e pontos de corte da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) de oito itens. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**

Classificação	Pontos de corte
Segurança alimentar	0
Insegurança Alimentar Leve	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	4-5
Insegurança Alimentar Grave	6-8



Perguntas	Opções de respostas*					
Nas últimas 4 semanas, você ou alguém de sua casa esteve incomodado, preocupado ou com medo de que você não teria água suficiente para todas as suas necessidades domésticas?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência o abastecimento de água através de sua principal fonte foi interrompida ou sofreu alguma alteração (pressão de água, menos água do que o esperado, rio secou)?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência os problemas com a água impediram a lavagem de roupa?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência você ou alguém de sua família mudou a sua rotina porque teve que resolver um problema por conta da água? (As atividades que podem ter sido interrompidas incluem cuidar de outras pessoas, realizar tarefas domésticas, trabalhos agrícolas, atividades geradoras de renda, dormir etc.)	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência você ou alguém em sua casa teve que mudar os alimentos que costumam comer devido os problemas com a água (como por exemplo: lavar os alimentos, cozinhar, etc)?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência você ou alguém em sua casa passou sem lavar as mãos após atividades sujas (por exemplo, defecar ou trocar fraldas, limpar esterco de animais) devido a problemas com a água?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência você ou alguém em sua casa teve que ficar sem tomar banho por causa de problemas com o água (por exemplo, água insuficiente, suja, insegura)?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência a quantidade de água para beber foi menor do que gostaria para você ou alguém em sua casa?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência você ou alguém de sua família sentiu raiva da situação da água?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência você ou alguém de sua casa foi dormir com sede?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência a sua casa ficou completamente sem água?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)
Nas últimas 4 semanas, com que frequência os problemas com água fizeram com que você ou alguém em sua casa se sentisse envergonhado?	Nunca (0 vezes)	Raramente (1 ou 2 vezes)	Algumas vezes (3 a 10 vezes)	Frequentemente (11 a 20 vezes)	Quase todos os dias (mais de 20 vezes)	Não sabe avaliar/NR (ESPONTÂNEA)

* Lidas até a opção "Quase todos os dias".



ANEXO 6

voltar ao texto 

**Proporção de domicílios, por macrorregiões, segundo características domiciliares. II VIGISAN
Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.**

Características domiciliares	Brasil e macrorregiões *					
	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)
Água potável (n = 10.291)						
Sim, com fornecimento diário	89,9	93,7	83,9	89,9	91,6	91,8
Fornecimento semanal ou menos	10,1	6,3	16,1	10,1	8,4	8,2
Densidade domiciliar (Nº de cômodos per capita) (n = 12.716)						
Até 1 cômodo	26,4	26,6	23,6	45,3	27,4	19,5
2 cômodos	32,5	31,5	31,8	31,3	33,8	31,5
3 cômodos ou mais	41,1	41,9	44,6	23,4	38,8	49,0
Nº de moradores (n= 12.745)						
Até 4 moradores	89,2	87,9	90,9	79,2	89,1	91,6
5 moradores ou mais	10,8	12,1	9,1	20,8	10,9	8,4
Presença de moradores por faixa etária (n = 12.745)						
Até 4 anos	5,9	6,5	6,0	7,4	5,5	5,9
De 5 a 17 anos	17,0	19,3	18,2	21,2	16,2	14,6
18 a 49 anos	50,7	47,3	48,2	50,3	49,5	50,0
50 a 64 anos	16,4	16,3	17,3	13,0	18,7	18,4
65 e mais	10,0	10,6	10,3	8,1	10,1	11,2
Renda domiciliar per capita mensal (n = 12.722)						
Até 1/4 de SMPC	14,8	11,9	21,2	27,1	11,9	18,2
Mais de 1/4 até 1/2 SMPC	22,0	22,0	28,6	27,5	20,1	24,2
Mais de 1/2 até 1 SMPC	33,1	37,3	34,6	27,5	33,7	32,6
Mais de 1 SMPC	30,1	28,8	15,6	17,9	34,3	25,0

* Valores de proporções expandidas.



ANEXO 7

voltar ao texto 

Distribuição proporcional de condições sociodemográficas da pessoa responsável pelo domicílio e o efeito da pandemia nas condições de trabalho, Brasil e regiões. II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Características sociodemográficas	Brasil e macrorregiões *					
	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)
Faixa etária da pessoa de referência (n = 12.733)						
18 a 49 anos	54,8	54,0	59,6	56,7	52,0	54,0
50 a 64 anos	28,2	26,8	24,7	27,8	30,6	28,0
65 anos ou mais	17,0	19,3	15,7	15,5	17,4	18,0
Sexo da pessoa de referência (n = 12.718)						
Masculino	50,7	45,1	49,0	58,6	49,8	55,3
Feminino	49,3	54,9	51,0	41,4	50,2	44,7
Escolaridade da pessoa de referência (n = 12.730)						
Sem escolaridade/ ≤ 4 anos de estudo	27,5	30,3	31,6	31,0	24,6	25,7
5-8 anos de estudo	19,7	20,3	18,9	18,1	18,8	24,2
> 8 anos de estudo	52,8	49,4	49,6	50,9	56,7	50,1
Raça/cor da pele da pessoa de referência (n = 12.215)						
Branca	36,5	30,7	19,3	17,4	40,7	64,4
Preta/parda	63,5	69,3	80,7	82,6	59,3	35,6
Ocupação da pessoa de referência (n = 12.733)						
Agricultor/a familiar ou produtor/a rural	2,9	1,3	6,6	4,5	1,0	2,3
Trabalhador/a informal (rural temporário, em emprego sem carteira assinada, bico, free lancer, outros)	17,4	19,2	19,0	24,4	14,0	20,2
Trabalhando em emprego formal (com carteira assinada ou servidor/a público/a - inclui empregada doméstica, trabalhador/a rural, etc.)	25,1	22,0	22,4	20,7	26,2	30,0
Trabalhando como autônomo/a regular/empreendedor/a individual (paga INSS), profissional liberal (nível superior), empresário/a	16,4	17,2	11,9	14,1	20,4	13,5
Está desempregado/a	8,2	5,9	8,6	8,3	9,2	5,5
Outros – aposentado/a, dona de casa, estudante, etc.	30,0	34,5	31,5	27,8	29,2	28,6



Características ociodemográficas	Brasil e macrorregiões *					
	Brasil (%)	Centro- Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)
Efeito da pandemia nas condições de trabalho e financeiras						
Necessidade de ajudar financeiramente algum parente ou amigo/a (n=12713)	33,1	37,6	30,5	46,4	33,3	28,7
Endividamento de moradores (n=12.707)	38,2	40,1	37,3	44,7	38,7	34,6
Corte de gastos em despesas essenciais (n=12.710)	57,1	56,4	57,4	68,9	56,8	52,5
Corte de gastos em despesas não essenciais (n=12.702)	61,6	59,6	56,7	67,6	63,2	63,5
Utilizou toda ou quase toda reserva financeira que tinham na família (n=12.683)	38,6	44,1	33,7	48,7	38,1	40,9
Teve que vender imóveis, automóveis, motos, equipamentos de trabalho ou outros bens (n=12.708)	11,6	13,4	11,5	17,3	10,6	11,5
Pelo menos um/a morador/a precisou parar de estudar porque teve que trabalhar, não tinha acesso à internet, ou porque ficou doente (n=12.669)	9,4	9,2	10,2	17,2	8,5	7,4

* Valores de proporções expandidas.

ANEXO 8

voltar ao texto 

Distribuição percentual (%) de domicílios segundo a procura por emprego pelo responsável pelo domicílio e pelos seus integrantes. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Efeitos no trabalho em todos os integrantes da família (n=12.660)	Brasil e macrorregiões *					
	Brasil (%)	Centro- Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)
Com pelo menos 1 integrante procurando emprego ou estava disponível para trabalhar	14,3	10,6	15,1	17,8	16,2	7,3
Sem integrante procurando emprego ou sem disponibilidade para trabalhar	85,7	89,4	84,9	82,2	83,8	92,7



ANEXO 9

voltar ao texto 

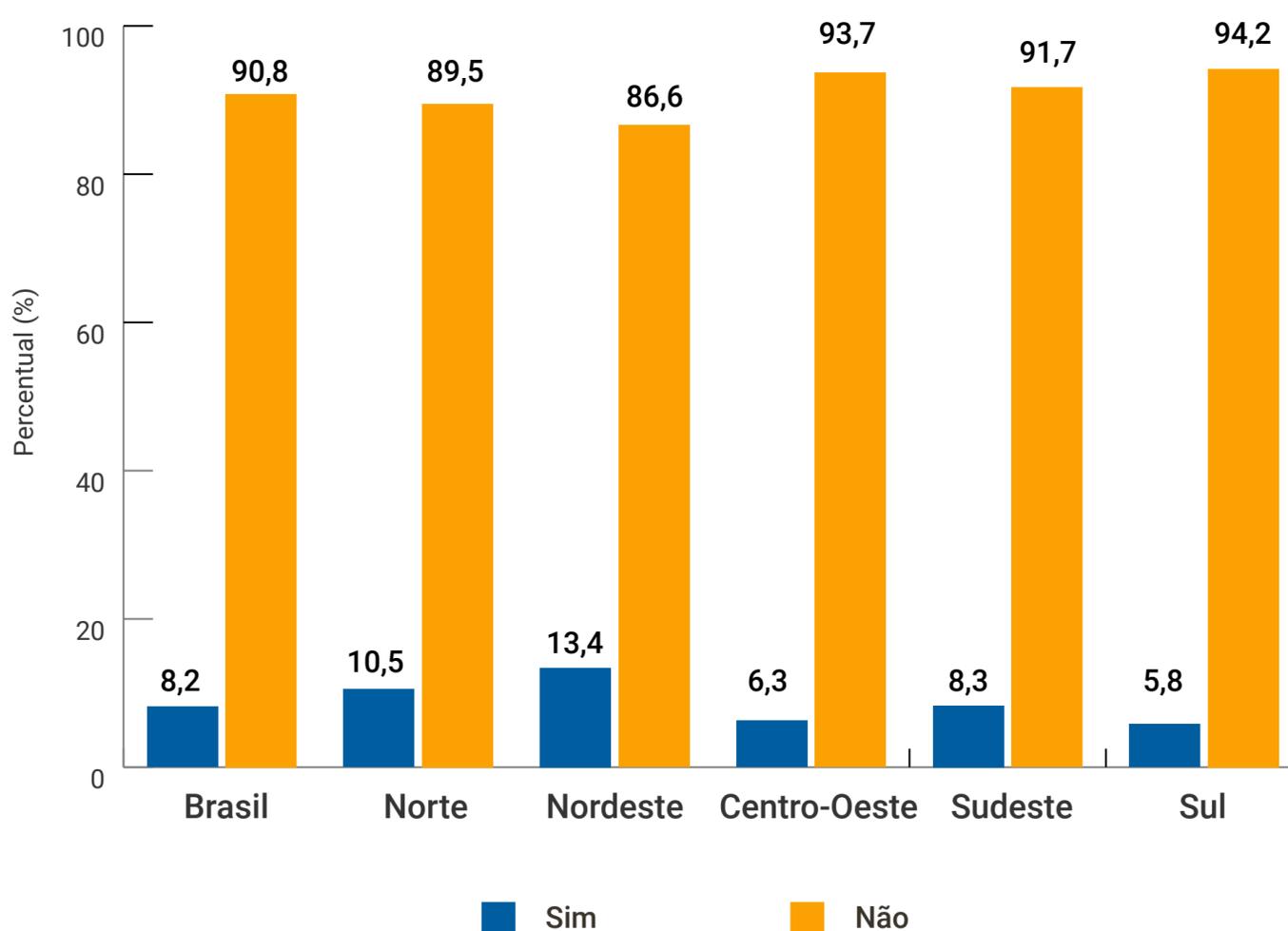
Proporção (%) de domicílios que tiveram ao menos uma pessoa da família que morreu em decorrência da Covid-19. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Morte por Covid-19 nos domicílios	Sim	Não
Morte em decorrência da Covid-19 de algum familiar (n=12.730)		
Brasil	6,1	93,9
Macrorregiões		
Centro-Oeste	5,0	95,0
Nordeste	5,2	94,8
Norte	4,44	95,6
Sudeste	6,1	93,9
Sul	8,8	91,2
Familiar que faleceu em decorrência da Covid-9 e contribuía para a renda (n=789)		
Brasil	42,5	57,4
Macrorregiões		
Centro-Oeste	41,4	58,6
Nordeste	60,8	39,2
Norte	36,3	63,7
Sudeste	34,4	65,6
Sul	41,8	58,2

ANEXO 10

voltar ao texto 

Proporção (%) de moradores nos domicílios que relataram vergonha, tristeza ou constrangimento para conseguir alimentos. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.



ANEXO 11

voltar ao texto 

Frequência das refeições realizadas pelo entrevistado semanalmente e diariamente. Brasil e macrorregiões. II VIGISAN. Brasil, 2021/2022.

Refeição realizada diariamente	Brasil e Macrorregiões *					
	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	Nordeste (%)	Norte (%)	Sudeste (%)	Sul (%)
Café da manhã (n=12.745)						
Sim	84,6	81,4	88,0	86,9	81,9	87,3
Não	15,4	18,6	12,0	13,1	18,1	12,7
Almoço (n=12.745)						
Sim	89,9	92,5	91,6	92,9	86,7	93,9
Não	10,1	7,5	8,4	7,1	13,3	6,1
Jantar (n=12.745)						
Sim	80,1	80,8	82,4	79,2	77,7	82,9
Não	19,9	19,2	17,6	20,8	22,3	17,1



Localização (urbana ou rural) e macrorregiões	FEIJÃO			ARROZ			CARNES			VEGETAIS			FRUTAS			
	Localização domicílio	SA(%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	SA(%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)
Urbana																
Reduziu	25,0	28,2	46,9	23,5	27,3	49,2	28,2	33,1	38,7	23,2	27,7	49,1	22,7	31,4	45,9	
Aumentou	41,6	26,0	32,4	38,0	27,1	34,9	53,2	23,4	23,5	47,2	31,9	21,0	53,5	29,3	17,2	
Não modificou	57,8	27,2	15,0	56,8	27,9	15,3	70,1	20,4	9,6	57,6	27,1	15,4	61,8	25,1	13,1	
Não comprou há 3 meses	27,2	25,7	47,1	37,7	19,5	42,8	15,7	13,8	70,5	15,2	19,8	65,0	13,7	19,5	66,8	
Rural																
Reduziu	25,6	29,6	44,8	25,6	26,5	47,9	27,5	28,5	44,0	27,2	27,0	45,8	28,8	28,0	43,3	
Aumentou	34,9	21,1	44,1	36,7	21,9	41,5	48,0	19,0	33,0	46,3	25,7	28,0	53,2	21,2	25,6	
Não modificou	53,5	26,2	20,4	50,3	27,9	21,9	59,8	26,8	13,4	51,2	27,3	21,5	52,6	27,8	19,6	
Não comprou há 3 meses	27,6	16,6	55,9	12,7	20,1	67,3	14,6	15,5	69,9	17,3	22,8	59,9	20,9	22,3	56,8	
Centro-Oeste																
Reduziu	21,9	31,3	46,8	22,4	29,0	48,6	25,4	34,4	40,3	22,7	32,4	45,0	24,3	34,5	41,2	
Aumentou	33,4	30,0	36,6	29,9	29,9	41,1	42,9	27,7	29,3	37,1	34,0	28,9	42,3	33,0	24,7	
Não modificou	52,4	31,7	15,9	51,0	32,6	16,4	60,9	29,0	10,1	53,3	30,7	16,0	55,7	29,9	14,5	
Não comprou há 3 meses	40,3	24,8	34,9	31,4	31,4	37,3	17,9	23,8	58,4	20,7	24,1	55,1	15,6	25,2	59,2	
Nordeste																
Reduziu	25,7	30,8	43,5	24,9	28,6	46,4	25,6	30,6	43,8	25,6	26,8	47,7	26,0	28,6	45,4	
Aumentou	43,7	22,1	34,2	40,5	25,6	33,9	54,6	21,0	24,4	51,2	23,3	25,5	52,5	24,5	23,1	
Não modificou	50,8	24,9	24,4	47,8	26,3	25,9	57,9	24,6	17,5	47,1	29,2	23,8	50,1	27,8	22,1	
Não comprou há 3 meses	16,5	19,3	64,2	33,1	24,7	42,2	7384,0	9,7	82,5	11,7	22,9	65,4	8,2	20,7	71,2	
Norte																
Reduziu	16,2	25,2	58,6	16,6	23,8	59,6	18,4	28,0	53,6	15,8	24,3	59,9	19,5	25,5	55,0	
Aumentou	26,7	27,3	46,0	24,4	26,1	49,4	36,0	23,6	40,4	31,0	31,1	37,9	37,3	34,0	28,7	
Não modificou	45,2	28,8	26,0	41,7	19,1	29,2	49,9	26,5	23,6	45,2	29,0	25,8	47,4	28,9	23,7	
Não comprou há 3 meses	16,7	19,0	64,3	8,6	24,3	67,1	14,3	12,4	73,3	10,0	20,5	69,5	9,1	19,9	71,0	
Sudeste																
Reduziu	26,6	25,1	48,3	24,2	24,9	50,9	29,7	33,3	37,1	24,3	26,9	48,8	22,4	31,5	46,2	
Aumentou	40,9	29,0	30,1	41,9	26,8	31,2	58,4	23,8	17,8	46,8	37,1	16,1	59,6	60,0	10,5	
Não modificou	59,8	28,3	12,0	59,2	29,2	11,7	75,0	19,0	5,9	60,5	26,6	12,9	65,4	24,7	9,9	
Não comprou há 3 meses	27,6	27,9	44,5	35,2	14,5	50,3	18,9	14,7	66,4	17,7	16,6	65,7	21,5	18,3	60,2	
Sul																
Reduziu	26,2	34,6	39,2	25,7	32,5	41,8	34,6	34,9	30,6	23,6	32,9	43,6	24,5	35,8	39,7	
Aumentou	46,5	18,4	35,1	36,8	24,3	39,0	50,0	19,1	30,9	54,3	27,8	17,9	55,4	27,0	17,6	
Não modificou	62,7	24,0	13,3	63,4	24,2	12,5	74,7	17,8	7,6	63,3	23,9	12,8	66,7	21,9	11,4	
Não comprou há 3 meses	59,4	17,6	23,0	65,2	29,9	5,0	12,0	15,7	72,3	23,5	26,2	50,3	21,6	24,2	54,2	



Inquéritos	Características domiciliares	BRASIL				NORTE				NORDESTE				CENTRO-OESTE				SUDESTE/SUL			
		SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	SA (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)
PNAD 2004	EBIA (n=108.606)	64,8	13,8	12,0	9,5	53,0	15,7	15,2	16,1	46,0	16,6	19,9	17,5	68,6	13,4	11,2	6,8	73,7	12,4	8,3	5,6
	Área (n=108.606)																				
	Urbana	66,4	13,6	11,1	8,9	55,0	15,3	13,9	15,8	48,1	16,6	18,7	16,7	68,4	13,2	11,4	7,1	73,7	12,4	8,2	5,7
	Rural	56,0	14,9	16,4	12,8	47,8	16,8	18,6	16,8	40,3	16,7	23,4	19,7	69,9	14,8	10,4	4,9	74,1	12,2	8,8	4,9
PNAD 2009	EBIA (n=117.483)	69,5	15,8	8,0	6,6	59,6	17,3	10,9	12,2	53,5	20,4	14,1	12,0	69,8	17,0	7,8	5,4	77,7	13,5	5,0	3,8
	Área (n=117.483)																				
	Urbana	70,4	15,8	7,6	6,2	59,3	17,7	11,3	11,8	54,5	20,4	13,5	11,6	68,4	17,8	8,1	5,7	77,5	13,7	5,1	3,8
	Rural	64,6	16,0	10,4	9,0	60,6	16,3	9,8	13,4	50,7	20,2	16,1	13,1	79,5	11,3	5,9	3,3	79,8	11,8	4,8	3,6
PNAD 2013	EBIA (n=116.490)	77,1	12,6	6,1	4,2	63,5	17,9	9,3	9,3	60,5	19,9	12,3	7,3	82,3	10,8	4,3	2,6	85,9	8,5	3,0	2,6
	Área (n=116.490)																				
	Urbana	75,5	13,2	6,6	4,7	65,3	17,5	8,8	8,4	64,5	18,3	10,9	6,3	84,7	8,7	3,6	3,0	87,3	7,3	2,7	2,7
	Rural	57,5	20,9	12,7	8,9	57,9	19,2	10,7	12,2	46,5	26,2	17,0	10,3	78,0	14,9	5,8	1,2	82,7	9,8	5,0	2,4
PNAD 2018	EBIA (n=57.904)	63,3	20,7	10,1	5,8	43,1	25,6	17,6	13,7	49,7	24,9	16,3	9,1	64,8	19,9	9,7	5,6	71,6	18,4	6,6	3,4
	Área (n=57.904)																				
	Urbana	64,9	20,4	9,5	5,3	45,0	25,6	17,1	12,3	52,3	24,2	15,1	8,5	64,4	20,0	9,9	5,7	71,5	18,5	6,6	3,4
	Rural	53,6	23,0	14,5	8,9	36,7	25,7	19,3	18,3	42,1	27,0	19,9	11,0	68,6	18,9	8,0	4,4	72,9	17,4	6,4	3,4
I VIGISAN 2020	EBIA (n=2.147)	44,8	34,7	11,5	9,0	36,9	31,0	14,1	18,1	28,1	41,1	17,0	13,8	46,7	34,6	11,7	6,9	53,1	32,3	8,6	6,0
	Área (n=2.147)																				
	Urbana	45,6	35,0	10,9	8,5	36,5	33,3	12,7	17,5	27,7	42,9	15,8	13,6	47,0	34,1	12,5	6,4	53,0	32,3	8,7	6,0
	Rural	40,0	33,0	14,9	12,0	38,0	24,0	18,2	19,8	29,4	35,7	20,6	14,3	44,1	39,0	5,1	11,8	54,3	31,8	7,8	6,2
I VIGISAN 2021/2022	EBIA (n=12.681)	41,3	28,0	15,2	15,5	28,4	26,4	19,5	25,7	36,5	27,2	16,3	19,9	40,5	31,1	15,5	12,9	48,1	26,9	13,2	11,7
	Área (n=12.681)																				
	Urbana	42,2	27,9	14,9	15,0	28,9	26,9	20,1	24,2	34,4	28,3	17,4	19,8	39,9	31,2	15,5	13,3	47,6	27,4	13,0	12,0
	Rural	36,2	28,3	16,9	18,6	26,9	25,1	17,7	30,2	24,7	33,2	17,5	24,6	45,0	30,5	15,2	9,3	52,9	22,8	15,3	9,0



ANEXO 14

voltar ao texto 

Evolução da estimativa da Insegurança Alimentar (IA) moderada + grave segundo as macrorregiões do país, dentre os inquéritos nacionais de 2018 (POF), 2020 (I VIGISAN) e 2021/2022 (II VIGISAN), Brasil, macrorregiões, localidade dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN Inquérito SA/IA – Covid-19, Brasil, 2021/2022.

Inquéritos	EBIA (n)/Características domiciliares	Insegurança alimentar moderada + grave (%)				
		Brasil (%)	Norte (%)	Nordeste (%)	Centro-Oeste (%)	Sudeste/Sul (%)
POF 2018	EBIA (n=57.904)	16,0	31,3	25,4	15,3	10,0
	Área (n=57.904)					
	Urbana	14,8	29,4	23,6	15,6	10,0
	Rural	23,4	37,6	30,9	12,4	9,8
I VIGISAN 2020	EBIA (n=2.147)	20,5	32,1	30,8	18,7	14,6
	Área (n=2.147)					
	Urbana	19,4	30,2	29,3	18,9	14,7
	Rural	27,0	38,0	34,9	16,9	14,0
II VIGISAN 2021/2022	EBIA (n=12.681)	30,1	45,2	36,2	28,4	24,9
	Área (n=12.681)					
	Urbana	29,28	44,29	37,2	28,6	25,0
	Rural	34,98	47,98	42,1	24,5	24,3



REALIZAÇÃO



EXECUÇÃO



APOIO E PARCERIA DO II VIGISAN



act:onaid



IBIRAPITANGA

